



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

**PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM
GEOGRAFIA**

LARISSA GÂNDARA SIMÃO

**HISTÓRIAS DE RESISTÊNCIA PELA PERMANÊNCIA NO LUGAR
E A POÉTICA DO PERTENCIMENTO:
VIVÊNCIAS CAIÇARAS DA PRAIA DO SONO (RJ)**

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS

RIO CLARO

2021



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

Larissa Gândara Simão

HISTÓRIAS DE RESISTÊNCIA PELA PERMANÊNCIA NO LUGAR E A
POÉTICA DO PERTENCIMENTO: vivências caiçaras da Praia do Sono (RJ)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Luciene Cristina Risso

Rio Claro - SP
2021

S588h Simão, Larissa Gândara
Histórias de resistência pela permanência no lugar e a poética do
pertencimento : vivências caiçaras da Praia do Sono (RJ) / Larissa
Gândara Simão. -- Rio Claro, 2021
133 p. : fotos, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro
Orientadora: Luciene Cristina Risso

1. Lugar. 2. Caiçaras. 3. Experiências. 4. Unidades de Conservação.
5. Conflitos. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de
Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

LARISSA GÂNDARA SIMÃO

HISTÓRIAS DE RESISTÊNCIA PELA PERMANÊNCIA NO LUGAR E A
POÉTICA DO PERTENCIMENTO: vivências caiçaras da Praia do Sono (RJ)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Luciene Cristina Risso

Profa. Dra. Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro

Prof. Dr. Eduardo José Marandola Júnior

Conceito: APROVADO

Rio Claro/SP, 15 de abril de 2021.

Dedicatória

Dedico este trabalho a todos os povos e comunidades tradicionais.

Aos povos da floresta e dos mares.

Ao povo caiçara.

À Praia do Sono.

AGRADECIMENTOS

Sinto-me imensamente agradecida pela conclusão desse ciclo, repleto de aprendizados e desafios, um ciclo que proporcionou uma ampla expansão de consciência, trouxe sabedoria, delicadeza e sensibilidade para ouvir e redigir histórias, que me apresentou pessoas e me aproximou de um lugar que levarei para sempre comigo.

Agradeço à minha família, meu pai e minha mãe, por serem as pessoas que mais confiam em mim, no meu potencial, me incentivando em todos os momentos, participando de todas as minhas novas fases e desafios, sempre me estendendo a mão e me dando amor.

Agradeço aos meus irmãos pelo imenso carinho e amor dedicados a mim, pela reciprocidade no afeto, que faz de nós melhores amigos. Agradeço a eles por sempre estarem ao meu lado e participarem da minha vida, mesmo estando longe fisicamente. Agradeço por aquela viagem que fizemos em 2016 para Paraty, que me mostrou o quanto ainda podemos vivenciar e me motivou a realizar o mestrado.

Agradeço aos meus avós pelo amor incondicional, sempre um porto-seguro na tempestade.

Agradeço ao meu companheiro, Jorge, pelas palavras de apoio e carinho e pelas trocas e parceria no dia a dia.

Agradeço a todos os meus amigos, aqueles que direta ou indiretamente me ajudaram a seguir e trouxeram para o meu caminhar mais luz, colorindo a vida e descortinando as belezas e as sutilezas, às vezes escondidas, na correria dos dias. A vocês, os de longe e os de perto, todo meu amor. Agradeço também à Estrela, Camiseta, Zeca e Pulga, por me animarem nos dias cinzentos.

Agradeço à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campi de Ourinhos e de Rio Claro, que me formaram geógrafa e agora mestre. Agradeço ao corpo docente, funcionários e discentes, responsáveis pelas profundas discussões, iluminações e conhecimentos transmitidos a mim. Vocês tornaram o caminhar mais fácil e prazeroso.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do campus de Rio Claro e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que possibilitaram a realização desta pesquisa.

Agradeço à professora Luciene, que me orienta e percorre junto a mim pelas veredas da Geografia. Agradeço por ter me acolhido junto ao Centro de Estudos de Percepção e Educação Ambiental (CENPEA), desde 2009. Agradeço por ter me apresentado a Geografia

Humanista e por sempre lutar e defendê-la, sendo minha fonte de inspiração e conduta, acreditando em mim e nos meus sonhos.

Agradeço à Praia do Sono por todos os dias vividos ali, por ter me permitido acreditar em mim, por me permitir experienciar sensações extremamente belas, por me proporcionar pores do sol magníficos, dias de sol, dias de chuva, pela água salgada que lava a alma, pelo verde da mata atlântica que enche os olhos e pela paz na brisa do vento que traz consigo o cheiro do mar.

Agradeço a todos os moradores do Sono, em especial os que foram entrevistados: Argeo, Bruno, Elenice, Elizabeth, Euzébio, Janete, Leila, Sérgio, Zaqueu e Zeni, além daqueles que me proporcionaram conversas incríveis: Ricardo, Caruso, Jadson e Josiane. Vocês todos têm participação especial nessa minha jornada repleta de novos conhecimentos. Ouvir vocês contarem sobre seus saberes, sobre a maré, as constelações, a pesca, a roça, a rede, tem um valor inimaginável, experiências que guardarei para sempre. Agradeço por vocês me deixarem entrar em suas casas, ouvir suas histórias de resistência e me envolver nessas lutas, as quais estarei com vocês até o fim. Meu muito obrigada.

EPÍGRAFE



Fonte: Foto da autora, 2020.

Encanto Caiçara – Luís Perequê

Venho de campos e matas,
Terra verde, fértil e farta
Nossa roça a beira mar
Canto a pesca e canto a planta
E a vida santa do lugar
Juca acordando cedo visitando o cerco
E Manézinho saindo pra tirar taquara
E nos olhos da caiçara
Um riso, uma beleza rara
E a natureza não para
É tanta estória pra contar
Lá da casa de farinha
Uma voz sozinha
Vem soprando um canto
E solta pelo vento manso
Nossa estória pelo ar.
E quem pensar
Que o meu canto
Terminou aqui

Não viu que não falei da rama,
A planta da mandioca,
O peixe, a banana, a massa e o tapeti
Nem na casinha de palha
Um porco na seva, um quarto de lua
Um cio de égua e um peixe na malha
Nem na viola do Dito,
Na tarde de um dia bonito
Um azul-marinho
É um pirão de gonguito
Uma cachaça boa e a gente cantando
Poesia brotando pelo chão do peito
E esse canto é feito
Pra quem quer morar.
Nesse encanto do eu canto caiçara
É camarão no covo criança na praia
Remendando rede, reunindo malhas
Pra cercar o peixe e fartar a casa
E mariscar maré rasa.

RESUMO

A história dos povos tradicionais no Brasil é marcada por lutas, conflitos e resistências. Muitas dessas lutas aconteceram a fim de garantirem suas permanências nos lugares em que se encontram e, sobretudo, para manterem vivas suas culturas, valores e tradições, que fazem esses povos serem reconhecidos como tradicionais, o que não quer dizer cristalizados, mas sim, que dialogam e se reinventam com o tempo. Esses povos, em específico as comunidades caiçaras, vivem próximas ao mar, praticavam agricultura de subsistência e pesca e, atualmente, tem como principal fonte de renda o turismo, praticado no verão tropical. Muitos dos lugares que habitavam foram transformados em Unidades de Conservação, como o caso da Praia do Sono. Neste contexto, o trabalho teve como objetivo compreender o sentido de lugar para os caiçaras dali, bem como as principais lutas travadas pela permanência no território, através das experiências narradas por eles. Assim, pesquisaram-se as lutas mais relevantes, sendo elas: a criação da Reserva Ecológica na década de 1990, que abrangeu a Praia do Sono e é descrita como *non edificandi*, necessitando ser recategorizada para atender ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e a construção de rodovias nas últimas décadas do século XX, responsáveis pela chegada da especulação imobiliária, que atingiu a região, até então, praticamente intocada. Enfrentando grilagens de terras e, mais recentemente, as imposições de um condomínio de luxo construído no ponto que dá acesso à praia, os caiçaras do Sono lutam pela continuidade de suas expressões identitárias no território do qual se apropriaram há muitos anos. Os resultados observados expressaram as experiências profundas do entrelaçamento do caiçara com o seu lugar e também que não importam quais sejam as lutas e quanto tempo durarão, a população residente ali resistirá no seu território, adaptando seus modos de existência a partir da dinâmica e da fluidez do tempo presente.

Palavras-chave: Povos Tradicionais. Conflitos. Experiências. Unidades de Conservação. Reserva Ecológica Estadual da Juatinga.

ABSTRACT

The history of traditional peoples in Brazil is marked by struggles, conflicts and resistance. Many of these took place not only in order to ensure their stay on the sites where they still reside, but also so that their culture, values and traditions would be preserved. Also, under no circumstances do such traditions mean these peoples are crystallized, as they interact and reinvent themselves throughout time. These peoples, specifically the caiçaras communities who live close to the sea, used to practise subsistence agriculture and fishing. Nowadays their main income source is tourism over the region's tropical summer. Many of the sites they used to live in were turned into Protected Areas, as the case of the "Praia do Sono". In this context, the aim of our work was to figure out what the sense of placement and belonging are to the caiçaras from that region, as well as their main struggles for being entitled to stay on their lands through experiences reported by themselves. Thus, the most relevant struggles were covered, which are: the creation of the Ecological Reserve (Reserva Ecológica) in the 1990s, which involved the Praia do Sono and is described as non edificandi. It also required to be recategorized in order to meet the requirements set by the National Units Preservation System - NUPS / Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) and the construction of roads over the last decades of the twentieth century, which were responsible for property speculation in that region, which had been unspoiled until then. The caiçaras do Sono have been fighting against land grabs and requirements which have been recently set by a luxury condominium that was built around the access area to the beach. They also struggle for the maintenance of their identity manifestations in the territory they took over many years ago. The results have shown the profound experiences of the intertwining between the caiçara and their land, as well as regardless of whatever struggles or how long they may last for, the resident population will resist there by adapting their way of living from the dynamics and fluidity of time.

Keywords: Traditional peoples. Conflicts. Experiences. Preservation Units. State Ecological Reserve of Juatinga.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Avistando, pela primeira vez, a Praia do Sono.....	15
Figura 02 – O viver no Sono.....	19
Figura 03 – Exposição “Caminhos do Mar” na Casa da Cultura de Paraty, que reuniu elementos culturais e artísticos que fazem parte da tradição caiçara	36
Figura 04 - Ciclo de gestão e avaliação proposto pela Comissão Mundial de Áreas Protegidas da União Mundial para a Natureza.....	48
Figura 05 – Cartografia social dos pontos turísticos da Praia do Sono.....	57
Figura 06 – Vista da Praia do Sono no mirante.....	58
Figura 07 – Vista da Praia do Sono com bote de pescador.....	58
Figura 08 – Caminhando pelo Sono.....	59
Figura 09 – Vista da escola da Praia do Sono.....	60
Figura 10 – Placa informativa da escola.....	61
Figura 11 – Mapa das Unidades de Conservação – APA Cairuçu e REEJ e a localização da Praia do Sono.....	63
Figura 12 - Gibrail na Praia do Sono.....	69
Figura 13 – Destruição de casas na Praia do Sono.....	70
Figura 14 – Placa na porteira da Fazenda Santa Maria, de propriedade de Gibrail Nubile Tannus.....	70
Figura 15 – Criação de búfalos na Praia do Sono.....	72
Figura 16 – Praia do Sono fechada pela porteira.....	72
Figura 17 – Estrada construída por Gibrail de sua fazenda até a Praia do Sono.....	73
Figura 18 - Jagunço protegendo a portaria da Praia do Sono	73
Figura 19 – Gibrail e a polícia, chamada para investigar uma denúncia de invasão a Praia do Sono.....	74
Figura 20 – Cartão de identificação de morador da Praia do Sono.....	74
Figura 21 – Funcionário da SUCAM adentrando a Praia do Sono por uma estreita passagem.....	75
Figura 22 – Casa de caiçara sendo derrubada pelo trator da empresa multinacional.....	80
Figura 23 – Família de Jair da Anunciação despejada, em Trindade.....	80

Figura 24 – Casa derrubada em Trindade.....	81
Figura 25 – Queima de casas em Trindade.....	81
Figura 26 – Jagunço armado.....	82
Figura 27 – Área onde foi construído o Condomínio Laranjeiras, antes habitada por caiçaras.....	83
Figura 28 – Início das obras do Condomínio Laranjeiras.....	83
Figura 29 – Vista aérea do Condomínio e da Praia do Sono.....	85
Figura 30 - Vista do Condomínio Laranjeiras.....	85
Figura 31 – Portaria do Condomínio Laranjeiras.....	86
Figura 32 – Aprendendo a fazer rede com Seu Euzébio.....	99
Figura33 – Uma das poucas casas de pau a pique que restam na Praia do Sono.....	103
Figura 34 – Vista da Associação de Moradores.....	105
Figura 35 – Placa informativa sobre a Praia do Sono afixada na Associação de Moradores.....	106
Figura 36 – Caiçara retirando materiais de construção de bote.....	114
Figura 37 – Acesso à Praia do Sono saindo da Vila Oratório por trilha e saindo do Laranjeiras de barco.....	116
Figura 38 – Manifestação contra a morte de jovem caiçara.....	117
Figura 39 – Pôr do sol no Sono.....	122

SUMÁRIO

1. TRILHANDO DESCOBERTAS: O HORIZONTE AZUL.....	15
2. INTRODUÇÃO: TECENDO A REDE.....	20
3. OBJETIVOS.....	26
3.1 Objetivo geral.....	26
3.2 Objetivos específicos.....	26
4. TRILHANDO CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: BREVE ABORDAGEM INICIAL.....	27
4.1 As Experiências Vividas no Lugar.....	30
4.2 Entendendo o Território.....	32
4.3 Identidade Cultural Caiçara.....	36
5. DESCOBRINDO COMO TRILHAR.....	38
6. ADENTRANDO NO VIVER: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ÁREA DE ESTUDO.....	43
6.1 Histórico das Unidades de Conservação e suas Categorizações.....	43
6.2 Os Conflitos em Unidades de Conservação no Brasil.....	53
6.3 A Praia do Sono e a Criação da Reserva.....	58
7. CONFLITOS E RESISTÊNCIAS: A HISTÓRIA PELA PERMANÊNCIA	68
7.1 As Disputas pelo Sono.....	68
7.2 A Criação do Laranjeiras.....	77
8. RESULTADOS: ENTRELAÇANDO NARRATIVAS CAIÇARAS E REFERÊNCIAS TEÓRICAS.....	87
8.1 Experiências e o Pertencimento ao Lugar sob a Ótica dos Caiçaras.....	89
8.2 Resistindo no Território.....	95
8.3 A Manifestação da Identidade Caiçara e a Territorialidade.....	99
8.4 Resistência na Sobreposição com Unidades de Conservação.....	105

8.5 Resistências à Grilagem das Terras e à Especulação Imobiliária na Região.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS.....	124
ANEXOS.....	131

1. TRILHANDO DESCOBERTAS: O HORIZONTE AZUL

Estoy mirando, oyendo,
Con la mitad del alma en el mar
Y la mitad del alma en la tierra,
Y con las dos mitades del alma miro el mundo.
Pablo Neruda.

Com as palavras de Neruda, também olho contemplando e ouço perscrutando o mundo todo, por terra, mar e ar, com as duas metades da minha alma. A metade da experiência e a outra metade da vivência, sempre mergulhadas no néctar da Geografia (OLIVEIRA, 2013, p.91).

Comecei a trilhar esses caminhos socioambientais na graduação, quando tive a certeza de que minha trajetória geográfica se daria pelas questões ambientais. Desde o segundo ano, me dediquei ao aprofundamento de temas relacionados à natureza e assim encontrei o grupo de estudos denominado Centro de Estudos de Percepção e Educação Ambiental (CENPEA), com orientação da Professora Doutora Luciene Cristina Risso.

Durante os anos dentro do grupo, me descobri e comecei a percorrer minhas andanças pelas Unidades de Conservação, concretizando um ciclo ao final da graduação com a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso, em 2013.

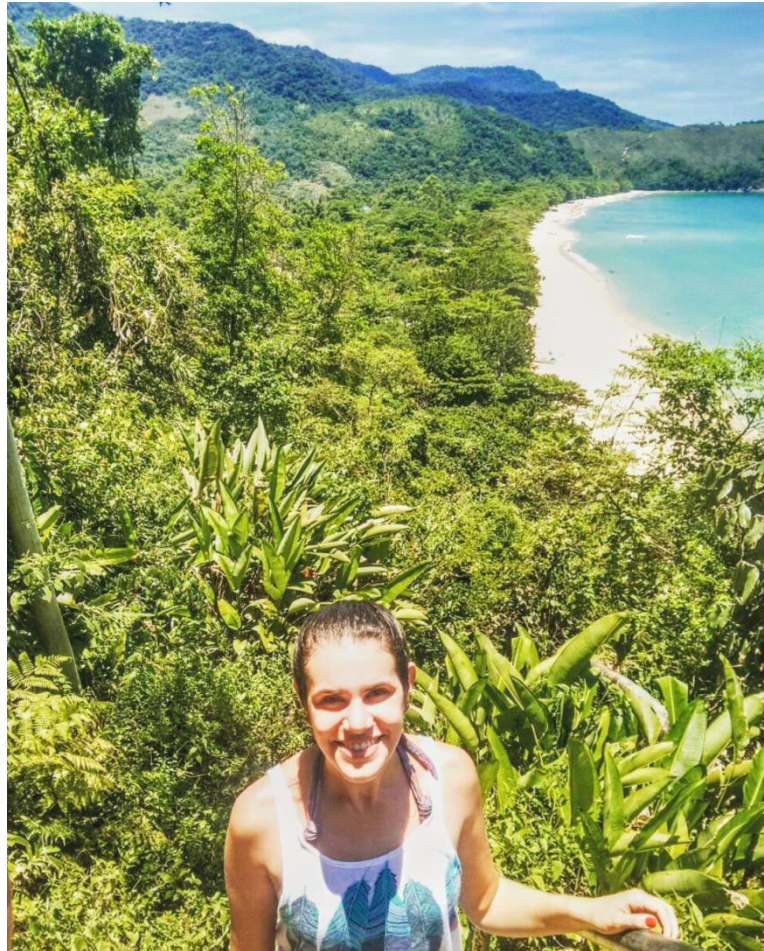
Alguns anos após, depois de outras aventuras e caminhos trilhados, me deparei com uma viagem no final do ano para Paraty (RJ), lugar de memórias da infância e lembranças de férias com a família, as quais guardo junto a mim.

Nessa viagem, em um determinado dia resolvemos, eu e meus irmãos, conhecer novas praias e nos deslocamos até uma vila, onde tivemos que deixar o carro e percorrer uma trilha para chegar à Praia do Sono¹ (Figura 01) No fim do percurso, me deparei com um dos horizontes mais fascinantes e azuis que já havia visto e acredito ter tido o “start” para realizar o mestrado nesse momento.

Na verdade, o desejo pelo novo, por descobertas, por conhecimento me reacendeu uma chama que estava adormecida, mas que na verdade sempre esteve aqui, presente dentro de mim.

Figura 01: Avistando, pela primeira vez, a Praia do Sono.

¹ Há diversas histórias sobre a origem do nome da praia, uma delas, contada pelos próprios moradores é que ela



Fonte: Foto da autora, 2016.

Marandola Jr (2017, p. 10) traz um trecho em seu texto, no qual Carl Sauer assegurava que “ser um geógrafo, de certa forma, já nasce conosco”.

Há uma propensão original, uma vocação, ou uma predileção precoce, como assinala em um belíssimo texto, que recomendo a leitura, “A educação de um geógrafo”, original de 1956. Nele, Sauer (2000) afirma que dentre as características que marcam os geógrafos, mesmo antes destes receberem a sua formação específica, está um gosto irresistível por mapas (“estamos de mãos vazias sem eles”), um espírito viajante (mas não como aquele dos turistas, mas um viajante que busca compreender os lugares por onde passa) e a observação constante da paisagem, que está sempre sendo lida, interpretada e também admirada. Esta curiosidade e vontade de conhecer também foi apontada por outro grande geógrafo estadunidense, John K. Wright, em um famoso discurso que proferiu para a Associação dos Geógrafos Americanos (AAG), em 1946. Wright (2014) afirma que o geógrafo possui uma vontade inata de percorrer os lugares e conhecer as terras desconhecidas (*terrae incognitae*). A este desejo ele denomina de *libido geográfica*: uma vontade, um desejo, uma gana guiada pela imaginação, de estar onde nunca se esteve, de admirar paisagens, de vencer montes (MARANDOLA JR., 2017, p. 10).

Ali, tudo me passou a chamar a atenção: o atravessar das paisagens, o cheiro da terra, o azul infinito do céu se encontrando com o mar, o barulho das ondas lambendo a areia, o silêncio da calma que nos desacelera, e, principalmente, a relação e a ligação daquelas pessoas com aquele lugar, com a Terra, a chamada geograficidade:

Mas antes do geógrafo e de sua preocupação com uma ciência exata, a história mostra uma geografia vivida em ato, uma vontade intrépida de correr o mundo, de franquear os mares, de explorar os continentes. Conhecer o desconhecido, atingir o inacessível, a inquietude geográfica precede e sustenta a ciência objetiva. Amor ao solo natal ou busca por novos ambientes, uma relação concreta liga o homem à Terra, uma *geograficidade* (*géographicité*) do homem como modo de sua existência e de seu destino (DARDEL, 2015², p. 01-02).

“Assim, conhecer a terra, viajar, é uma forma de conhecer a nós mesmos. E vice-versa” (MARANDOLA JR, 2017, p. 11). E nessas próximas linhas que te acompanharão nesse trilhar pelo novo, te conto sobre algumas vivências e experiências desse povo, uma comunidade tradicional que mantém sua existência baseada nos ensinamentos que lhe foram passados há anos, mas que, em contrapartida, não se cristalizaram, pelo contrário, acompanham e dialogam com o presente.

A opção pela palavra ‘tradicional’ gera mais dificuldades ainda, dada à polissemia dessa palavra e a forte tendência de associá-la com concepções de imobilidade histórica e atraso econômico. A teoria da modernização, por exemplo, prognosticava a inevitável (e desejável) superação da “sociedade tradicional” (Lerner 1958). Todavia, nesta análise, a importância dada às constantes mudanças históricas provocadas pelos processos seculares de fronteiras em expansão e aos múltiplos tipos de territórios sociais que produziram, mostra que o uso do termo tradicional aqui refere explicitamente a realidades fundiárias plenamente modernas (e, se quiser, pós-modernas) do século XXI. Aqui a conceito de tradicional tem mais afinidades com uso recente dado por Sahlins (1997) quando mostra que as tradições culturais se mantêm e se atualizam mediante uma dinâmica de constante transformação.

O uso do conceito de povos tradicionais procura oferecer um mecanismo analítico capaz de juntar fatores como a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis que os variados grupos sociais analisados aqui mostram na atualidade. O fato que o termo tem sido incorporado recentemente em instrumentos legais do governo federal brasileiro, tais como a Constituição de 1988 e a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, reflete essa ressemantização do termo e

² 2015 é o ano da publicação do livro “O homem e a terra: natureza da realidade geográfica”, pela editora Perspectiva S.A., a partir da tradução de “L’homme et la terre: nature de la réalité géographique”, 1990, feita por Werther Holzer.

demonstra sua atual dimensão política. Em resumo, o conceito de povos tradicionais procura encontrar semelhanças importantes dentro da diversidade fundiária do país, ao mesmo tempo em que se insere no campo das lutas territoriais atuais presentes em todo Brasil (LITTLE, 2002, p. 23).

A partir deste pensamento, adotaremos o ‘tradicional’ no sentido de tradição a determinados aspectos culturais, no sentido de pertencimento a uma terra habitada há séculos e que se tornou lugar para diversas comunidades, tradição no manejo de recursos respeitando os próprios ciclos naturais, ou seja, sua capacidade de recuperação. Com isso, o ‘tradicional’ aqui não carrega o viés de cristalização, imutabilidade, mas sim, nos permitirá entender a comunidade se transformando e seguindo os caminhos traçados pela modernidade, se refazendo em determinadas ações e não deixando de lado o que lhe caracteriza por ser tradicional, seus vínculos sociais e rituais simbólicos que cultivam com seu ambiente biofísico.

Todas essas percepções só foram possíveis após percorrer um caminho de aprendizados e amadurecimento. Analisando minha trajetória dentro da Pós-Graduação e da Geografia Humanista me sinto orgulhosa pelos caminhos os quais galguei. Não é possível contabilizar os aprendizados obtidos durante esse processo, que não é só acadêmico, mas também pessoal.

A Geografia Humanista me trouxe uma sensibilidade maior na escrita, nas percepções e no entendimento das relações natureza-sociedade. Em se tratando deste estudo, muitas alterações foram feitas, acarretadas pelas mudanças no perceber dessa história aqui contada.

No início, entendia o condomínio Laranjeiras – localizado no ponto que dá acesso à Praia do Sono e com uma história de criação revoltante, conforme veremos no capítulo 7 - como o grande vilão desse enredo, um atravancador de sonhos, de histórias e de vidas e, consequentemente, entregava a ele o maior papel na narrativa. Mas, a partir da corrente Humanista, com as vivências e percepções obtidas na convivência com os caiçaras e com os apontamentos dos professores que colaboraram e muito para este trabalho, pude compreender que, na verdade, o condomínio está ali há aproximadamente cinquenta anos e isto é um fato, não irá mudar, pelo menos não em curto prazo. Os caiçaras e o condomínio, assim como a criação da Reserva Ecológica Estadual da Juatinga (REEJ) – que veremos no capítulo 6 - convivem diariamente e não cabe a mim mudar essa situação, até porque, não necessariamente ela quer ou precise ser mudada. Além disso, percebi a importância de

valorizar o grande protagonista, a comunidade caiçara, que tem uma história de resistência pela permanência nesse lugar muito maior e mais antiga.

O que coube a mim neste trabalho foi entender, através das experiências e vivências dessas pessoas, a relação que elas estabelecem com esse lugar - a Praia do Sono -, fortalecida por meio das lutas pela permanência no território, pelo afeto, pertencimento, modo de vida e a poética da existência. “A experiência, para um geógrafo humanista, não é tomada como objeto de estudo. Na verdade, a experiência é a escala de compreensão dos fenômenos” (MARANDOLA JR., 2017, p. 12).

2. INTRODUÇÃO: TECENDO A REDE

Sentado na raiz de uma amendoeira, sentindo no rosto os primeiros raios solares do dia que se inicia, ouvindo o barulho das ondas do mar que vêm e vão na sua eterna fluidez, recebendo o sopro da brisa mansa que traz consigo o cheiro da terra, avistando uma mistura de diversos tons de verde das copas das árvores que escorrem pelos costões rochosos e nas mãos a agilidade para consertar a rede de pesca que traz o alimento. Este cenário é o palco das vivências cotidianas dos caiçaras que abrigam a Praia do Sono há mais de um século³ (Figura 02).

Figura 02: O viver no Sono.



Fonte: Foto da autora, 2020.

O Sono é um dos núcleos de ocupação⁴ da Reserva Ecológica Estadual da Juatinga⁵, em Paraty (RJ). Esta reserva – uma unidade de conservação – recebeu autorização para ser

³ De acordo com as entrevistas coletadas, os caiçaras abrigam a Praia do Sono há mais de cem anos. Também segundo a bibliografia consultada sobre comunidades tradicionais (Siqueira, 1984; Diegues, 1996; Adams, 2000).

⁴ A Reserva Ecológica Estadual da Juatinga possui ao todo doze núcleos de ocupação, segundo o WikiParques. Disponível em https://www.wikiparques.org/wiki/Reserva_Ecol%C3%B3gica_Estadual_da_Juatinga. Acesso em 16 de março de 2018.

⁵ Criada através da Lei Estadual nº 1.859, de 01 de outubro de 1991 e, posteriormente, concretizada pelo Decreto nº 17.981, de 30 de outubro de 1992, a Reserva era administrada pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF – RJ)

criada em 1991, sendo concretizada em 1992, em um território já habitado por comunidades tradicionais.

Essas áreas protegidas representam um modelo de pensar outras estratégias e possibilidades de ser e existir com a natureza, promovendo a proteção da sociobiodiversidade. Contudo, sua criação também pode trazer conflitos socioambientais quando a implantação é feita verticalmente, sem consultar as pessoas que já viviam ali anteriormente. Essa dicotomia criada entre comunidades tradicionais e áreas protegidas geram conflitos territoriais que culminaram, e ainda culminam, em expropriações e expulsões.

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação⁶ (SNUC), as unidades que permitem a coexistência de populações no seu interior, utilizando os recursos de modo consciente, são denominadas de Uso Sustentável, enquanto as que aceitam apenas pesquisas científicas e/ou atividades de educação ambiental são as de Proteção Integral. A Reserva Ecológica Estadual da Juatinga possui uma singularidade especial, pois ela é considerada como *non edificandi*, já que Reservas Ecológicas não constam no SNUC (BRASIL, 2000). Depois da criação do sistema, a REEJ tinha o prazo de dois anos para se recategorizar⁷, no entanto, isso não foi concluído até hoje.

No decreto de criação da Reserva (RIO DE JANEIRO, 1992) é possível notar uma contradição legal, já que ele destaca a intenção de fomentar a cultura das populações tradicionais ali fixadas, além de compatibilizar a utilização dos recursos naturais com os princípios conservacionistas, no entanto, reservas ecológicas, não permitem essas funções, como veremos no capítulo 6. Analisando o decreto, fica evidente que a criação da reserva objetivou evitar possíveis conflitos com a população já residente naquela área, contudo, devido às restrições que passaram a ser impostas para os caiçaras, além da falta de conhecimentos destes em relação ao que seja uma reserva e suas normas e da falta de diálogo com o órgão gestor, constata-se que esse objetivo não foi alcançado em sua totalidade.

Assim, é necessário recategorizar a reserva dentro do SNUC, pois parte de seu território possui características de unidade de Proteção Integral e, nas vilas caiçaras, as características são de unidade de Uso Sustentável.

Dentro deste contexto, esta pesquisa envolve a poética da existência de uma comunidade caiçara que habita um território que, recentemente, se transformou em uma área

até 2008, quando passou a ser gerida pelo Instituto Estadual de Ambiente (INEA – RJ) em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

⁶ No capítulo 6, que trata sobre Unidades de Conservação no Brasil, será explanado como se deu a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, bem como os grupos que o compõe: unidades de Proteção Integral e unidades de Uso Sustentável.

⁷ O processo de recategorização da REEJ será abordado no capítulo 6.

protegida *non edificandi*. Logo, se dedicou a compreender, através de narrativas das experiências caiçaras, os sentidos de lugar, corroborado pelas lutas travadas para garantir a permanência no território.

Essa comunidade, que tem sua história marcada por conflitos e resistências, medos e conquistas, não se coloca como vítima em consequência das diversas batalhas já travadas, mas sim, como atora na luta por reconhecimento na apropriação deste e na construção do seu próprio modo de vida, dinâmico, que se altera e se adapta as mais diversas adversidades. Assim, a partir das histórias de vivências e experiências por eles contadas, foi possível perceber como fizeram desse espaço seu lugar e a importância que representa para eles.

A origem dos conflitos teve início na década de 1950, quando a estrada interestadual Paraty-Cunha começou a ser construída e, em meados da década de 1960, com o Brasil vivendo em uma ditadura, as grandes obras de infraestrutura foram sendo realizadas, chegando a vez da Rio-Santos (BR-101), inaugurada em 1974. Consideradas frentes de expansão desenvolvimentista e com o intuito de integrar o país, as rodovias começaram a rasgar as belas paisagens até então preservadas, chegando a lugares isolados, afirmando ser isso o progresso.

Esse “progresso” trouxe consigo a urbanização, a degradação do meio natural e a especulação imobiliária, um preço muito alto para os caiçaras, já que esse “des-envolvimento” contrapõe-se ao envolvimento dos mesmos em relação às suas atividades e seu lugar.

Para tentar preservar a região do aumento dos interesses econômicos e dos maciços investimentos públicos em projetos de infraestrutura, o governo federal criou o Parque Nacional da Serra da Bocaina⁸ (BRASIL, 1971), abrangendo parte dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo e a Área de Proteção Ambiental de Cairuçu⁹ (APA Cairuçu) (BRASIL, 1983). Posteriormente, o Governo Estadual do Rio de Janeiro criou a REEJ, sobreposta a APA, na tentativa de barrar a especulação imobiliária que se instalou fortemente na área, responsável por conflitos que se arrastaram por anos.

A construção das estradas trouxe para a região um dos grileiros de terras mais famosos do país, Gibrail Nubile Tannus, que comprou, na década de 1950, uma fazenda próxima à Praia do Sono e construiu uma estrada particular que ligava a fazenda até a praia, realizando, já em meados de 1960, diversas atrocidades para tentar adquirir toda a área.

⁸ Decreto nº 68.172, de 4 de fevereiro de 1971, cria o Parque Nacional da Serra da Bocaina e dá outras providências.

⁹ Criada pelo Decreto nº 89.242, de 27 de dezembro de 1983. A APA é ligada ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), composta por uma área continental e outra peninsular.

As investidas pela conquista dessas terras não pararam por aí, pois, em 1972, uma multinacional comprou a Fazenda Laranjeiras¹⁰, onde hoje se localiza o condomínio. Laranjeiras foi dividida em glebas e a maior parte se destinou à Companhia Paraty Desenvolvimento Turístico S.A.¹¹, subsidiária de um dos grupos da multinacional. Por meio de contratos e ameaças, a companhia comprou as casas dos moradores que viviam dentro da fazenda e da Vila de Trindade, fundos da fazenda.

Com a retirada da população de suas terras, a companhia construiu um luxuoso condomínio, único fruto bem sucedido da época, já que as outras tentativas de empreendimentos, na vila de Trindade, não saíram do papel devido à resistência dos caiçaras em sair de suas terras.

Desde então, a segregação socioespacial marca o dia a dia dessa região, sendo estabelecidas regras de convivência impostas pelo lado dos grandes milionários, além de prejuízos e transtornos para a comunidade local que há tanto tempo permanece naquela região.

Portanto, este trabalho possui um enfoque socioambiental, enquadrando-se no tema de áreas protegidas e comunidades tradicionais. No Brasil, vários trabalhos foram feitos sobre essa temática, incluindo antropólogos, geógrafos, historiadores, ecólogos, etc. No início, as pesquisas denunciavam as consequências de se institucionalizar áreas protegidas de uso integral em territórios caiçaras ou de outras comunidades, isso porque houve muita incompatibilidade entre os objetivos das unidades preservacionistas com os usos culturais das comunidades e populações, gerando inúmeros conflitos. Não houve também um pensamento e gestão democrática, compartilhada. Além de tudo, poderia ter se institucionalizado categorias de conservação includentes.

Ainda que diante de tantos erros, percebeu-se um aspecto positivo nessa história. Mesmo que as áreas protegidas de uso integral tenham restringido muitos tipos de usos, a maior parte delas acabou mantendo essas populações em seus territórios e lugares, protegendo-os da expropriação, no entanto, se poderia rever esse tipo de categoria em áreas conflitantes.

Visto isso, esta dissertação está organizada da seguinte forma:

¹⁰ A Fazenda Laranjeiras abrigava uma vila de caiçaras antigamente.

¹¹ Paraty Desenvolvimento Turístico (PDT) que, de acordo com Siqueira (1984), tinha como presidente na época o general Candau da Fonseca, que já havia presidido a Petrobrás. A companhia se transformou em Trindade Desenvolvimento Territorial (TDT) e atua em Trindade na construção de grandes empreendimentos. Em pesquisa realizada pela autora, a empresa apresenta diversas ações contra ela e o acesso a TDT é praticamente inexistente, pois não existe uma página da empresa na internet e os telefones encontrados não correspondem à mesma.

O capítulo “Trilhando caminhos teórico-metodológicos: breve abordagem inicial” traz uma contextualização da Geografia Humanista e o seu suporte teórico-conceitual, apresentando alguns dos principais estudiosos dessa corrente, bem como suas contribuições. Além disso, conta com uma apresentação teórica dos eixos fundamentais que foram abordados durante as entrevistas: “As experiências vividas no lugar”, “Entendendo o território” e “Identidade cultural caiçara”.

O capítulo “Descobrimos como trilhar” discute a metodologia qualitativa escolhida para ser trabalhada nesta pesquisa por meio da história oral temática, técnica que se utiliza das entrevistas para registrar narrativas das experiências humanas e possibilita ao entrevistado uma maior liberdade e fluidez nas suas reflexões.

No capítulo “Adentrando no viver: unidades de conservação e área de estudo” foi feita uma linha cronológica dos principais acontecimentos, a nível mundial, sobre as unidades de conservação, apresentando suas categorias e especificidades. Também se abordou neste capítulo os conflitos dentro dessas áreas protegidas no Brasil e, por fim, dedicou-se a exibir a área de estudo delimitada nesta pesquisa, iniciando com uma apresentação da Praia do Sono e finalizando com a criação da REEJ, bem como todas as questões que a envolvem: a necessidade da recategorização, da elaboração do Plano de Manejo e a regularização fundiária.

O capítulo “Conflitos e resistências: a história pela permanência” se divide em duas partes. A primeira conta toda a história da chegada de um grileiro de terras na região da Praia do Sono, que se encanta com as belezas dali e inicia uma série de fraudes para adquirir toda aquela área. De desapropriações à porteira para fechar a entrada do Sono, de criação de búfalos para comer a roça dos caiçaras a contratos de comodato, os quais enganaram muitas famílias do Sono, tudo isso foi relatado até a saída vexatória do grileiro.

A segunda parte retrata a chegada da Rio-Santos (BR-101), que trouxe consigo a intensa exploração de terras, praticamente inexploradas, por multinacionais, implantando o turismo na região. Aqui é narrada a história da desapropriação e venda de terrenos a preços irrisórios por parte dos caiçaras que habitavam uma área próxima ao Sono para uma multinacional que pretendia construir condomínios de luxo. Graças à resistência dos moradores, apenas um empreendimento foi construído, no entanto ele se localiza no ponto que dá acesso à Praia do Sono e, assim, impõe uma série de regras para a população caiçara passar por ali e chegar até Paraty. O condomínio é visto por alguns moradores como a principal luta de resistência nos dias de hoje.

“Resultados: entrelaçando narrativas caiçaras e referências teóricas” é o capítulo que retoma todos os assuntos abordados anteriormente sob a ótica dos caiçaras, a partir de trechos das entrevistas que foram analisados com base no referencial teórico escolhido para este trabalho. Assim, primeiramente aborda-se o lugar a partir das experiências vividas pelos caiçaras, misturando com as contribuições teóricas dos principais autores que tratam do tema. Em seguida, realiza-se o mesmo esquema, mas agora com o território, a partir de uma perspectiva diacrônica e a importância dos laços criados com a terra, a toponímia vivenciada nas geografias.

Posteriormente é retratada a manifestação da identidade caiçara e a territorialidade, apontando que, mesmo a comunidade sofrendo influências externas e apresentando uma cultura dinâmica, as expressões culturais e os saberes tradicionais fazem daquelas pessoas uma comunidade tradicional.

Por último são abordadas as diversas resistências por parte dos caiçaras sobre eventos que marcaram sua história e seu lugar, como: à UC, à grilagem de terras, à especulação imobiliária e ao Condomínio Laranjeiras. Analisando os resultados, foi possível perceber a força de resistir dessa comunidade tradicional, que criou laços profundos com o lugar, além do sentimento de pertencimento a esse território, onde manifesta sua cultura e se reconhece como tradicional, fortalecendo memórias coletivas que consolidam suas identidades enquanto coletividade.

Por fim, apresentam-se as considerações finais com a síntese dos principais pontos trabalhados e dos resultados apresentados a partir das vivências narradas pelos caiçaras, reforçando como o lugar é percebido por eles e salientando a importância da permanência naquele território, do qual já tentaram desterritorializá-los, mas não conseguiram, fortalecendo, ainda mais, sua ânsia de lutar e permanecer desfrutando dessa riqueza que dinheiro nenhum é capaz de comprar.

3. OBJETIVOS

Objetivo geral

Compreender o sentido de lugar para a comunidade tradicional que habita a Praia do Sono por meio de suas experiências cotidianas, entendendo as lutas travadas pela permanência nesse território como fundamentais na percepção dos caiçaras como atores em sua própria história, vivendo de forma dinâmica, pulsante, que dialoga com o presente e se refaz, ao mesmo tempo em que respeita suas raízes e tradições.

Objetivos específicos

- Contextualizar a história de vida e de luta desses caiçaras pela permanência nesse lugar, a partir de suas percepções e vivências;
- Compreender o processo de criação da REEJ e como sua implantação, normas e dificuldades de gestão se configuraram como uma das lutas travadas com os caiçaras pela permanência nesse território;
- Analisar de que forma o surgimento do interesse econômico pela área a partir da década de 1950-1960, representado por grileiro e pela multinacional, impactou a população residente ali e se constituiu também como resistência no lugar;
- Entender a importância desse lugar para os caiçaras, como cenário para suas vivências, modo de existência, prática de suas atividades que dialogam com a modernidade e, ao mesmo tempo, com o passado.

4. TRILHANDO CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: BREVE ABORDAGEM INICIAL

A Geografia, por muitos anos, considerou como conhecimento geográfico apenas os dados obtidos através de uma racionalidade científica, priorizando a lógica, o objetivismo e deixando de lado toda riqueza do conhecimento tradicional. Segundo Marandola Jr. (2017, p. 11) “Tudo aquilo que era vivido por pessoas diversas, inclusive os próprios geógrafos, foi sendo censurado e considerado como fora do escopo de interesse de um geógrafo profissional”.

Contudo, este cenário foi se alterando no fim da década de 1960 e início da década de 1970, quando geógrafos passaram a se interessar pelas “perspectivas perceptivas e fenomenológicas da experiência geográfica” (MARANDOLA JR, 2017, p. 8-9). Em tempos de globalização e massificação da sociedade, reconheceram que esses conhecimentos vividos através da experiência geográfica, os valores locais, são expressões de nossa existência, estão presentes no nosso cotidiano e que são encontrados em todas as partes do mundo, são, na verdade, fundamentais e necessários para descrevermos e apreendermos como as coisas existem e se manifestam no mundo, além de entendermos o “fenômeno da experiência, como expressão do próprio mundo-da-vida”.

Essa corrente, denominada de Geografia Humanista - vista como uma nova epistemologia para a geografia, – segundo Tuan (1982, p.143), “reflete sobre os fenômenos geográficos com o propósito de alcançar melhor entendimento do homem e de sua condição”. Através de uma visão complexa e profunda enxerga, por meio das vivências, a relação que o homem estabelece com o seu lugar, buscando compreender o “mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico bem como dos seus sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar”.

Contudo, ainda lhe faltava um suporte teórico-conceitual e, para Marandola Jr (2005, p.68), entre as suas “orientações filosóficas”, a Geografia Humanista “procura ‘inspiração’ no método e no sistema fenomenológico” como meio para findar com as “dicotomias e fragmentações provocadas pela modernidade” (MARANDOLA JR, 2017, p. 12).

Relph (1970) foi o primeiro a colocar em um artigo as possibilidades da fenomenologia ser o suporte filosófico capaz de unir todos os geógrafos ocupados com aspectos subjetivos da espacialidade, mas que não desejavam ser identificados como comportamentalistas. Sua proposta era,

explicitamente, de “desenvolver uma bagagem filosófica para as aproximações humanistas na geografia” (Relph, 1970, 195). Relph previa pelo menos duas consequência imediatas do uso da fenomenologia na geografia: uma visão holística e unificadora da relação homem- natureza e uma crítica ao cientificismo e ao positivismo (HOLZER, 1993-1998, p. 140).

Buscando aporte em filósofos fenomenologistas, Martin Heidegger, filósofo alemão, entendeu que, “baseado na idéia de fenômeno (aquilo que mostra-se ou revela-se em si mesmo), a fenomenologia é, para o filósofo, o “deixar e fazer ver por si mesmo aquilo que se mostra, tal como se mostra a partir de si mesmo” (MARANDOLA JR, 2005, p. 70).

Assim, o filósofo alemão Edmund Husserl, precursor da fenomenologia moderna, e influenciador do existencialismo, trouxe a “busca das essências” como o ponto crucial para a fenomenologia, ou seja, é escavar o sentido dos fenômenos. Esta se caracteriza por descrever de que forma as coisas se apresentam à consciência, utilizando a redução fenomenológica que obtém a essência do fenômeno. “O método fenomenológico seria utilizado para se fazer uma descrição rigorosa do mundo vivido da experiência humana e, com isso, através da intencionalidade, reconhecer as “essências” da estrutura perceptiva” (HOLZER, 1993-1998, p. 140). Para Nogueira (2005), a descrição não deve ser uma interpretação das experiências vivenciadas pelo indivíduo, mas sim, quem as descreve deve se colocar no lugar de quem experiencia o fenômeno, de quem o vive, fazendo uma descrição vívida, buscando as coisas exatamente como são, libertando-se de possíveis crenças ou preconceitos. Ou seja, a fenomenologia “é a tentativa de uma descrição direta de nossa experiência tal como ela é” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 1).

Maurice Merleau-Ponty (1999), filósofo fenomenológico existencialista, percebeu o ser humano inserido no mundo e sendo conhecido neste, a partir de sua “facticidade”, além de entender o homem como ser ativo no amoldamento do espaço, como ser-no-mundo.

Além de fazer uma minuciosa descrição dos fenômenos pesquisados, a fenomenologia busca estudar o mundo vivido valorizando todas as experiências concretas do homem com este mundo. Para isto, parte do princípio da intencionalidade (Husserl), onde o mundo é incluído na consciência. O mundo passa a existir a partir da inserção do homem nele, como “ser no mundo”. “A consciência é sempre consciência de alguma coisa... o objeto é sempre objeto-para-um-sujeito, importa descrever neste momento como o objeto é para nós.” A fenomenologia prioriza, portanto, o ser no mundo. O princípio da intencionalidade não separa o sujeito do objeto, o ser do mundo, estes são entendidos na correlação, ser-envolto-no-mundo (NOGUEIRA, 2005, p. 10246).

Portanto, escolher caminhar no método fenomenológico nos faz entender que a intenção “não é responder às nossas questões mais profundas, mas colocar à nossa disposição as respostas que os outros deram” (GEERTZ, 1989, p. 40).

Segundo Marandola Jr (2005, p. 70-71), Husserl propôs que buscássemos essas essências por meio da arqueologia fenomenológica – método para investigação das experiências - que se constitui como um processo de escavação das muitas “camadas de mediação da cultura e da sociedade” que foram sobrepostas ao conhecimento intuitivo (sentido original). A arqueologia fenomenológica nos “permite acessar o conhecimento verdadeiro”, procura os sentidos originais antes das concepções científicas, primando pelo conhecimento intuitivo no momento em que a consciência se encontra com o mundo. Ela nos permite ir à busca da “experiência enquanto fenômeno, permitindo que ela re-vele-se tal como ela é em si mesma”.

Nogueira (2005) aponta que este conhecimento revela uma geograficidade. Dardel, importante representante da fenomenologia como forma de compreender o mundo, debruçava-se em seus trabalhos na relação existencial do homem com o mundo, a partir da percepção de quem o vive, de quem o experiencia, pensando nessa “experiência humana sobre a Terra”, a Geograficidade.

Geograficidade refere-se às várias maneiras pelas quais sentimos e conhecemos ambientes em todas as suas formas, e refere-se ao relacionamento com os espaços e as paisagens, construídas e naturais, que são as bases e recursos das habilidades do homem e para as quais há uma fixação existencial. Essa “geograficidade” só é possível na relação Ser e Mundo, da qual fala a fenomenologia, daí termos nos fundamentado nela para compreender a relação homem-terra. Debate tão levantado pela ciência geográfica. A terra aqui, sendo vista, para além dos seus aspectos físicos, compreendida como lugar de vida (NOGUEIRA, 2005, p. 10247).

Dardel, em seu livro *O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica* (2015) traz esse elo, esse vínculo que liga o homem com a Terra e com a sua terra, esse entrelaçamento e também uma cumplicidade, que ele chamou de geograficidade.

Para Dardel, a geograficidade é a própria maneira como se desenvolve o destino do homem: ligado inexoravelmente à Terra. Tudo é consequência desta relação ou da forma como esta relação se opera, afinal, somos seres terrestres. A maneira como o homem vive e convive em seu mundo circundante, para Dardel, é o fundamento da experiência, que é geográfica indelevelmente (MARANDOLA JR, 2017, p. 11).

4.1 As Experiências Vividas no Lugar

A Geografia Humanista aborda a experiência enquanto escala epistemológica para pensar o mundo vivido na perspectiva de quem o vive e percebe os fenômenos ali apresentados, nas suas mais diferentes escalas e, essas experiências, que se dão através do conhecimento adquirido na empiria, e que são constituídas pelas vivências das ações cotidianas, são percebidas e vivenciadas através dos sentidos.

Desta forma, para intuir e descrever as experiências narradas dos indivíduos se faz necessário olhar o mundo com as mesmas lentes de quem vive naquele lugar, re-velando as essências por intermédio das percepções do fenômeno, por meio de um olhar reflexivo que capta as intimidades daquela determinada realidade.

É através dessas experiências cotidianas - as vivências -, de enfrentamentos e lutas pela garantia da permanência nesse território que o lugar se constitui, propiciando uma forte intimidade entre o homem e seu habitat. Desta forma, Tuan (1983, p. 9) afirma:

Experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade. Estas maneiras variam desde os sentidos mais diretos e passivos como o olfato, paladar e tato, até a percepção visual ativa e a maneira indireta de simbolização.

O autor (1983, p. 10) ainda explana que:

Assim, a experiência implica a capacidade de aprender a partir da própria vivência. Experienciar é aprender; significa atuar sobre o dado e criar a partir dele. O dado não pode ser conhecido em sua essência. O que pode ser conhecido é uma realidade que é um constructo da experiência, uma criação de sentimento e pensamento.

Experienciar os lugares é fundamental, pois são essas experiências, passivas e ativas, que proporcionam que o fenômeno apareça e elas se dão, primeiro, através das sensações captadas pelos sentidos, sendo essas sensações as responsáveis pelas percepções criadas pelo indivíduo. “O perceber integra a vida da pessoa humana. [...] Na fenomenologia nós percebemos não as coisas, mas “estados de coisas” (GUIMARÃES, 2013, p. 38). Ainda segundo o autor (2013, p. 38) “é percebendo os “estados de coisas”, os modos pelos quais as coisas se manifestam, que descortinamos os horizontes do mundo”.

Del Rio (1999, p. 3) define a percepção como:

[...] um processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente que se dá através de mecanismos perceptivos propriamente ditos e, principalmente, cognitivos. Os primeiros são dirigidos pelos estímulos externos, captados através dos cinco sentidos [...]. Os segundos são aqueles que compreendem a contribuição da inteligência, admitindo-se que a mente não funciona apenas a partir dos sentidos e nem recebe essas sensações passivamente.

É nesse sentido que Merleau-Ponty (1999, p. 6) afirma:

A percepção não é uma ciência do mundo, não é nem mesmo um ato, uma tomada de posição deliberada; ela é o fundo sobre o qual todos os atos se destacam e ela é pressuposta por eles. O mundo não é um objeto do qual possuo comigo a lei de constituição; ele é o meio natural e o campo de todos os meus pensamentos e de todas as minhas percepções explícitas. A verdade não "habita" apenas o "homem interior", ou, antes, não existe homem interior, o homem está no mundo, é no mundo que ele se conhece. Quando volto a mim a partir do dogmatismo do senso comum ou do dogmatismo da ciência, encontro não um foco de verdade intrínseca, mas um sujeito consagrado ao mundo.

Essas percepções, caracterizadas por uma interação do sujeito com seu meio, são influenciadas de acordo com as vivências do indivíduo, “como também de acordo com as suas dimensões sociais, culturais, históricas e paradigmáticas” (RIBEIRO *et al.*, 2009, p. 43), assim, a percepção é individual e seletiva e se expressa através de atitudes e valores, podendo ser afetada pela cultura.

Concordamos com ROCHA (2007, p. 24) ao dizer que:

Logo, tem-se evidenciado o fato de que cada visão de mundo é única, pois cada pessoa habita, escolhe e reage ao meio de diferentes maneiras, influenciadas pelos seus sentimentos, visões particulares, e, sobretudo, contemplando as paisagens com suas imagens particulares, o que Tuan (1980) cita como um estender-se para o mundo.

Desta forma, as experiências cotidianas vão transformando o espaço em lugar e vão o legitimando, já que este deve ser vivido em profundidade e não apenas observado. O conceito de lugar na Geografia Tradicional sempre esteve ligado à noção de localização absoluta. Somente com o advento da corrente humanista na década de 1970 que o interesse pelo lugar como categoria de análise da Geografia se consolidou de forma significativa. Esta corrente propõe “uma análise do lugar como mundo das experiências intersubjetivas dos indivíduos. [...] fundamental para entender os sentimentos espaciais a partir da experiência cotidiana, do simbolismo e do apego pelo lugar” (RODRIGUES, 2015, p. 5038). Essas experiências de lugar associam-se ao sentido de raiz, segurança, ninho, acolhimento e pertencimento, adquiridos ao longo do tempo, no dia a dia.

Em seu artigo, Rodrigues (2015, p. 5039) cita Lowenthal (1961) para explicar as ideias deste último sobre o lugar, mostrando que para ele temos um conhecimento muito restrito do planeta como um todo, mas temos amplo conhecimento sobre a “delgada fração do globo” em que habitamos. Desta forma, “a experiência do indivíduo é essencial para entender aspectos do lugar que ninguém, que não o tenha vivenciado pessoalmente, poderia saber”.

No livro “Espaço e lugar: a perspectiva da experiência” de Yi-Fu Tuan (1983, p. 3), o autor explica o lugar como sendo “segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro”. Ainda de acordo com o autor, “o lugar pode adquirir profundo significado para o adulto através do contínuo acréscimo de sentimento ao longo dos anos” (TUAN, 1983, p. 37).

A experiência vivida no cotidiano é responsável por constituir o lugar, que será criado através do tempo, já que quanto maior o período em que se vive em um determinado lugar, maior apego e envolvimento se terá por ele e mais profundas e significativas serão as experiências. “Viver em um lugar é experienciá-lo, é estar ciente dele tanto nos ossos, como na cabeça” (TUAN, 2018¹², p. 14).

Entende-se, portanto, que um espaço se torna lugar na medida em que as experiências e vivências vão ocorrendo e trazendo afetividade e significado para quem vive ali. O lugar constrói identidades sociais e culturais enquanto ele é vivido. É nele que o indivíduo se expressa e encontra suas referências pessoais. Um espaço se torna lugar no dia a dia, nas atividades comuns de cada indivíduo, na complexidade de cada rotina, quando ele passa a ser experienciado e valorizado. “Lugar é o sentido do pertencimento, a identidade biográfica do homem com os elementos do seu espaço vivido. No lugar, cada objeto ou coisa tem uma história que se confunde com a história dos seus habitantes” (TUAN, 1983, p. 14).

4.2 Entendendo o Território

Iniciaremos o entendimento de território, que sofreu ao longo dos séculos uma evolução conceitual, já partindo deste sob uma ótica cultural. No entanto, não podemos deixar

¹² 2018 é o ano da publicação *Lugar: uma perspectiva experiencial*, traduzido por Márcia Manir Miguel Feitosa e Renata França Pereira com a colaboração de Millena Portela, Tércila Duarte e Ubiratam Barros, do original em inglês “Place: an Experiential Perspective”, publicado no v.65, n.2 da *The Geographical Review*, Abril 1975.

de mencionar que território já foi associado apenas a uma visão política, através dos estudos do autor clássico Gottman (2012¹³).

O geógrafo francês ainda discorreu sobre espaço e território, identificando que são conceitos diferentes, no entanto apresentam uma ligação, já que enxerga o território – espaço concreto, onde atividades humanas se realizam - inserido no espaço. Gottman (2012) afirma que, já no século XX, o conceito sofreu alterações significativas devido ao modelo urbano-industrial que transformou as paisagens e a relação homem-natureza, conectando diferentes partes do mundo que se tornaram dependentes entre si.

Raffestin (1993¹⁴, p.143), geógrafo suíço que se dedicou aos trabalhos sobre territórios e sua dimensão vivida na forma de territorialidade, também apresenta uma abordagem política para o conceito de território. Segundo o autor, existe uma dicotomia na relação espaço-território, já que “espaço e território não são termos equivalentes. Por tê-los usado sem critério, os geógrafos criaram grandes confusões em suas análises, ao mesmo tempo em que, justamente por isso, se privavam de distinções úteis e necessárias.” O autor afirma que este território é posterior ao espaço (1993, p. 144):

O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço.

Ou seja, o indivíduo acaba sendo um agente transformador do espaço, que é territorializado por esse. “O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). O autor insere no conceito de território uma visão social, afirmando que ele não é apenas obra de uma apropriação estatal, mas também de uma apropriação social.

Raffestin (1993, p. 158) ainda versa que o território é resultado das territorialidades efetivadas pelo indivíduo e que esta “adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral”. Segundo o autor, o indivíduo “vive” concomitantemente “o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas”. Ainda sobre essas relações, diz que são relações de poder:

¹³ Publicação original de Jean Gottman “The evolution of the concept of territory”, no periódico Social Science Information, v. 14, n. 3, ago. 1975, traduzida, em 2012, por Isabela Fajardo e Luciano Duarte, com revisão de Fabricio Gallo para o Boletim Campineiro de Geografia, v. 2, n. 3.

¹⁴ Publicação original de Claude Raffestin “Pour une géographie du pouvoir”, Paris, 1980, traduzida por Maria Cecília França, em 1993, pela editora Ática S.A.

Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159).

Desta forma, entendemos o território enquanto espaço apropriado, constituído por experiências diárias, apresentando, portanto, a identidade de quem o habita, proporcionando segurança. Consequentemente, o lugar, para ser constituído, necessita dessas mesmas condições, assim podemos afirmar que não existe território sem lugar.

Superando a visão tradicional que o limitava a sua relação com os estados nacionais, o conceito de território passou a ganhar um novo enfoque a partir da década de 1980, entendendo sua fluidez e constituições que ultrapassam a noção de poder intimamente ligada a ele. Com isso, além do cunho político e econômico ele passou a agregar uma visão cultural. Bonnemaïson (2002¹⁵), geógrafo francês, trouxe para o debate um enfoque cultural, considerando os agentes sociais do território e suas territorialidades segundo o vivido, auxiliando os trabalhos da Geografia Cultural, afirmando que é “um território é [...] um tipo de relação afetiva e cultural com uma terra, antes de ser um reflexo de apropriação ou de exclusão do estrangeiro” (BONNEMAISON, 2002, p. 101).

Para o autor (2002, p. 86), o território possui uma função social e uma função simbólica. Essa imaterialidade presente no território marca a cultura e, devido à existência desta, é “que se cria um território”. Ele também alega que a cultura:

Tende a ser compreendida como uma outra vertente do real, um sistema de representação simbólica existente em si mesmo e, se formos ao limite do raciocínio, como uma “visão de mundo” que tem sua coerência e seus próprios efeitos sobre a relação da sociedade com o espaço. Para os geógrafos, a cultura é rica de significados porque é tida como um tipo de resposta, no plano ideológico e espiritual, ao problema do existir coletivamente num determinado ambiente natural, num espaço e numa conjuntura histórica e econômica colocada em causa a cada geração (BONNEMAISON, 2002, p. 86).

Cultura e território não podem ser dissociados, segundo Bonnemaïson (2002), pois o segundo depende do primeiro para ser criado e constituído. É pela cultura que uma sociedade

¹⁵ Publicação original “Voyage autour du territoire”. *L'Espace Géographique*, tomo X, nº 4, p. 249-262, 1981, traduzida por Marcia Trigueiro, em 2002.

revela suas simbologias e, assim, se consolida em um território, deixando suas marcas e se expressando.

A ideia de cultura, traduzida em termos de espaço, não pode ser separada da ideia de território. É pela existência de uma cultura que se cria um território e é por ele que se fortalece e exprime a relação simbólica existente entre cultura e o espaço. A partir daí, podemos chamar de abordagem cultural ou análise geocultural tudo aquilo que consiste em fazer ressurgir as relações que existem no nível espacial a “etnia” e a sua cultura (BONNEMAISON, 2002, p. 101).

Assim, essa expressão do vivido, a territorialidade é “[...] compreendida muito mais pela relação social e cultural que um grupo mantém com a trama de lugares e itinerários que constituem seu território do que pela referência aos conceitos habituais de aproximação biológica e de fronteira” (BONNEMAISON, 2002, p. 99-100). Pensando no que é fixo e no que é mobilidade, Bonnemaïson, (2002, p. 114) pensa o território em forma de lugares hierarquizados, ligados por uma rede de itinerários:

[...] a territorialidade de um grupo ou de um indivíduo não pode se reduzir ao estudo de seu sistema territorial. A territorialidade é a expressão de um comportamento vivido: ela engloba, ao mesmo tempo, a relação com o território e, a partir dela, a relação com o espaço “estrangeiro”. Ela inclui aquilo que fixa o homem aos lugares que são seus e aquilo que o impele para fora do território, lá onde começa “o espaço”.

Para Saquet (2009, p.83), geógrafo brasileiro, existe uma diferenciação entre espaço e território, “porém é fundamental reconhecer que espaço e território não estão separados: um está no outro. O espaço é indispensável para a apropriação e produção do território”. O autor entende as dimensões políticas, econômicas, culturais e ambientais agindo diretamente na formação dos territórios, que:

[...] se caracterizam pelo controle e pelo domínio, pela apropriação e pela referência, pela circulação e pela comunicação, ou seja, por estratégias sociais que envolvem as relações de poder, materiais e imateriais, historicamente constituídas. Os homens têm centralidade na formação de cada território: cristalizando relações de influência, afetivas, simbólicas, conflitos, identidades etc (SAQUET, 2009, p. 85).

Essas dimensões citadas por Saquet (2009) também são incorporadas pela territorialidade, segundo Haesbaert (2005). Para ele, a dimensão cultural ainda merece destaque, já que todo território, além de funcional é simbólico:

[...] todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O

território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (HAESBAERT, 2005, p. 6676).

Desta forma, a partir das últimas décadas do século XX, fica evidente a mudança de enfoque nos estudos sobre território com a incorporação da dimensão cultural em sua análise. Nota-se a presença tanto da materialidade quanto da imaterialidade nas suas concepções, fortalecendo a visão simbólica do mesmo. Assim, concorda-se com Risso (2014, p. 318) ao afirmar que:

O território, portanto, tem historicidade, tem várias dimensões, mas, sobretudo, tem memórias, identidades e simbolismos. E, assim, nesse caminho da Geografia Humanística, não se nega a materialidade, mas se escolhe compreender, também, a subjetividade presente no espaço.

Ainda, para Escobar (2015, p. 95), território está associado à ancestralidade, lutas, movimentos. O autor aborda em seu artigo um estudo do geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves, que faz referência à questão do interesse pelo conceito de território despertado no fim dos anos 1980 e início de 1990 em muitos locais da América Latina, ressaltando a fala de diversos grupos sociais “no queremos tierra, queremos território”.

4.3 Identidade Cultural Caiçara

O povo que planta e pesca, canta, dança e faz festa no seu pedaço de chão abastece sua mesa e agradece a natureza em qualquer religião, seu lugar, seu oratório, tirar o seu território é calar a tradição (Figura 03) (Preservar é resistir: em defesa dos territórios tradicionais, 2014. Vídeo para o Fórum de Comunidades Tradicionais¹⁶).

Segundo Cruz (2012), comunidades tradicionais são identificadas a partir de traços de identidade cultural definidos, além de uma forte ligação territorial constituída sobre um trabalho coletivo.

Essas populações tradicionais podem ser vistas como forte aliadas da conservação da biodiversidade, pautando essa análise em uma exploração de recursos limitada para sua subsistência, baseada na agricultura, principalmente de mandioca e banana e da pesca artesanal. Atualmente, a base da sua economia tem-se alterado, consolidando o turismo como

¹⁶ Disponível em <https://vimeo.com/157310960>. Acesso em 28 de junho de 2020.

principal atividade em várias comunidades tradicionais, devido à abertura de rodovias e à chegada da especulação imobiliária, como é o caso da REEJ.

Figura 03: Exposição “Caminhos do Mar” na Casa da Cultura de Paraty, que reuniu elementos culturais e artísticos que fazem parte da tradição caiçara.



Fonte: Foto da autora, 2020.

Assim, o caboclo do litoral, conhecido como caiçara, recebe essa designação devido ao resultado da convergência de diversos fatores de ordem histórica, geográfica, política e econômica. Eles provêm da miscigenação entre o colonizador português e o indígena do litoral, desde o século XVI.

O termo caiçara tem origem no vocábulo tupi-guarani caíçara, o homem do litoral (Sampaio, 1987). Para estes povos, o termo era utilizado para denominar as estacas colocadas à volta das tabas ou aldeias e o curral feito de galhos de árvores fincados na água para cercar o peixe. Com o passar do tempo, passou a ser o nome dado às palhoças construídas nas praias para abrigar as canoas e os apetrechos dos pescadores. Mais tarde, passou a ser utilizado para identificar o morador de Cananéia (Fundação SOS Mata Atlântica, 1992), e daí para todos os indivíduos e comunidades do litoral dos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro (Diegues, 1988b) (ADAMS, 2000, p. 103).

Calvente (1993, p. 20) afirma que no litoral a cultura caiçara está viva há séculos e “não se extinguiu e nem se contrapôs em bloco à cultura dominante no processo de urbanização; vão coexistir, de forma simultânea, práticas que recusam, aceitam ou apenas se conformam à nova lógica de produção do espaço”.

Ainda segundo a autora (1993, p. 88), “assim como a cultura, o território carrega uma grande carga de subjetividade: é como as pessoas veem o espaço ao qual pertencem, no qual têm a familiaridade do cotidiano e de densas relações sociais formadas por parentesco e vizinhança” e aponta que a cultura está em pleno movimento, é dinâmica “e se transforma a si própria sempre que necessário”.

Assim, a cultura caiçara subsiste, dentro de todo o processo de transformação que o território está atravessando. É dinâmica, e não é possível procurar hoje como cultura caiçara a forma de ver o mundo de décadas atrás, pois a transformação do espaço exigiu a transformação da cultura. O dinamismo próprio da cultura é que a faz surgir e se transformar (CALVENTE, 1993, p. 22).

A cultura caiçara e o conhecimento tradicional proveniente dela são fundamentais para a formação de sua identidade. “A identidade caiçara é uma identidade territorial de resistência simbólica, mais relacionada ao passado que as possibilidades de um futuro” (CALVENTE, 2015, p. 154).

5. DESCOBRINDO COMO TRILHAR

Compreendido o aporte teórico que sustentará o entendimento dos sentidos de lugar e das geografidades presentes no Sono, através das lentes intuitivas dos próprios moradores, estabeleceram-se quatro etapas no intuito de alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, além de cumprir os créditos necessários nas disciplinas oferecidas pelo Programa de Pós-Graduação.

A primeira etapa definida consistiu em pesquisas bibliográficas e imersão em literaturas e outras expressões artísticas, produzidas por caiçaras, como poemas e músicas, com a intenção de aprofundar o tema, além dos levantamentos secundários em endereços eletrônicos da Prefeitura Municipal de Paraty, Agência de Jornalismo Investigativo, Cartografias da Ditadura, Trindade Vive, Vento Contra (filme independente) e Narrativas Caiçaras e Carta das Comunidades Caiçaras da Cajaíba (documentários).

Na segunda etapa do estudo deram-se os trabalhos de campo para a Praia do Sono, a fim de se aproximar da população e perceber como o mundo vivido, entendido por Buttimer (1985), como o lugar, é experienciado nas vivências cotidianas, com o interesse de dialogar e descrever essas percepções, usando, ou tentando ao máximo usar, as mesmas lentes de quem vive ali, captando os sentidos e sentimentos em relação à sua terra, a geograficidade. O trabalho de campo, nesse contexto, é fundamental para realizar tal investigação, permitindo a aproximação do sujeito com o objeto que acontece na relação, permitindo que o fenômeno se “re-vele” e que o investigador experiencie e reflita sobre o lugar.

Também para Amorim e Frattolollo (2011), o trabalho de campo é um recurso fundamental, que auxilia na compreensão da relação existente entre as informações obtidas através da bibliografia e aquele novo local, servindo também para familiarizar o pesquisador com aquela área que se pretende analisar, criando assim uma identidade com o local.

Ao todo, foram realizados três trabalhos de campo. A distância do local da pesquisa, os custos com a viagem, hospedagem, alimentação, travessias de bote e a pandemia do Coronavírus (Covid-19) que se iniciou no Brasil em março de 2020 e ainda está presente (janeiro/2021), totalizando quase um ano de restrições, impossibilitaram novas idas para o Sono.

O primeiro trabalho de campo ocorreu de 17 a 21 de julho de 2018, quando fiquei hospedada no Camping do Pescador, de propriedade do senhor Euzébio José Albino. Durante esses dias, pude conhecer e me aproximar dos moradores, dentre eles, alguns que faziam parte, na época, da Associação de Moradores da Praia do Sono, os líderes da comunidade e comecei a ouvir suas vivências. O segundo trabalho de campo aconteceu de 12 a 14 de julho de 2019, quando também permaneci no camping do Pescador e dei início às entrevistas com os moradores¹⁷, totalizando seis entrevistas, sendo três homes e três mulheres, com idades variando de 24 a 68 anos, escolaridade média de Ensino Fundamental I completo e profissões diversificadas, como: pescador, aposentado e dono de camping, radialista, dona de casa, dona de quiosque e balconista de quiosque.

O terceiro trabalho de campo foi realizado de 24 a 29 de novembro de 2020. A intenção era ter feito este último campo em meados de março, entretanto, com a pandemia a cidade de Paraty ficou fechada para receber turistas até setembro e a Praia do Sono até

¹⁷ A identidade dos entrevistados será abordada no capítulo 8 “Resultados – Entrelaçando narrativas caiçaras e referências teóricas”. Os nomes dos moradores não serão dados em siglas ou modificados devido ao desejo dos próprios caiçaras, que preferem ter seus nomes revelados.

outubro, já que seus moradores se revezaram em uma barreira na trilha, proibindo a passagem de qualquer pessoa que não fosse morador.

Neste último campo, fiquei alojada no camping Arenaeus, de propriedade da senhora Juliana Albino de Campos e realizei mais quatro entrevistas, totalizando dez entrevistas. Essas quatro entrevistas foram feitas com dois homens e duas mulheres, com idades entre 27 a 75 anos, também com escolaridade média de Ensino Fundamental I completo e profissões variadas, sendo: marinheiro, pescador aposentado, dona de quiosque e dona de casa.

Em todas elas, foi solicitado ao entrevistado a autorização (ANEXO A) para a gravação que foi feita utilizando um aplicativo de gravação no próprio celular da autora para posterior transcrição das mesmas.

A dissertação em questão possui uma abordagem qualitativa, sendo de fundamental importância os aspectos subjetivos, como as entrevistas realizadas, que permitiram uma análise de conteúdo a fim de compreender as experiências da população tradicional sobre diversos pontos que caracterizam este trabalho.

Entre os mais diversos significados, conceituamos abordagem qualitativa ou pesquisa qualitativa como sendo um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação. Esse processo implica em estudos segundo a literatura pertinente ao tema, observações, aplicação de questionários, entrevistas e análise de dados, que deve ser apresentada de forma descritiva (OLIVEIRA, 2008, p. 37).

Assim, a escolha pelo método de pesquisa a partir da história oral se deu por ser uma técnica que se utiliza das entrevistas para registrar narrativas das experiências humanas e, desta forma, produzir conhecimento. Esse conhecimento é consolidado à medida que entendemos a história oral como um procedimento metodológico interdisciplinar que segundo Meihy; Holanda (2007, p. 64), “é um processo de registro de experiências que se organizam em projetos que visam formular um entendimento de determinada situação destacada na vivência social”.

A história oral valoriza as experiências e a preciosidade da descoberta presente nos diálogos e se contrapõe aos métodos científicos precisos, com hipóteses previamente estabelecidas. “A chamada história oral, portanto se mostra alternativa coerente com o tempo do vivido, privilegiado pelos aparelhos dispostos pela tecnologia moderna para capturas documentais” (MEIHY, 2010, p. 180).

Um dos gêneros da história oral é a história oral temática, que, segundo Meihy; Ribeiro (2011, p. 88), parte de um assunto específico e preestabelecido a fim de ser esclarecido e desvendado.

Portanto, na história oral temática, a fala dos entrevistados é fundamental, pois ela ressalta os detalhes da história pessoal de quem a narra e, visto que, em uma sociedade oral, como a comunidade caiçara, os saberes tradicionais e a própria história de seu povo são transmitidos verbalmente, de uma geração para outra. Desta forma, a oralidade se consagra como a essência da continuidade do ser.

Desta forma, segundo Freitas (2006, p. 21):

Com a História Oral temática, a entrevista tem caráter temático e é realizada com um grupo de pessoas, sobre um assunto específico. Essa entrevista – que tem características de depoimento – não abrange necessariamente a totalidade da existência do informante. Dessa maneira, os depoimentos podem ser mais numerosos, resultando em maiores quantidades de informações, o que permite uma comparação entre eles, apontando divergências, convergências e evidências de uma memória coletiva, por exemplo.

Para Meihy; Holanda (2007), a história oral se fundamenta em uma dimensão social, que abrange a memória coletiva e a identidade social. Portanto, os sujeitos entrevistados reconstituem, pelo crivo da memória, o seu ser e estar no mundo, como pertencentes e representantes de uma coletividade, transcorrida na questão identitária comum a uma sociedade.

Sob essa mirada, identidade e comunidade dependem de reflexões atentas à dinâmica das mudanças sempre, porém sujeitas à memória narrativa resultante da interação entre quem conta ou é entrevistado e quem ouve e trabalha a transformação do código oral para o escrito. Sem a “contação”, ou seja, sem o caso dito pessoalmente, no encontro direto que exige “olho no olho”, mediante uma gravação que funciona como suporte, pouco poderia ser “documentado”. A narrativa apreendida nesses moldes é a vida, o sopro, das histórias, das fontes ou das narrativas. A situação dialógica direta implica respeito ao que é relatado e nem vale supor exatidão ou acuro das informações (MEIHY, 2010, p. 181).

Desta forma, as entrevistas seguiram um roteiro (ANEXO B) que foi planejado previamente ao campo, com base nos objetivos de análise da pesquisa e também a partir dos dados secundários que já haviam sido analisados. O roteiro é fundamental para se conseguir os detalhes procurados pelo entrevistador.

A definição dos entrevistados ocorreu baseada nos objetivos propostos, já que para compreender o sentido de lugar para esses caiçaras, é relevante entender as principais

“batalhas” enfrentadas na garantia da permanência de seu território. Assim, procurou entrevistar alguns moradores que eram liderança no ano de 2018 e 2019 para falarem sobre a criação da Reserva Ecológica e moradores que se recordassem dos episódios da chegada do “progresso”, os contratos de comodato feitos por Gibrail e a construção de Laranjeiras, acontecimentos esses que serão destrinchados nas próximas páginas deste trabalho.

Cabe apontar aqui que no último trabalho de campo realizado os representantes que compõem a Associação de Moradores já não eram os mesmos dos anos passados. Foi realizada uma votação e a comunidade escolheu novas lideranças para a representarem diante dos problemas enfrentados pelos moradores no dia a dia.

Outro ponto importante de ressaltar é que a pesquisa sofreu modificações e adaptações referentes ao seu enfoque principal. Em um primeiro momento, cogitou-se a ideia de trabalhar somente com as memórias dos caiçaras, entrevistando apenas moradores mais antigos do Sono, no entanto, já nas primeiras conversas percebeu-se que a população mais idosa é reduzida na área, não ofertando entrevistas suficientes para análises consistentes, além de que esses mais idosos sofreram no passado a coerção de grileiros para a venda de suas terras, e, desta forma, muitos se sentem coagidos, até os dias de hoje, em falar sobre o assunto e, principalmente, de relembrar um passado que traz revolta e sofrimento. Em seguida, optou-se por trabalhar com as experiências dos moradores, tanto mais velhos quanto mais jovens que possuíssem contribuições sobre o Laranjeiras e a Reserva. Deu-se ênfase também em caiçaras que compunham a Associação de Moradores ou que já fizeram parte dela, pois estes possuem um contato maior e mais direto com o condomínio e com o órgão gestor da UC e, conseqüentemente, com as questões que eram o alvo deste trabalho, contudo, durante a qualificação foi apontado que o enfoque que estava sendo dado aos “empecilhos” que atravancam a comunidade era muito maior do que o enfoque dado à própria comunidade, que é a única autora de sua própria história. Assim, durante o último trabalho de campo, as perguntas do roteiro de entrevistas foram revistas para que as experiências vivenciadas nesse lugar se sobressaíssem, entendendo que essas vivências cotidianas são as experiências que se constituem como escala na compreensão dos fenômenos que fazem da Praia do Sono o lugar desses caiçaras, território que lhes pertence há muitos anos, embora os “obstáculos” enfrentados.

A terceira etapa da dissertação consistiu na transcrição das entrevistas coletadas durante os trabalhos de campo com os moradores que se propuseram a contribuir com a pesquisa. Essa fase foi trabalhosa e bastante demorada, porém se constituiu como uma das mais importantes, marcando o início da revelação das essências de um povo e da

preocupação, enquanto autora e investigadora, em colocar no papel apenas as palavras ditas por eles, sem nenhuma interpretação ou julgamento dessas histórias.

A última etapa foi a interpretação dessas entrevistas sob a concepção teórica elegida, finalizando essa dissertação e um ciclo iniciado lá atrás. Fase extremamente relevante, pois através das falas de cada morador foi possível compreender essas essências reveladas, como realmente são, conforme dito anteriormente, sem fazer interpretações ou distorções, apenas tentando utilizar as mesmas lentes usadas por essas pessoas e descrevendo essas vivências que se tornam a base das experiências, foco principal deste trabalho. O coração da pesquisa se encontra na fala de cada entrevistado, com seu jeito próprio de narrar os fatos, com cada detalhe que enriquecia suas lembranças, com a liberdade de discorrer suas histórias pelos caminhos escolhidos. Esta etapa consistiu no ponto fulcral do trabalho, pois por meio dela foi possível me aproximar do que representa a Praia do Sono para esses caiçaras.

Aqui, a fenomenologia, utilizada como método, deu o suporte para se chegar aos objetivos propostos, já que ela entende o ser humano como o sujeito da pesquisa e não como objeto. Mais do que isso, parte das próprias experiências do sujeito para se chegar à compreensão dos fatos e de como eles são percebidos, interpretados e interiorizados. Por fim, compreender as experiências dos caiçaras perante todos esses pontos de enfrentamento e luta no dia a dia foi fundamental para esta geógrafa que vos escreve.

6. ADENTRANDO NO VIVER: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ÁREA DE ESTUDO

Este capítulo se divide em três partes, as quais abordam os seguintes temas: Histórico das Unidades de Conservação e suas Categorizações, apresentando um panorama das UCs no Brasil e no mundo; os Conflitos em Unidades de Conservação no Brasil, tratando sobre a origem desses conflitos que englobam, principalmente, questões com comunidades tradicionais inseridas nos interiores das áreas protegidas; e a área de estudo, juntamente com a criação da REEJ, a qual a Praia do Sono está inserida.

6.1 Histórico das Unidades de Conservação e suas Categorizações

A ideia de se preservar locais de notável beleza cênica surgiu na segunda metade do século XIX, devido a duas principais motivações: “a preservação de lugares sagrados e a

manutenção de estoques de recursos naturais” (BENSUSAN, 2006, p. 12). Esta segunda devia-se ao modelo urbano-industrial imposto, com o homem descobrindo técnicas para dominar e se apropriar de determinados recursos e, com isso, desligar-se cada vez mais do sentimento de pertencimento a uma totalidade, o planeta Terra, causando severas modificações nas paisagens e nas relações sociedade-natureza. Assim, a criação desses espaços destinou-se estritamente à contemplação dos aspectos naturais, ou seja, eram totalmente desabitados. E foi, a partir desse enfoque, que diversas áreas protegidas foram criadas pelo mundo.

A exploração de áreas até então intactas para o tão aguardado “desenvolvimento” já havia sido intensificada desde a Idade Moderna. De acordo com Diegues (1996), escritores românticos da época foram grandes responsáveis por influenciarem a contemplação dessa natureza selvagem – ameaçada - e, a partir disso, manifestações a favor do meio ambiente foram se intensificando e, no fim do século XIX, o histórico de áreas protegidas se iniciou nos Estados Unidos, com o objetivo de se preservar áreas desabitadas com beleza cênica relevante, “consideradas como “ilhas” de grande beleza e valor estético que conduziam o ser humano à meditação das maravilhas da natureza intocada” (DIEGUES, 1996, p. 26), baseada no Mito Moderno da Natureza Intocada, de Diegues (1996).

A noção de mito naturalista, da natureza intocada do mundo selvagem, diz respeito a uma representação simbólica, segundo a qual existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado “puro”, até anterior ao aparecimento do homem. Esse mito supõe a incompatibilidade entre as ações de quaisquer grupos humanos e a conservação da natureza. O homem seria, desse modo, um destruidor do mundo natural e, portanto, deveria ser mantido separado das áreas naturais que necessitariam de uma “proteção total” (DIEGUES, 1996, p. 4).

A primeira unidade de conservação criada foi o Parque Nacional de Yellowstone, em 1872, nos Estados Unidos. Como esse modelo consistia na preservação da natureza, a população indígena que vivia ali foi retirada. Desta forma, Diegues (1996, p. 26) afirma que:

É nessa perspectiva que se insere o conceito de parque nacional como área natural, selvagem, originário dos E.U.A. A noção de “wilderness” (vida natural/selvagem), subjacente à criação dos parques, no final do século XIX, era de grandes áreas não-habitadas, principalmente após o extermínio dos índios e a expansão da fronteira para o oeste. Nesse período já se consolidara o capitalismo americano, a urbanização era acelerada, e se propunha reservarem-se grandes áreas naturais, subtraindo-as à expansão agrícola e colocando-as à disposição das populações urbanas para fins de recreação.

Já no século XX, este modelo atingiu o mundo, com o intuito de preservar a biodiversidade e as paisagens naturais contidas nesses cenários admiráveis.

Há uma combinação de fatores que explicam esse aumento da preocupação mundial pelas unidades de conservação: a rápida devastação das florestas e a perda da biodiversidade, a disponibilidade de fundos internacionais para a conservação e a possibilidade de geração de renda pelo turismo em parques (DIEGUES, 1996, p. 20).

No caso de Yellowstone e de outras unidades de conservação criadas mundo afora, o grande desafio se encontrava na gestão, porque essas populações tradicionais já estavam morando nesses locais antes de se tornarem áreas protegidas, portanto, têm direito em permanecer no seu território, no seu lugar, direito em manter viva a memória de sua terra e de suas atividades culturais e econômicas.

Assim, para melhor compreender a discussão acerca dessas comunidades, se faz necessária a distinção entre as visões preservacionista e conservacionista. A primeira acredita na “reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem. Ela pretende proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano” (DIEGUES, 1996, p. 32). Já a visão conservacionista defende a permanência das comunidades tradicionais nas áreas protegidas e uma exploração consciente dos recursos ali encontrados.

A concepção preservacionista foi transportada para muitos países, dentre eles o Brasil, criando uma dicotomia entre comunidades tradicionais e áreas protegidas e gerando conflitos pela questão da terra que culminaram em expropriações e expulsões. As populações tradicionais que deixaram essas áreas não puderam mais praticar suas atividades, como agricultura e pesca, e as que permaneceram para lutar por seus direitos foram obrigadas a se adaptar às novas regras impostas pelos órgãos de gestão dessas unidades.

Esse neomito, no entanto, foi transposto dos Estados Unidos para países do Terceiro Mundo, como o Brasil, onde a situação é ecológica, social e culturalmente distinta. Nesses países, mesmo nas florestas tropicais aparentemente vazias, vivem populações indígenas, ribeirinhas, extrativistas, de pescadores artesanais, portadores de uma outra cultura (chamada neste trabalho de *tradicional*), de seus mitos próprios e de relações com o mundo natural distintas das existentes nas sociedades urbano-industriais. Ora, a legislação brasileira que cria os parques e reservas prevê, como nos Estados Unidos, a transferência dos moradores dessas áreas, causando uma série de problemas de caráter ético, social, econômico, político e cultural (DIEGUES, 1996, p. 18).

No Brasil, a primeira UC criada foi o Parque Nacional do Itatiaia, estabelecido em 1937 na divisa entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, próximo ao estado de São Paulo, na Serra da Mantiqueira. Tinha a finalidade de proporcionar lazer e estimular as pesquisas científicas.

Vale ressaltar que a criação do Itatiaia foi considerada tardia, visto que o Brasil representa uma das maiores biodiversidades do mundo, no entanto, esse atraso no estabelecimento de uma unidade de conservação pode ser explicado por Vianna (1996, p. 56):

As décadas de 30 e 40 são também aquelas em que o processo de industrialização começa a se acelerar. A relação entre os dois eventos históricos existe na medida em que a industrialização mais intensa impôs um novo padrão de exploração e apropriação de recursos naturais, com um rápido avanço sobre novas áreas (Quintão, 1983). E esse novo padrão exigia, ao menos no nível da legislação, uma resposta protecionista.

Com esse aumento de UCs pelo mundo, foi criada em 1948 a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), na França, estabelecendo doze anos mais tarde a Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas, com o intuito de realizar o monitoramento e apresentar orientações para o manejo dessas áreas, conforme ressalta Risso (2005).

A UICN criou uma categorização para as áreas protegidas que possui validade internacional e tem como objetivo organizá-las, no entanto, cada país possui autonomia para realizar uma categorização própria, já que as unidades de conservação devem ser criadas e implantadas visando suas especificidades, características econômicas, culturais e sociais. Desta forma, “La intención original del sistema de Categorías de Gestión de Áreas Protegidas de la UICN era crear un entendimiento común sobre las áreas protegidas tanto entre países como dentro de ellos” (UICN, 2008, p. x).

Este órgão acredita ainda que “las categorías de gestión de áreas protegidas constituyen un importante estándar global para la planificación, establecimiento y gestión de áreas protegidas” (UICN, 2008, p. 6).

Em 1960, a questão da problemática ambiental atingiu proporções globais, partindo da ideia de que os recursos eram finitos e que a forma como se dava sua exploração não os garantiria para as futuras gerações, construindo-se assim um cenário de catástrofe. A discussão dessa década estava fortemente ligada às ideias de Thomas Malthus propostas nas primeiras décadas do século XIX e, desta forma, alguma medida radical deveria ser tomada.

No Brasil, até a implantação do Código Florestal existiam cinco categorias de áreas protegidas, sendo que nenhuma admitia a presença de comunidades tradicionais em suas áreas: Parques Nacionais, Florestas Nacionais, Florestas Protetoras, Florestas Remanescentes e Reservas Florestais.

Já em 1965, o Código Florestal passou a definir como unidades de conservação: Floresta Nacional, Estadual e Municipal, Parque Nacional, Estadual e Municipal e Reservas Biológicas. Reserva Legal e Áreas de Proteção Permanentes não faziam parte dessa categoria.

Além do Código Florestal, outros órgãos foram criados no Brasil para dar suporte à questão ambiental e contribuir na gestão dessas áreas protegidas como, por exemplo, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

Criado em 28 de fevereiro de 1967 pelo Decreto-lei nº 289, o IBDF (...). Seus objetivos atendiam às necessidades de se elaborar uma política de desenvolvimento do setor florestal. Essa política compreenderia setores de preservação da fauna, projetos de florestamento e reflorestamento, administração de parques nacionais e reservas biológicas e facilitação do comércio exterior de produtos silvestres brasileiros. Era uma autarquia do Ministério da Agricultura, tendo seu presidente nomeado pelo Presidente da República. Desenvolvia experimentos florestais de espécies de interesse econômico, realizava a fiscalização de contrabando de peles, animais silvestres e espécies vegetais nativas e controle de desmatamento, entre outras atividades correlatas (CESAR, 2010, p. 8).

O ano de 1968 foi importante no que diz respeito à conservação dos recursos naturais e das unidades de conservação, sendo a primeira vez que se estabelecia uma discussão ampla e fundamentada com dimensão social, econômica e política sobre o tema.

No início dos anos 1970, o livro *The limits to growth* norteou o caminhar das discussões ambientais e também pautou grande parte das questões levantadas na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, no ano de 1972. Enxergava-se como única solução capaz de contornar os cenários desenhados para os próximos anos um crescimento zero, o que em nada agradava, principalmente, os países ditos de Terceiro Mundo. Dessa forma, proteger áreas naturais se tornou uma das possíveis saídas para tal questão, já que elas conservam a biodiversidade, recursos e paisagens naturais.

Na XI Assembleia Geral da UICN em 1972, no Canadá, a discussão sobre populações no interior de áreas protegidas foi um marco para a época, considerando a presença e importância destas.

Assim, da década de 1970 até meados de 1980 ocorreu um “boom” na criação de unidades de conservação, devido à preocupação com a perda da biodiversidade e a rápida devastação das florestas, porém muitas dessas áreas estabelecidas não foram implantadas, pois

na prática havia falta de recursos, planos de manejo inacabados, dificuldades na gestão, dentre outros desafios para executá-las.

Dentro do processo de expansão da fronteira desenvolvimentista promovida pelos governos militares, a partir da década de 1970 houve um crescimento extraordinário no estabelecimento de novas áreas protegidas – uma frente preservacionista –, que produziu um grande impacto fundiário no país devido ao alto índice de sobreposição das novas áreas protegidas com os territórios sociais dos povos indígenas, dos quilombolas e das comunidades extrativistas. Nos quinze anos de 1975 a 1989, foram criados no Brasil 17 Parques Nacionais, 21 Estações Ecológicas e 22 Reservas Biológicas, que produziu o quadruplicamento da área total de Unidades de Conservação de Uso Indireto no país. Como as Unidades de Conservação de Uso Indireto não permitem a presença de populações humanas dentro de seus territórios – sendo isto uma de suas regras cosmográficas mais firmes –, a solução inicialmente proposta pelos preservacionistas foi a expulsão dos habitantes de “seus” novos territórios, seja por indenização ou por reassentamento compulsório, tal como se fazia com as barragens e os outros grandes projetos de desenvolvimento (LITTLE, 2002, p. 16).

Até meados da década de 1980, as unidades consideradas de Proteção Integral se sobressaíam em quantidade, mas, já no final dos anos 1980, foi percebida uma importante mudança na compreensão da relação sociedade-natureza, passando a discutir-se a importância desse convívio harmônico e dependente. A visão conservacionista ganhou destaque e as unidades de conservação criadas a partir de então passaram a adotar uma nova postura, aliando-se, em alguns casos, às comunidades tradicionais que já se encontravam nos locais que seriam transformados em áreas protegidas. “A mudança de “preservação” para “conservação” expressa a possibilidade de conciliação entre a proteção da natureza e o aproveitamento econômico e social das áreas protegidas” (BRITO, 2008, p. 5).

Em 1986, na conferência da União Internacional para a Conservação da natureza (IUCN) sobre Conservação e Desenvolvimento, realizada em Ottawa, Canadá, a relação entre populações tradicionais e áreas protegidas ficou mais clara, sendo recomendado (IUCN, 1986):

Reconhecer a relação particular que esses povos mantêm com a natureza;
Assegurar aos povos a participação no controle de uso dos recursos compartilhados;

Assegurar que os governos nacionais dediquem atenção necessária às necessidades e aspirações dos povos tradicionais, cujos territórios serão afetados pela criação de parques Nacionais e reservas (RISSO, 2005, p. 144).

Com o objetivo de analisar a eficiência da gestão das unidades de conservação, a Comissão Mundial de Áreas Protegidas da UICN formou um grupo de trabalho em 1995 e, com posse dos resultados, produziu um esquema com a finalidade de servir como base para a

criação de novas metodologias de avaliação da gestão (Figura 04). Esta análise demonstra as principais potencialidades e fragilidades dessas áreas, com aperfeiçoamento de técnicas para se viabilizar a gestão, a fim de promover a conservação da biodiversidade.

Risso (2011) também aponta que, a fim de tentar solucionar os problemas acima citados, o IBDF elaborou um plano de sistemas de unidades de conservação, que perdurou até meados de 2000. De acordo com este plano, existiam várias categorias de manejo, as quais eram distinguidas pelos seus objetivos, categoria de importância nacional, de manejo complementar, de manejo adicional, de manejo regional ou local e de manejo de importância mundial, porém muitas dessas categorias não obtiveram amparo legal e por isso não foram implantadas.

Figura 04: Ciclo de gestão e avaliação proposto pela Comissão Mundial de Áreas Protegidas da União Mundial para a Natureza.



Fonte: WWF-Brasil, 2011.

Dessa forma, o Brasil ainda não apresentava um sistema nacional de unidades de conservação e somente em 1992 tramitou no Congresso Nacional o então Projeto de Lei nº 2892 com essa finalidade. Contudo, a Lei nº 9.985 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) só foi aprovada em 2000.

O Snuc originou-se de um pedido do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal à Fundação Pró-Natureza (Funatura), uma organização não-governamental em 1988, para a elaboração de um anteprojeto de lei instituindo um sistema de unidades de conservação. [...] O anteprojeto foi aprovado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e em maio de 1992, já na qualidade de Projeto de lei, foi encaminhado ao Congresso Nacional. Em 1994, o deputado Fábio Feldmann apresentou um substitutivo ao Projeto de Lei do Snuc, introduzindo modificações significativas no texto original e dando início à polêmica centrada na questão da presença de populações tradicionais nas unidades de conservação, que duraria ainda seis anos. Em 1995, novo substitutivo foi apresentado, dessa vez pelo deputado Fernando Gabeira, aprofundando as divergências entre os ambientalistas e alimentando, ainda mais, a polêmica. Após inúmeras reuniões, audiências públicas, versões e modificações, o projeto foi aprovado no Congresso em 2000, mas teve ainda alguns dispositivos vetados pelo presidente, como, por exemplo, a definição de populações tradicionais (MERCADANTE, 2001 apud BENSUSAN, 2006, p. 19).

Para Martins (2012), a criação desse sistema, apesar de ainda conter falhas e lacunas, foi fundamental na organização política das áreas protegidas, instituindo e gerenciando algumas das mais importantes e valiosas para o país e para o mundo, além de atribuir as regras para seu manejo.

De acordo com o SNUC, no art. 2º inciso I, as unidades de conservação caracterizam-se por ser um:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, p. 1).

Esse sistema divide as unidades de conservação em dois grupos: unidades de Proteção Integral e unidades de Uso Sustentável. O objetivo das áreas do primeiro grupo é a preservação da natureza com uso indireto de seus recursos naturais. O intuito do segundo grupo é conservar a natureza com a utilização de maneira sustentável de parte de seus recursos naturais.

Deste modo, temos que as Unidades de Proteção Integral são compostas, segundo Brasil (2000), pelos (as):

- Estação Ecológica¹⁸: objetivo de preservar a natureza e também os interesses científicos. Exclusivamente de domínio público, a visitação é apenas permitida com objetivo

¹⁸Definida pela Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981.

educacional. Nesta categoria, há a possibilidade de alterações do ecossistema, a fim de restaurar os ecossistemas modificados, preservar a diversidade biológica e auxiliar nos interesses científicos.

- Reserva Biológica: preservação integral do ecossistema natural, “sem interferência humana direta ou modificações ambientais” (BRASIL, 2000, p. 4). A visitação é proibida e as visitas educacionais e científicas devem possuir autorização direta do órgão responsável. É de domínio inteiramente público.

- Parque Nacional¹⁹: caracterizam-se pela preservação dos ecossistemas naturais de grande beleza cênica, de pesquisas científicas, de atividades educacionais, além de recreação e turismo. É de domínio público, portanto as áreas ocupadas devem ser desapropriadas. A visitação está sujeita às normas e restrições impostas pela administração do parque.

- Monumento Natural: preservação de paisagens naturais raras, singulares e de grande beleza cênica. Podem ser estabelecidos em áreas particulares e podem ocorrer visitas, mas estas estarão sujeitas às normas e às restrições da administração.

- Refúgio de Vida Silvestre: devem “proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória” (BRASIL, 2000, p. 5). Também podem ser constituídos por áreas particulares, desde que atendam aos objetivos da unidade. A visitação pública está sujeita às normas e restrições previstas pela administração e pesquisas científicas devem ser previamente autorizadas pelo órgão responsável pela unidade.

Já as Unidades de Uso Sustentável, de acordo com Brasil (2000), são compostas pelos (as):

- Área de Proteção Ambiental: podem ser constituídas por áreas públicas ou privadas. É caracterizada por uma extensa área “dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais” (BRASIL, 2000, p. 5), além de apresentar certo grau de ocupação humana. Objetiva a proteção da diversidade biológica, a regularidade do processo de ocupação e a garantia da sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

- Área de Relevante Interesse Ecológico: área que possui pouca ou nenhuma ocupação humana, “com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional” (BRASIL, 2000, p. 6). As visitas são permitidas, no entanto, deve-se atentar para os objetivos de conservação da natureza.

¹⁹Regulamentado pelo decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979.

- Floresta Nacional: constituída por áreas florestais predominantemente nativas. Seu objetivo é utilizar os recursos naturais de maneira sustentável e expandir a pesquisa para explorar a sustentabilidade. É de domínio público, no entanto admite a permanência das comunidades tradicionais que já estavam estabelecidas na área.

- Reserva Extrativista: as primeiras reservas foram criadas em 1989, no Acre, durante a luta dos seringueiros contra o domínio dos fazendeiros. É caracterizada por ser uma área utilizada pelas populações extrativistas tradicionais e seu objetivo é “proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade” (BRASIL, 2000, p. 6). Não é permitida a exploração dos recursos minerais e nem a caça. É de domínio público e a visitação é permitida de acordo com as normas da unidade.

- Reserva de Fauna: “área natural com populações animais de espécies nativas (...) adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos” (BRASIL, 2000, p. 7). A caça é proibida, a visitação é permitida e o domínio é público.

- Reserva de Desenvolvimento Sustentável: “área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais” (BRASIL, 2000, p. 7). Os objetivos consistem em “preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida” das comunidades, bem como “valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações” (BRASIL, 2000, p. 7). A área é de domínio público, a visitação e a pesquisa científica são permitidas e incentivadas.

Vale ressaltar que o próprio Plano de Manejo da reserva será responsável por definir as zonas de amortecimento, corredores ecológicos e as áreas que atenderão aos objetivos da proteção integral e do uso sustentável.

- Reserva Particular do Patrimônio Natural: caracteriza-se por ser uma área privada que tem como objetivo conservar a diversidade biológica. A pesquisa científica é permitida, assim como as visitas para fins turísticos, recreativos e educacionais.

Segundo Martins (2012), se por um lado a criação do SNUC permitiu ao país inovar quanto à legislação, na organização e proteção dos recursos naturais e na delimitação de espaços específicos para se tornarem unidades de conservação, por outro lado acabou gerando uma série de conflitos ambientais e disputas por recursos abrangidos por esses espaços naturais protegidos.

Para Faria (2004), é inegável a dimensão da relevância das áreas protegidas no que diz respeito ao papel que elas exercem e suas contribuições para com a conservação da biodiversidade ao isolarem-se dos impactos sofridos pelo processo da urbanização, além de serem vistas como um legado para as futuras gerações. Contudo, esses benefícios só serão realmente comprovados, em longo prazo, se essas unidades forem geridas com muita eficácia e excelência, mantendo diálogo com possíveis comunidades que habitem seus interiores.

Vista a questão das comunidades tradicionais, ainda percebidas e tratadas no Brasil em segundo plano, o Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, (BRASIL, 2002) proporcionou o reassentamento a elas, no entanto muitas ainda sofrem com a questão da regularização fundiária e vivem com receio de perder suas terras.

O que procuram é o reconhecimento de seus territórios e do modo de vida que construíram ali. Assim, surgem conflitos quando os povos tradicionais reivindicam seus próprios espaços culturais, políticos e territoriais dentro do aparelho único do Estado, principalmente quando confrontam não a legitimidade do Estado como tal, mas o nacionalismo homogeneizador promovido por alguns dos seus setores. Em última instância, o que esses grupos reivindicam são seus direitos – como cidadãos e como povos – sem questionar a legitimidade do Estado brasileiro (LITTLE, 2002, p. 20).

Por isso, analisar os conflitos que acontecem dentro das UCs no Brasil é fundamental para entendermos o caso específico dos caiçaras abordados nesta pesquisa. A criação das áreas protegidas se deu primeiramente com a finalidade de proteger belos lugares, preservando a natureza e seus recursos, no entanto, Carlos Eduardo Young, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em um evento sobre unidades de conservação no Brasil na cidade de São Paulo, em julho de 2017, apresentou uma visão interessante sobre as áreas protegidas. Ele acredita que elas não existam para proteger a natureza, mas sim para proteger as próprias sociedades humanas, pois a natureza já existia antes do homem e continuará existindo depois de nós, ela é independente. Portanto, a razão pela qual somos obrigados a criar um conjunto de políticas para proteger remanescentes de áreas naturais é por dependermos fundamentalmente disso.

6.2 Os Conflitos em Unidades de Conservação no Brasil

Seguindo a tendência global, a percepção de conflitos ambientais passou a ser discutida com mais importância no Brasil também no final do século passado, depois de

convenções, congressos e reuniões que aconteceram pelo mundo que tratavam dos recursos naturais, sua disponibilidade para as gerações futuras e uma possível forma de conter a perda da diversidade biológica através da criação e implantação de áreas protegidas.

Contudo, essas áreas protegidas foram criadas e implantadas a partir do modelo adotado nos Estados Unidos, espaços em seu estado originário, sem interferência humana, retirando populações que há séculos pertenciam àquele território.

As áreas protegidas brasileiras foram sendo implantadas em um contexto onde a ação cotidiana das instituições públicas colocou seus agentes em confronto com os moradores dessas áreas sob proteção legal. Propostas de conservação formuladas em gabinetes fechados, debatidas e referendadas em fóruns internacionais, no momento de serem implementadas, foram altamente politizadas, mobilizando diversos atores em torno de diversas arenas; outros tiveram que rever posições e conceitos e, principalmente os moradores, em sua maioria sem uma prévia experiência importante de participação política, foram repentina e inusitadamente lançados a uma situação de ator (FERREIRA, 2004, p. 52).

Com isso, a origem dos conflitos está atrelada a essas primeiras áreas protegidas, baseadas na visão preservacionista, que muitas vezes não apresentam uma regularização fundiária, como é o caso da REEJ. Elas desconsideram a presença de populações em áreas vistas como selvagens ou isoladas, por exemplo, e, até mesmo, a interação estabelecida entre esta e o meio ambiente, colocando a diversidade sociocultural em segundo plano, supondo que essas comunidades seriam incapazes de realizar um manejo consciente dos recursos naturais. Os conflitos acontecem em territórios sob a propriedade oficial do Estado, mas controlados, de fato, pelos residentes locais que exploram os recursos.

Estas áreas são sujeitas a um regime de proteção externo, com território definido pelo Estado, cujas autoridades decidem as áreas a serem colocadas sob proteção e sob que modalidade e, independentemente, formulam e executam os respectivos planos de manejo. As pessoas que vivem no interior ou no entorno das áreas não participam em nada destas decisões. Mais que isso, as decisões costumam ser mantidas em sigilo até sua transformação em lei, justamente para evitar movimentações sociais que possam criar embaraços para os planejadores oficiais (ARRUDA, 1999, p. 83).

Portanto, essas unidades de conservação de proteção integral, que excluem as populações e/ou restringem o uso dos recursos naturais, trazendo uma série de consequências para o desenvolvimento dessas comunidades, acabam gerando conflitos socioambientais, que abrangem, segundo Acseirad (2004, p. 26):

[...] grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis - transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos - decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.

Para Vivacqua; Vieira (2005, p. 140), no campo da Sociologia Política, conflito ambiental “designa as relações sociais de disputa/tensão entre diferentes grupos ou atores sociais pela apropriação e gestão do patrimônio natural e cultural”.

Irving (2010) reitera essa visão, apontando que a raiz de muitos conflitos sociais está no próprio processo de criação de unidades de conservação, já que este, na maioria das vezes, é feito de forma centralizada e burocrática, com uma gestão tecnocrática, impositiva e deslocada da realidade local.

[...] estas áreas impostas por um ator social exógeno à realidade local não costumam ser internalizadas pelas populações que ali habitam como patrimônio coletivo, de valor para a sua própria sobrevivência. Ao contrário, são interpretadas como obstáculos ao seu direito de existir e sobreviver (IRVING, 2010, p. 134).

Assim, os conflitos ambientais, que podem também estar relacionados com o mercado imobiliário, indústria do turismo, ou até mesmo disputas ao uso dos recursos naturais nas áreas protegidas (recursos pesqueiros, minerais, madeira, dentre outros), “configuram-se quando os atores sociais defendem distintas lógicas para a gestão dos bens coletivos de uso comum” (BRITO, 2008, p. 3).

A criação de espaços naturais protegidos que excluem aqueles que usufruem de seus recursos só tende a agravar as discordâncias entre eles. Na verdade, a questão se dá com o ser, ser caiçara, detentor do conhecimento sobre o lugar e de seus recursos e estar vivendo em uma UC, criada após a fixação dessa população no território e tendo que cumprir regras e leis ambientais, muitas vezes, contraditórias com suas realidades e normas carentes de legitimidade.

No documentário “Carta das Comunidades Caiçaras da Cajaíba²⁰”, em 2010, um caiçara da Praia Grande da Cajaíba – inserida na REEJ – diz:

Criaram a reserva sem chegar com a comunidade, orientar o que era uma reserva né, então o primeiro impacto que a gente sofremo foi caiçara não

²⁰ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=xTF81v7aEEk>. Acesso em 27 de junho de 2020.

pode mais plantar, o caiçara não pode mais construir na terra nada pô. Aí ficou todo mundo desesperado, pô, se eu tenho minha terra aqui eu não posso planta, eu não posso constui, vou ficar com essa terra pra quê? Aí veio vindo os pessoal de fora né, e comprando por mixaria, chegaram a trocar por motor velho ou geladeira velha (TICOTE, 2010).

Desta forma, tem-se que “a eclosão de conflitos se deve, em grande medida, ao estabelecimento de normas carentes de legitimidade, que colocam em risco a sobrevivência das comunidades de usuários diretos dos recursos ambientais, inviabilizando o manejo sustentável de tais recursos” (VIVACQUA; VIEIRA, 2005, p. 159).

Quando as populações resistem e permanecem, suas necessidades de exploração dos recursos naturais inerentes a seu modo de vida e sobrevivência raramente são reconhecidas. Ao invés disso, passa a ocorrer uma “criminalização” dos atos mais corriqueiros e fundamentais para a reprodução sociocultural destas comunidades. A caça, a pesca, a utilização de recursos da floresta para a manufatura de utensílios e equipamentos diversos, a feitura das roças, a criação de galinhas (...), a construção de uma nova casa para o filho que se casou, etc., tudo isso é, de uma penada jurídica, transformado em crime e seus praticantes perseguidos e penalizados (ARRUDA, 1999, p. 84 – grifo da autora).

Uma importante forma de minimizar esses conflitos seria abrindo espaços de diálogo e participação para os diversos atores políticos e sociais interessados no manejo da área protegida, garantindo assim uma plena participação dos envolvidos nas tomadas de decisão, o que se pode chamar de co-manejo:

Uma forma de parceria na qual o governo, as comunidades de usuários dos recursos no nível local, os agentes externos (organizações não-governamentais, universidades e institutos de pesquisa) e outros atores sociais compartilham responsabilidades e autoridade para tomadas de decisão na busca de gestão integrada dos recursos (VIVACQUA; VIEIRA, 2005, p. 146).

Nota-se ultimamente um interesse maior no debate pelas comunidades tradicionais e sua relação com a natureza, e, a partir de sua auto-organização, empoderamento e fortalecimento perante os órgãos de gestão de unidades de conservação e da Federação, Estados e Municípios, essas comunidades vão ganhando espaço na participação dos processos decisórios sobre seus próprios territórios. Não é mais admissível que a política ambiental vigente, ignorando as práticas conservacionistas e sustentáveis dessas populações, seja passível em não garantir a perenidade das comunidades tradicionais.

Um trabalho que caminha nesse sentido é o Projeto Povos²¹, executado pelo Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), uma parceria entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a FCT desde o início de 2020. O projeto se consolida como uma medida de mitigação exigida pelo IBAMA, no âmbito do licenciamento ambiental federal, da atividade de produção de petróleo e gás da Petrobras no Polo Pré-Sal. Visa também construir uma cartografia social das comunidades tradicionais caiçaras, indígenas e quilombolas, com o intuito de consolidar informações que sirvam para que esses povos tenham subsídios para garantir seus direitos diante dos grandes empreendimentos de petróleo e gás nas regiões de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba.

O projeto encontra-se na fase de caracterizar alguns microterritórios, dentre eles o de Trindade, que reúne Trindade, Praia do Sono e Ponta Negra. Segundo o documentário²² “Projeto Povos”, de 2020, “território para falar de onde vivemos, tradição para falar de quem somos e identidade para falar como nos expressamos em nossas culturas”.

Outro trabalho que seguiu essa linha foi o artigo de Gouveia (2019), que apresenta os resultados da prática da Cartografia Social – como ligação entre o sujeito com o seu território - realizada nas comunidades caiçaras da Praia do Sono e do Pouso da Cajaíba como norteadoras para um projeto pedagógico das escolas da região que promovem a educação diferenciada, trazendo um reconhecimento e uma representação do espaço vivido e os saberes da comunidade através dos pontos turísticos de ambas as comunidades. Aqui daremos enfoque apenas para a cartografia social da Praia do Sono (Figura 05).

Desta forma, percebe-se o avanço das contribuições da corrente Humanista, justamente, na humanização da pesquisa científica, a qual estava atrelada, antigamente, somente aos conhecimentos ditos científicos. Estudar uma comunidade a fundo, suas vivências e percepções e trazê-la para perto desses espaços de debate que retratam as suas próprias experiências é fundamental para o geógrafo e para a sociedade como um todo.

²¹ Disponível em:

<https://www.otss.org.br/post/projetopovosrevelarasituacaodecomunidadestradicionais?fbclid=IwAR0hULI9LD9EEEScQzqjCWgksEQoEqW2fXVawGlifsG9nR-eRfmfX2Nei-0>. Acesso em 22 nov. 2020.

²² Disponível em <https://vimeo.com/392722248>. Acesso em 22 nov. 2020.

Figura 05: Cartografia social dos pontos turísticos da Praia do Sono.



Fonte: Gouveia, 2019.

6.3 A Praia do Sono e a Criação da Reserva

A comunidade do Sono possui cerca de setenta famílias, segundo a presidente da Associação dos Moradores, em julho de 2019, Leila da Conceição.

A maior e mais populosa²³ praia da REEJ é isolada e possui aproximadamente um quilômetro de faixa de areia, seguida em toda sua extensão por enormes amendoeiras (Figura 06), quiosques e campings, um mar de águas calmas e límpidas (Figura 07) e a restinga que deu lugar às casas dos caiçaras que se misturam com a exuberância da mata atlântica (Figura 08).

²³ De acordo com dados obtidos pelo INEA. Disponível em http://parquesestaduais.inea.rj.gov.br/inea/reej_atrativos.php. Acesso em 28 de março de 2018.

Figura 06: Vista da Praia do Sono no mirante.



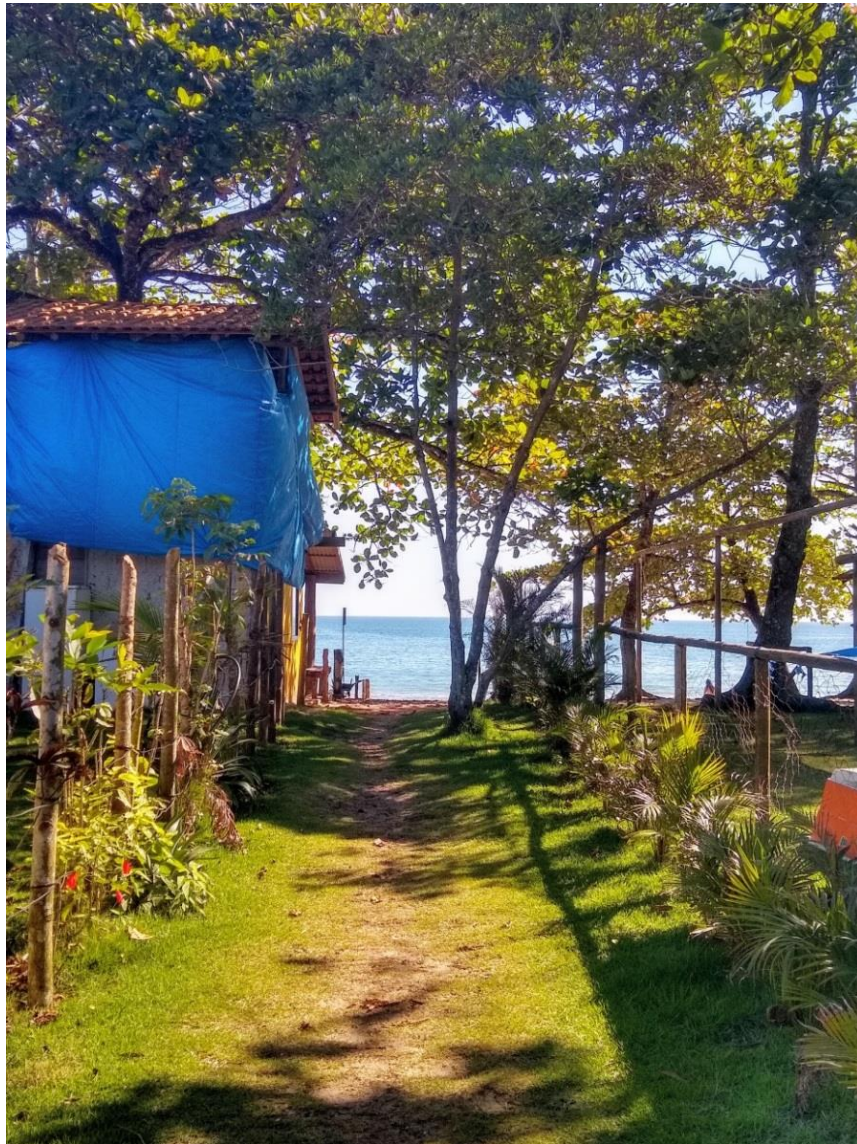
Fonte: Foto da autora, 2020.

Figura 07: Vista da Praia do Sono com bote de pescador.



Fonte: Foto da autora, 2020.

Figura 08: Caminhando pelo Sono.



Fonte: Foto da autora, 2020.

Dardel (2015, p. 22) aponta que “sobre a praia se detém o homem: de lá ele lança seu sonho e suas aventuras” e continua, dizendo que “devido ao mar as praias estão em constante transformação. O espaço marinho está, sem cessar, em movimento; ele é uma potência”.

A Praia do Sono possui apenas uma escola de Ensino Fundamental I e II (Figuras 09 e 10), apresentando, desde 2016, uma educação diferenciada, com um currículo que parte das vivências de mundo dos caiçaras, da prática e das relações sociais do dia a dia que acontecem entre os mais novos e os mais velhos para aplicar os conteúdos estabelecidos.

Essa educação constitui-se como um processo emancipador, a partir de uma educação crítica e libertadora e, quando concluída essa etapa, o jovem que quiser continuar os estudos precisa deixar a vila em direção a Paraty.

Figura 09: Vista da escola da Praia do Sono.



Fonte: Foto da autora, 2020.

Figura 10: Placa informativa da escola.



Fonte: Foto da autora, 2020.

Foi inaugurada recentemente uma unidade de tratamento alternativo de esgoto na própria escola, mas o lixo ainda é um problema frequente, pois, anteriormente, ele era levado de barco até o condomínio e de lá para os aterros, mas recentemente o condomínio deixou de autorizar essa medida e agora os moradores do Sono levam o lixo em seus barcos até alto-mar e transferem para um barco maior vindo de Paraty – providenciado pela prefeitura – uma ou duas vezes na semana, que transporta o material até a cidade. Esta questão do lixo é agravada na época de alta temporada, quando a Praia do Sono recebe uma superlotação de turistas. O mesmo acontece com a energia elétrica, que chegou em 2009, a partir de uma parceria entre os governos Federal e Estadual, Eletrobrás e Ampla, pelo programa Luz para Todos, implantado em 2000. Na alta temporada, o sistema não suporta a demanda e os moradores e turistas comemoram a virada do ano apenas na claridade das chamas de uma enorme fogueira, que já é tradição do Sono, construída na areia da praia, na frente da igreja.

Percebe-se, portanto, que com a “descoberta” desta região após a intensificação do turismo realizada com a abertura das estradas, diversas foram as tentativas de conquista

dessas terras por empresários e grileiros, muitas vezes de modo violento, como veremos no capítulo 7.

Um meio de barrar essas investidas foi a criação de unidades de conservação, como já exposto anteriormente. Neste trabalho, nos atentaremos para a REEJ, já que é ela que engloba a Praia do Sono, área de estudo definida aqui.

A REEJ teve sua criação autorizada pela Lei Estadual nº 1.859, de 01 de outubro de 1991 e, posteriormente, foi concretizada pelo Decreto nº 17.981, de 30 de outubro de 1992. Possui 9.797 hectares e abriga núcleos de populações tradicionais que se distribuem ao longo do litoral, conforme informações do Instituto Estadual do Ambiente (INEA – RJ). Segundo Francesco (2010), a reserva ainda não foi efetivamente implantada, pois não possui plano de manejo²⁴ e carece de regularização fundiária, além da necessidade de ser recategorizada conforme o SNUC.

A REEJ se sobrepõe à Área de Proteção Ambiental de Cairuçu (Figura 11), uma UC federal, de Uso Sustentável, criada em 1983. A primeira possui níveis de restrições maiores do que a segunda.

O Decreto Estadual de criação da REEJ afirma ser de suma importância a preservação do ecossistema local:

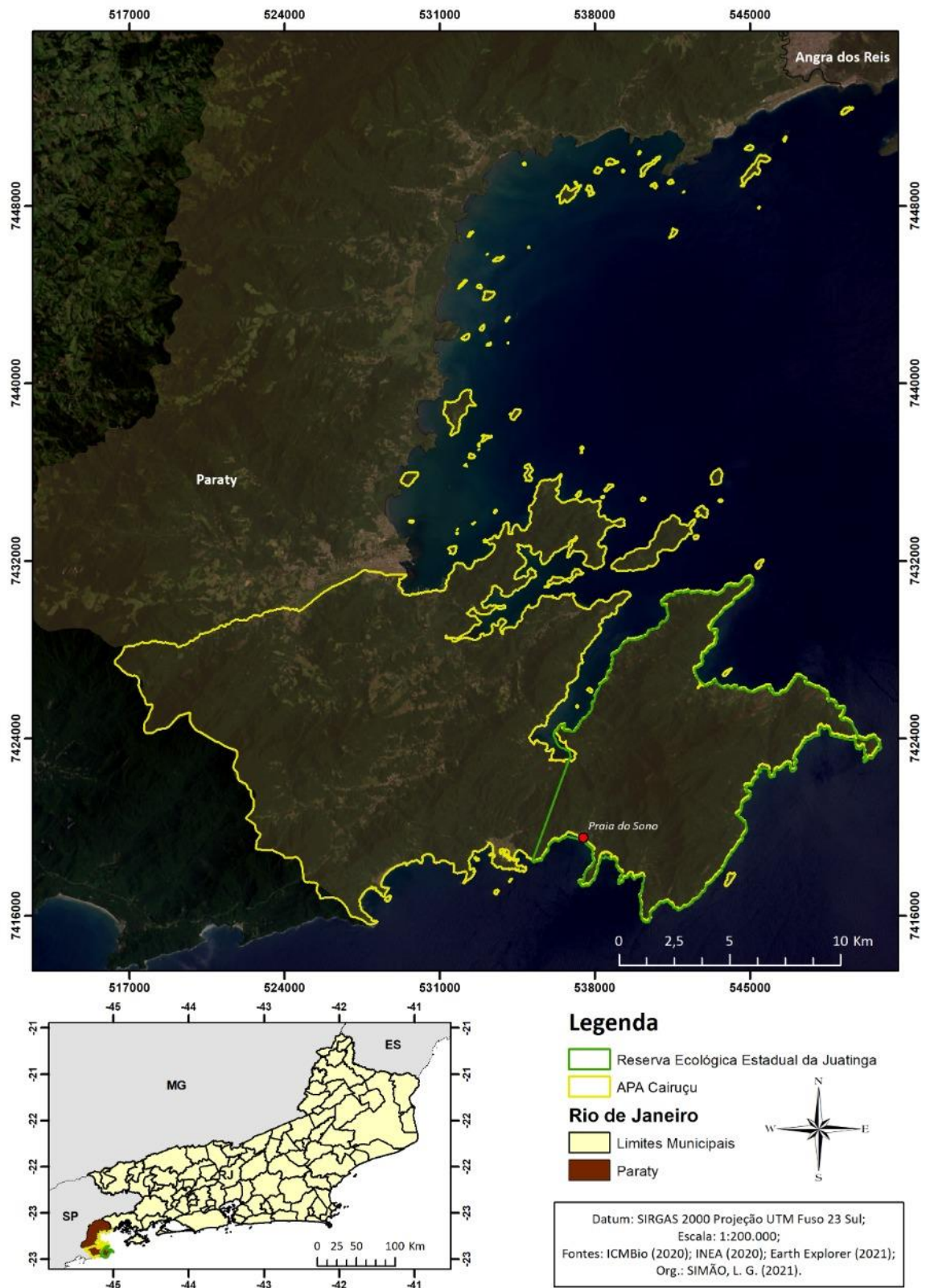
composto por costões rochosos, remanescentes florestais de Mata Atlântica, restingas e mangues que, em conjunto com o mar, ao fundo, forma cenário de notável beleza, apresentando peculiaridades não encontradas em outras regiões do Estado,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada, no Município de Parati, a Reserva Ecológica da Juatinga, de natureza non edificandi, delimitada, de um lado, pelo Saco de Mamanguá, de outro e pela frente, pelo mar aberto e, pelos fundos, por uma linha reta imaginária que, partindo do ponto conhecido como Cachoeira do Cocal (no lado do Canto Bravo da Praia do Sono), alcança o local conhecido como Porto do Sono (ao fundo do Mamanguá), ficando, destarte, resguardada a faixa de Marinha.
Art. 2º - A administração da Reserva Ecológica da Juatinga será exercida pela Fundação Instituto Estadual de Florestas I.E.F./RJ, entidade administrativa vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Projetos Especiais (RIO DE JANEIRO, 1992, p. 1).

²⁴A REEJ utiliza provisoriamente o Plano de Manejo da APA Cairuçu.

Figura 11: Mapa das Unidades de Conservação - APA Cairuçu e REEJ e a localização da Praia do Sono.



Na dissertação intitulada “A comunidade caiçara no processo da reclassificação da Reserva Ecológica da Juatinga”, de Lucia Cavalieri (2003), a autora afirma que em documento encaminhado pelo presidente do Instituto Estadual de Florestas (IEF – RJ) ao então governador Brizola, em 1992, justificava-se a criação da Reserva. Esse documento não foi incorporado ao decreto, mas trazia a necessidade da preservação da vegetação da área, além de demonstrar uma apreensão com a cultura caiçara.

A criação da Reserva Ecológica da Juatinga, autorizada pela lei 1859, de 01 de outubro de 1991, se justifica não apenas por garantir a preservação de significativo manto remanescente de floresta ombrófila densa (mata atlântica), que reveste a maior parte desta unidade peninsular, como também livre da descaracterização os mangues do Saco do Mamanguá, a vegetação dos afloramentos e costões rochosos, bem como aspectos tradicionais da cultura caiçara, representada por diversos núcleos de pescadores que habitam a faixa litorânea do extremo sul do Estado do Rio de Janeiro.

Devido a seu peculiar posicionamento geográfico e as dificuldades de acesso impostas por sucessivas cadeias de montanhas, que se estendem até o mar, esta península apresenta, em quase toda a sua totalidade, seus ecossistemas em primitivas condições, uma vez que nenhum tipo de sistema viário convencional (rodovias ou estradas vicinais) foi implantado na região. Este isolamento por terra, faz com que seja reforçado o vínculo secular entre as comunidades caiçaras e o mar, e põe a península no rol das regiões do Estado que apresentam as menores taxas de ocupação (CAVALIERI, 2003, p. 210 – grifo da autora).

Existe uma contradição legal presente no ato de criação da reserva extremamente relevante, já que no início dos anos 1990 o SNUC ainda não havia sido implantado, no entanto, “são reservas ecológicas as florestas e demais formas de vegetação natural de preservação permanente, relacionadas no art. 2º da Lei nº4.771, de 15 de setembro de 1965 que institui o Código Florestal” (VIANNA, 1996, p. 131 - grifo da autora).

Portanto, conforme apresentado no Código Florestal, reservas ecológicas possuem o objetivo da preservação, ou seja, não permitem ocupação humana dentro dos limites da área. Todavia, os caiçaras já habitavam essa região, fato comprovado no decreto que já sinalizava a “preocupação” com essa comunidade tradicional. Portanto, segundo Vianna (1996, p. 131):

A criação desta unidade de conservação com a característica específica de fomentar a cultura caiçara é uma tentativa de evitar conflitos com a “população tradicional” habitante em seu interior. Neste sentido, esta é a primeira unidade de conservação de uso indireto criada oficialmente no Brasil, que pretende atender a expectativa de uma nova forma de gerenciamento ambiental através da convivência com “populações tradicionais” (grifo da autora).

A questão é: por que já não se criou uma unidade de conservação que teria como objetivo maior a proteção dessa região, principalmente contra a especulação imobiliária ocorrida, dentro de uma categoria existente na época, que permitisse a presença de população - como uma Floresta Estadual - para não precisar caracterizá-la como *non edificandi*, situação que traz preocupação e transtorno para os caiçaras até hoje?

Fontes (2013, p. 15) descreve a REEJ como um típico exemplo de área de proteção criada de “cima para baixo”, pois mesmo “tendo sido criada em prol da cultura caiçara, a população não foi consultada antes de sua criação e até hoje desconhece seus direitos e deveres”.

De acordo com o gestor da Reserva, Rodrigo Rocha, em entrevista²⁵ para o WikiParques, em 2016, é necessário recategorizar a reserva, pois a consideram como híbrida, sendo que a maior parte dela é gerida com base nos objetivos propostos para unidades de Proteção Integral e as vilas caiçaras se excluem dessa dinâmica, apresentando características de unidades de Uso Sustentável.

Um dos motivos que acaba dificultando essa tomada de decisão e ocasionando uma grande demora na recategorização é que pela falta do Plano de Manejo, o conselho da unidade não existe, tornando a representatividade dos caiçaras mais dificultosa para lidarem com os órgãos responsáveis.

Segundo Bursztyn *et al.* (2008), por conta do processo de recategorização, o conselho gestor está inativo, tornando-se eminente alguns conflitos, uma vez que as comunidades estão distantes das decisões a respeito do uso futuro do seu território. É fundamental o retorno das atividades do conselho para a discussão dos problemas referentes à REEJ, alcançando, de fato, a gestão participativa, favorecendo essa unidade de conservação. Cabe ressaltar que os conselhos funcionam como um dos espaços de maior aceitação para se estabelecer um diálogo entre a sociedade civil e os órgãos responsáveis pela questão ambiental.

De acordo com Palmieri & Veríssimo (2009), o conselho tem como objetivo realizar a integração da unidade de conservação com a comunidade, colaborar para a construção e implantação do Plano de Manejo, trazer como benefícios a expansão do diálogo entre os setores interessados na unidade e fazer com que os problemas sejam solucionados de forma consensual. No entanto, este espaço não garante a participação e a democracia, visto que muitas vezes esta participação ocorre de forma paritária no quesito quantitativo, mas

²⁵Entrevista disponível em <https://www.wikiparques.org/noticias/com-a-palavra-rodriigo-rocha-gestor-da-reserva-ecologica-estadual-da-juatinga/>. Acesso em 08 de Março de 2018.

qualitativamente muitas opiniões são deixadas para trás, além de muitos problemas referentes à burocracia e à baixa autonomia nos quesitos decisórios.

Assim, é fundamental que seja priorizada politicamente, por parte do governo federal e de grupos sociais envolvidos com a questão ambiental, a formação dos conselhos nas UCs, sob princípios compatíveis com uma perspectiva participativa e democrática de gestão e com uma visão integradora social-natural, testando-se e aprimorando-se metodologias capazes de viabilizar tais espaços públicos em todas as UCs do território nacional (LOUREIRO e CUNHA, 2008, p. 245).

Esta participação é recomendada pela UICN (2008), que afirma ser desafiante no que concerne ao planejamento e apoio à gestão das unidades de conservação. Observa-se que uma gestão efetiva e participativa deve ser o foco e o objetivo a ser buscado para que as unidades de conservação como um todo venham a se consolidar de fato como o “instrumento mais poderoso para se lograr a conservação da biodiversidade” (FARIA, 2004, p. 41).

A transformação da área em reserva colaborou para a conservação das paisagens naturais - visto que, as restrições impostas pelo INEA, desestimularam a prática da roça, tradição caiçara -, da biodiversidade, além da diminuição, ou até mesmo, o fim da especulação imobiliária, contudo, o modelo de reserva é excludente, preservacionista e gera, segundo Conti; Antunes (2012, p. 222), “uma situação histórica de afastamento entre a gestão pública e a população local”, causando insegurança aos caiçaras que, ainda hoje, temem em perder seu território.

Os moradores e membros da Associação de Moradores discutem há anos com o órgão gestor e com o INEA a melhor categoria para enquadrar a reserva.

O INEA, em 2010, contratou uma consultoria para realizar estudos sobre a área, contendo propostas relativas a redefinição das terras compreendidas pela REJ. [...] Dos cenários propostos pelo estudo, o INEA considerou como prioritário o cenário que mescla as categorias RDS e Parque, onde a RDS seria descontínua, pegando todas as comunidades caiçaras, e a categoria Parque estaria nas áreas mais altas, nas costeiras e praias onde não tenham núcleos caiçaras (JAEGER, 2018, p. 26).

Essa alteração tem papel fundamental no futuro da sociobiodiversidade local e influência direta na permanência ou não das comunidades no território, visto que, dependendo da categoria que for adotada, as restrições podem se intensificar ou reduzir, como por exemplo, o parque, que adota o modelo preservacionista, sendo necessário

desterritorializar a comunidade e reassentá-la em outra área ou uma APA que adota o modelo conservacionista, possibilitando novas construções e intensa atividade turística.

Sathler (2010) denomina de “espaços de incerteza” as áreas que possuem algum tipo de uso e/ou ocupação anterior à criação de uma UC. Estes espaços apresentam um cenário de conflito, já que escancaram a desterritorialização e a ruptura com o lugar, frente a necessidade de ter que deixá-lo.

7. CONFLITOS E RESISTÊNCIAS: A HISTÓRIA PELA PERMANÊNCIA

Este capítulo contempla as histórias de luta dos caiçaras pela permanência no seu território nas décadas finais do século XX. Na primeira parte, será abordada a chegada de um grileiro na região de Paraty e suas diversas tentativas para dominar uma grande extensão de terra, da qual o Sono faz parte.

No segundo subitem, será tratada a implantação de estradas pelo território nacional, as quais trouxeram uma multinacional para a área, por meio da especulação imobiliária, que passou a comprar terras habitadas, até então, por caiçaras, dando início a construção de um imenso condomínio, localizado no ponto que dá acesso à Praia do Sono. O condomínio impõe uma série de regras para a comunidade transitar por ali, mas também é visto com bons olhos por alguns caiçaras que vêm na estrada, que liga o condomínio a Paraty, uma grande facilidade de locomoção nos dias atuais.

7.1 As Disputas pelo Sono

“A consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar” (TUAN, 1980, p. 116).

Até a década de 1950, o acesso a Paraty era feito por barco, vindo de Angra dos Reis. Somente em 1956, com a inauguração da Rodovia Interestadual Paraty-Cunha (RJ-165), se concretizou o acesso por terra, mas ainda muito debilitado, pois em época de chuva a estrada ficava interditada. Uma das mais cenográficas do Brasil, a estrada encanta os passageiros com sua beleza, passando pelo interior do Parque Nacional da Serra da Bocaina.

Nesta época, o Sono contava com aproximadamente duzentas famílias, que viviam da pesca e da roça principalmente de banana, mandioca e feijão, tanto para sua subsistência

quanto para serem vendidos em mercados de Paraty, levados até lá por trilha ou barco a remo, segundo Siqueira (1984).

Com a estrada chegou também Gibrail Nubile Tannus, um dos grileiros de terras mais famosos do país. Gibrail era presidente da Engenheiros Associados S/A (EASA) e através da RJ-165 descobriu a região e começou suas investidas para adquirir essas terras. Comprou, ainda na década de 1950, os títulos da Fazenda Santa Maria do Mamanguá, próxima ao Saco do Mamanguá²⁶ e, percebendo a magnitude daquela paisagem, tentou estender seus domínios além dos limites da fazenda, chegando até o Sono por uma estrada particular que ele mandou construir.

Ainda que com apenas parte da fazenda sobre sua posse, no processo de especulação da área, dizia-se dono da fazenda toda, ou seja, dono das áreas a ele não pertencentes, como Ponta Negra, Antigo Grande e Antigo Pequeno. Segundo padre Pedro Geurts, no decorrer dos anos 1960 e 1970, o empresário grilou as terras e as legalizou posteriormente, com conivência de órgãos públicos como o cartório (FEITOSA; SILVA, 2015, p. 324).

Quando Gibrail chegou no Sono, por meio da estrada que havia construído, os moradores ficaram hipnotizados pelo barulho do automóvel e pelos geradores que ele trouxe e, assim, com a ajuda de um pastor do local, foi ganhando a confiança dos caiçaras e induziu-os a colocarem suas impressões digitais, já que eram analfabetos, em documentos de escritura pública de comodato, se responsabilizando a dar outro imóvel para eles, fato que nunca ocorreu.

Para se apropriar da área, Gibrail Nubile Tannus utilizou a prática do aliciamento, convencendo os agricultores a assinarem contratos de comodatos. Argumentava que assim eles teriam a posse da terra em seus nomes. Contudo, com as assinaturas, o empresário, na verdade, passava a posse das terras para si, posto que o agricultor se reconhecia como comodatário e dava ao empresário o status de patrão, e, logo, de proprietário (MEDEIROS; TEIXEIRA, 2016, p. 162):

Esta escritura, de acordo com Siqueira (1984, p. 48), era ilegal, “pois de legítimos proprietários pelo título de posse, os caiçaras passam a ser considerados inquilinos da terra”. Segundo entrevista de posseiro contida no relatório “Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro”:

²⁶ Localizado em Paraty, se caracteriza por ser uma espécie de fiorde, uma entrada de mar com oito quilômetros de extensão e dois quilômetros de largura, conta com 33 praias e 8 comunidades caiçaras. Localizado a aproximadamente vinte e seis quilômetros da Praia do Sono.

Ele foi se apoderando de todas as terras que estavam ao seu redor, e acabou se transformando dono de mais de dois mil alqueires, com escrituras irregulares conseguidas no Cartório do 1º Ofício de Paraty [...] O homem aparece por lá uma vez por semana e comanda pessoalmente a derrubada de nossas casas, encomendadas a jagunços ou à polícia (“Posseiro acusa empresário de fazer ameaças”, Folha de São Paulo, 16/06/1981) (FEITOSA; SILVA, 2015, p. 328).

Os que se recusavam a assinar passaram a ser pressionados por jagunços armados que cometiam as maiores atrocidades a mando de Gibrail. Em meados de 1960, foram relatadas desapropriações, interdição da entrada para a cachoeira com fios de arame, queima e desmonte de diversos ranchos de pesca e apreensão de material de construção dos moradores (Figuras 12 e 13).

Figura 12: Gibrail na Praia do Sono.



Fonte: Cartografias da Ditadura, 2019.

Figura 13: Destruição de casas na Praia do Sono.



Fonte: MATTOSO, 1979.

Outra tentativa de expandir suas posses foi através da exploração de minérios na sua fazenda para exportação para Espanha e Itália (Figura 14). Também conseguiu aprovação do Incra, Embratur e Patrimônio Histórico para um plano turístico na área.

Figura 14: Placa na porteira da Fazenda Santa Maria, de propriedade de Gibrail Nubile Tannus.



Fonte: MATTOSO, 1979.

Gibrail se utiliza da aprovação desses projetos para despejar e/ou indenizar famílias por preços irrisórios que, muitas vezes, acabam voltando para se instalarem na área, depois de constatarem que foram enganados. Os moradores da Praia do Sono acusam Gibrail de tê-los iludidos a assinar um termo de comodato pensando que iriam obter a posse da terra. Pelo comodato, abriram mão de seus direitos de posse como antigos ocupantes e reconheceram, implicitamente, Gibrail como legítimo proprietário, inclusive, admitindo plantar só certas lavouras e se obrigando a devolver as terras ao dono, quando este determinasse (MATTOSO, 1979 apud FEITOSA; SILVA, 2015, p. 323-324).

No entanto, para os caiçaras, essas terras ocupadas por eles há muitos anos nunca tiveram dono, conforme afirma Moacir dos Santos²⁷ em entrevista contida no livro “Genocídio dos Caiçaras”: “no Sono nunca houve dono, pois somos de uma geração de muito longe, que sempre viveu em terras do Estado” (SIQUEIRA, 1984, p. 46).

Há 30 anos atrás, viviam 1500 pessoas no Sono – e a maioria acabou abandonando as terras, por medo ou cansaço. Em 1969, Gibrail induziu vários caiçaras a colocarem suas impressões digitais – já que são analfabetos – num documento de escritura pública de comodato, obrigando-se a dar a eles outro imóvel. Esta escritura de comodato é ilegal, pois de legítimos proprietários pelo título de posse, os caiçaras passam a ser considerados inquilinos da terra. Por outro lado, a troca de terrenos que deveria ser realizada pelo empresário até hoje não se concretizou, o que reforça a invalidade da documentação (SIQUEIRA, 1984, p. 48).

Fora todos os meios de coerção, Gibrail ainda trouxe para a área em torno de cinquenta búfalos (Figura 15) que se alimentavam das plantações dos caiçaras, acabavam com suas roças, que tiveram que ser cercadas, e comiam o sapé que cobria as casas. “Os búfalos entravam na escola, punham medo nas crianças, que não queriam mais ir pra aula, e deixavam elas cheinhas de bernes” (SIQUEIRA, 1984, p. 47).

²⁷Moacir dos Santos é caiçara, nascido e criado na Praia do Sono – Paraty (RJ).

Figura 15: Criação de búfalos na Praia do Sono.



Fonte: MATTOSO, 1979.

Se não bastasse, instalou na sua estrada particular uma porteira que fechava a entrada da praia, impedindo os moradores de passarem com compras (Figuras 16, 17, 18 e 19). Só era permitida a entrada de moradores que apresentassem um cartão como uma espécie de identificação (Figura 20). “A guarita na Praia do Sono foi retirada apenas em 1983, pelo prefeito de Paraty, Edson Lacerda, do PMDB. Ele conseguiu na justiça que a passagem fosse aberta à população” (FEITOSA; SILVA, 2015, p. 329).

Figura 16: Praia do Sono fechada pela porteira.



Fonte: SIQUEIRA, 1984.

Figura 17: Estrada construída por Gibrail de sua fazenda até a Praia do Sono.



Fonte: MATTOSO, 1979.

Figura 18: Jagunço protegendo a porteira da Praia do Sono.



Fonte: MATTOSO, 1979.

Figura 19: Gibrail e a polícia, chamada para investigar uma denúncia de invasão a Praia do Sono.



Fonte: MATTOSO, 1979.

Figura 20: Cartão de identificação de morador da Praia do Sono.



Fonte: MATTOSO, 1979.

A assistência médica, segundo relatos de moradores no filme “Vento Contra²⁸”, de Mattoso (1979), não podia adentrar à praia por diversas vezes, já que não era permitida a passagem, ou então, adentrava por uma estreita passagem do lado da guarita. Essa assistência era feita pela extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM), órgão gerado a partir da fusão entre Departamento Nacional de Endemias Rurais (DENERu), da Campanha de Erradicação da Malária (CEM) e da Campanha de Erradicação da Varíola (CEV), de acordo com dados oferecidos pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) (Figura 21).

Figura 21: Funcionário da SUCAM adentrando a Praia do Sono por uma estreita passagem.



Fonte: MATTOSO, 1979.

Siqueira (1984) aponta que, para Fausto Pires de Campos, membro fundador da Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro, a Praia do Sono foi, sem dúvidas, a mais explorada e amedrontada da região, deixando os caiçaras dali atemorizados e incertos de sua permanência, fugindo de qualquer um que tentasse se aproximar, com medo do que poderia os aguardar. Essa incerteza ultrapassava a questão territorial, era uma incerteza da própria sobrevivência enquanto comunidade tradicional.

²⁸ Disponível em <https://vimeo.com/157310960>. Acesso em 13 de jun. de 2018.

7.2 A Criação do Laranjeiras

Os faróis do trator mais pareciam os olhos de Boitatá. As crianças, que nunca tinham visto coisa igual, se encolheram junto à saia das mães, que também olhavam o monstro assustadas. Sob o impacto da pesada máquina, troncos de jequitibás, perobas e massarandubas centenárias iam tombando um a um. Em poucas horas acontecia o que pareceu o prenúncio do fim do mundo para os caiçaras. A ocupação secular de gerações não destruíra o que o loteamento ou a estrada conseguiam em poucas horas. E o caiçara, que vivera isolado, com sua economia de consumo, e com seus costumes e valores próprios, viu-se de repente inserido numa outra sociedade, sem saber o que significava e sem estar preparado para ela (SIQUEIRA, 1984, p. 13).

A história da construção do condomínio também se inicia com a chegada das estradas na região. Com a intenção de intensificar o turismo no litoral de São Paulo e do Rio de Janeiro, aumentando significativamente a rentabilidade de toda a região, vários projetos de infraestrutura foram criados no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, segundo Siqueira (1984). Um desses projetos foi denominado de Plano de Aproveitamento Turístico (Turis), apresentado pela Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), em 1972 e 1973. Essa mesma empresa declinou do projeto em menos de dois anos, por constatar sérias consequências que este traria para a natureza, alertando que em torno de setenta praias seriam aterradas. No entanto, a construção da estrada Rio-Santos (BR-101), responsável por interligar grande parte do litoral e atender às necessidades de escoamento das metrópoles (Rio de Janeiro e São Paulo), dando vida ao Projeto Turis, já havia sido iniciada nos anos finais de 1960.

A BR-101 possibilita, ao mesmo tempo, a exploração turística de uma das regiões mais bonitas do país e abre perspectivas para os investimentos dos grupos empresariais. Consequentemente, há uma redefinição do uso da terra, transformada em mercadoria e extremamente valorizada (SIQUEIRA, 1984, p.71).

Com isso, uma nova atividade se instalou de vez em Paraty, o turismo, e este passou a compor, ao lado da agricultura e da pesca, o principal suporte financeiro. Conforme consta no Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do Município de Paraty, documento da Prefeitura Municipal de Paraty (2003), a agropecuária correspondia a 61,2% do PIB e o setor terciário era responsável por 32,4%. No entanto, a atividade turística deve ser analisada de forma cuidadosa, pois se por um lado ela traz uma nova dinâmica à cidade, mais investimentos e infraestrutura, por outro ela se concretizou mediante a marginalização da população paratyense.

De uma maneira geral, observa-se que o desenvolvimento turístico em Paraty está vinculado ao poder econômico, frequentemente favorecendo grupos ou indivíduos de outras localidades e não englobando grande parte da população local. À medida que o turismo avança pelo território paratiense, através do modelo excludente de desenvolvimento da atividade que vem se perpetuando, mais indivíduos se vêem ameaçados. São diversos os exemplos de conflitos existentes entre poder econômico e interesse das populações locais, não raro, com a prevalência do primeiro (OLIVEIRA, 2005, p. 159).

Priscila Siqueira, em depoimento para o filme “Vento Contra”, que conta a história da luta dos caiçaras pelas suas terras, afirma que:

O turismo na cidade capitalista, ele é considerado como um produto a ser colocado à venda. E quem consome, paga e exige. E muitas vezes, a exigência desse consumidor é a antropofagia, tá certo? É o engolir seus semelhantes. É um engolir de culturas (Depoimento de Priscila Siqueira para MATTOSO, 1979).

O fato é que a rodovia conectou de vez os territórios caiçaras, até então praticamente isolados, com o resto do país. Essas populações mal sabiam que juntamente aos turistas, viriam também os primeiros interessados em adquirir aquelas terras de notável beleza cênica, ganância e o poder, personificados em grileiros e empresários.

Comunidades inteiras de pescadores foram prejudicadas. Ao invés de lhes trazer as facilidades do transporte e da vida moderna, vieram tratores das próprias companhias construtoras da rodovia e os especuladores imobiliários, companhias agroindustriais cuja indústria era o turismo, e que trazem consigo a destruição da própria mercadoria que vendem, ou seja, a beleza e um modo de vida característico da região, seu equilíbrio ecológico. Tantos os tratores como especuladores nunca respeitaram os direitos seculares de posse das comunidades caiçaras: enxotaram-nos simplesmente, para as favelas das cidades mais próximas, pagando-lhes um mínimo equivalente pelo valor de suas posses, levando-os a marginalização social e cultural (SDLB, 09/1978 apud FEITOSA; SILVA, 2015, p. 332-333).

Segundo o relatório “Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro”, produzido em 2015, dos 133 conflitos registrados no Estado do Rio de Janeiro, entre 1970 e 1980, 56 ocorreram na região da Costa Verde, que engloba Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Itaguaí, Mangaratiba, Paraty e Rio Claro.

A gente caiçara, que por séculos teve o mar como via de acesso quase única, encontrando nisso um fator de proteção, não conseguiu resistir aos “piratas” vindos da terra. Políticos sem escrúpulos, especuladores imobiliários, empresas multinacionais e pessoas ricas à procura de “paraísos” para recreação descobriram o Litoral Norte paulista e Sul fluminense. Foi o começo do genocídio (morte física), acompanhado de etnocídio (morte

cultural) dos caiçaras e de agrupamentos de índios guaranis existentes na região (SIQUEIRA, 1984, p. 6).

Assim, com a visibilidade dada a essas terras antes isoladas e com a facilidade de se chegar a esses novos espaços através das estradas, grandes conglomerados foram atraídos a fim de explorar esse potencial turístico. Dentre eles, estava a multinacional Brazilian Canadian Corporation (BRASCAN) e Atlantic Community Development Group for Latin America (ADELA), formada por um holding de 280 grupos empresariais, que compraram a Fazenda Laranjeiras – onde hoje se localiza o condomínio - de Carlos Lacerda, ex-governador do estado da Guanabara, por um milhão de dólares²⁹, um dia após a exclusão dessa área do Parque Nacional da Serra da Bocaina pelo decreto federal nº 70.694, de 08 de junho de 1972. Laranjeiras foi dividida em glebas e a maior parte se destinou à Companhia Parati Desenvolvimento Turístico S.A., subsidiária do grupo Adela-Brascan, cujo presidente na época era Candau da Fonseca, que já havia sido presidente da Petrobrás, segundo informações de Siqueira (1984) e Feitosa; Silva (2015).

A companhia, em um primeiro momento, passou a comprar as casas dos moradores que viviam dentro do limite de Laranjeiras e da Vila de Trindade³⁰ por contratos de venda das terras ou por contrato de comodato e, depois de alguns anos, partiram para as investidas por meio de ameaças com jagunços armados, pois os caiçaras não tinham a escritura da terra, somente o título de posse. “A holding teria dito que Trindade era fundos da Fazenda Laranjeiras e, portanto, área de sua propriedade” (FEITOSA; SILVA, 2015, p. 335).

Neste momento, os jagunços passaram a queimar e derrubar casas, bem como a espancar os residentes. Braga (1983) chama a atenção para a “pressa” que a multinacional tinha para desconfigurar a vila: tratores foram utilizados para destruir as benfeitorias, além do leito do principal rio da localidade ter sido desviado (FEITOSA; SILVA, 2015, p. 339).

Muitos deixaram suas casas por uma quantia irrisória de dinheiro, sessenta mil cruzeiros, em direção a Paraty ou então em troca de uma casa em terreno ali próximo – onde hoje se situa a Vila Oratório³¹ - ou em Ubatuba, e mais vinte mil cruzeiros, além da promessa de poderem servir como mão de obra para o condomínio que seria construído naquela área.

²⁹ Conforme consta na escritura lavrada no 17º Ofício de Notas do Rio de Janeiro, de acordo com Siqueira (1984).

³⁰ Vila de pescadores de Paraty que se localiza em uma península na divisa entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, situada a onze quilômetros da Praia do Sono, sendo contígua a esta.

³¹ Vila Oratório é uma vila de caiçaras formada por aqueles que aceitaram a proposta da PDT e deixaram a área de Laranjeiras. É uma vila de baixo padrão econômico, possui apenas uma escola de Ensino Fundamental I e poucos comércios, como mercearias. Em entrevistas concedidas à autora, caiçaras do Sono alertam para o

O Arquivo Nacional e a Central Única dos Trabalhadores (CUT-Brasil) produziram uma coleção intitulada “Arquivos, Memória, Verdade, Justiça e Reparação: Comunicações do 4º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos”. Esta coleção teve origem em um seminário realizado em 2016 sobre repressão e resistência de movimentos sociais da cidade e do campo e, no capítulo “Os conflitos por terra no litoral sul fluminense”, é retratada a ação violenta de grileiros e de corporações contra as populações tradicionais:

Fizeram uso do aliciamento, a fim de convencer aos trabalhadores a saírem de suas casas e roças, e da repressão física e psicológica, para expulsar os moradores que permaneciam em suas terras (...). O conflito ocorrido em Trindade é exemplo disso. Como exposto, ele foi deflagrado entre os caiçaras e a holding Adela - Brascan, no começo da década de 1970. O grupo se interessava pela construção do Condomínio Laranjeiras: com a perspectiva de abrigar 70 mil turistas, o empreendimento visava a construção de três hotéis, um camping, dois clubes e um grande centro cultural, com salas para seminários e festivais de música e teatro. Jair da Anunciação, ao refletir sobre os impactos do conflito em Trindade em sua vida cotidiana, disse: “Então, acontece o seguinte: a gente abandonou a pesca de alto-mar. Porque eu trabalhava num barco de Santos. Eu passava um mês, dois meses no mar, pescando” (entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva, em 30/11/2014). O medo de ficar longe da família por conta da presença de jagunços da Adela-Brascan em Trindade mudou brutalmente a rotina de trabalho e a sociabilidade da população local: muitos abandonaram suas casas e roças por não resistirem às ameaças constantes e isso fez com que diminuíssem em muito a prática do mutirão, quando a comunidade opera conjuntamente nos afazeres, seja de cultivo, domésticos ou religiosos (MEDEIROS; TEIXEIRA, 2016, p. 161-162).

Em depoimentos contidos no “Vento Contra”, os caiçaras contam que a multinacional ordenava a derrubada de casas dos moradores que não deixassem Trindade, entretanto, as casas que eram derrubadas de dia eram reconstruídas a noite pelos próprios pescadores e suas famílias (Figuras 22, 23, 24, 25 e 26). Além disso, foram relatadas outras formas de violência, como estupros e surras.

desprezo do condomínio para essa área, pois o empreendimento poderia investir nesses caiçaras da vila, oferecer cursos de especialização e utilizar uma mão de obra mais qualificada e bem remunerada, no entanto, o que se nota é um enorme esquecimento do condomínio em relação às dificuldades dos nativos.

Figura 22: Casa de caiçara sendo derrubada pelo trator da empresa multinacional.



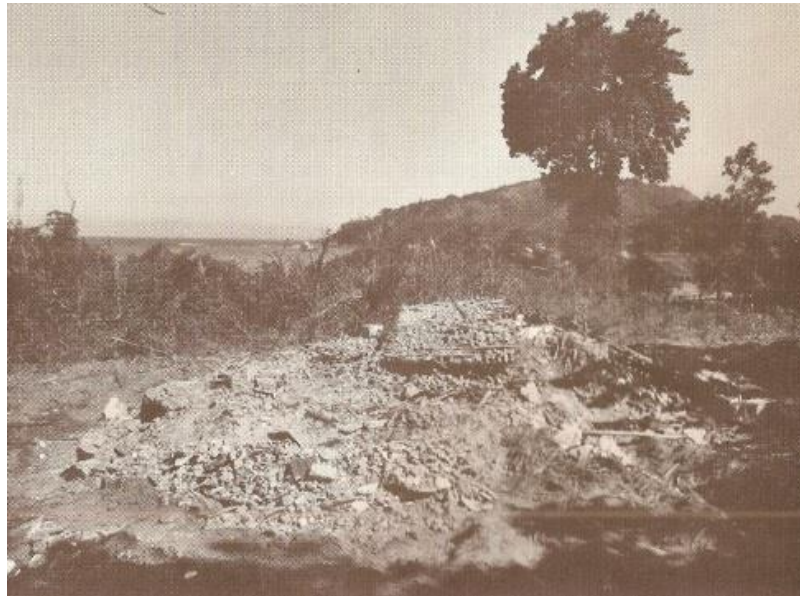
Fonte: MATTOSO, 1979.

Figura 23: Família de Jair da Anunciação despejada, em Trindade.



Fonte: SIQUEIRA, 1984.

Figura 24: Casa derrubada em Trindade.



Fonte: SIQUEIRA,1984.

Figura 25: Queima de casas em Trindade.



Fonte: SIQUEIRA,1984.

Figura 26: Jagunço armado.



Fonte: SIQUEIRA, 1984.

Para o padre, a forma como a holding agiu para se apropriar das terras não tinha por finalidade apenas expulsar os caiçaras, mas também destruir a sua cultura: “Foi neste lugar que foram feitos os maiores estragos contra pessoas humanas, no caso pela empresa. Ela destruiu a cultura caiçara” (SNI. Relatório. 06/10/1977). “Atuação da esquerda clerical”. Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_106593_77). Priscila Siqueira reflete em seu relato ao documentário Trindadeiros – 30 anos depois (PAIVA e DELFIM, 2009) que a chegada da empresa ao local contrastou fortemente com a cultura existente. Para ela, era comum os caiçaras firmarem compromissos verbais: desta forma, houve um contraste entre a cultura da oralidade e a cultura jurídica, utilizada pelos empresários (FEITOSA; SILVA, 2015, p. 335).

Como em Trindade a corporação não obteve grande sucesso na compra e expulsão dos moradores, o único condomínio construído se deu na área da antiga fazenda Laranjeiras (Figuras 27 e 28). Os caiçaras que moravam ali e se mudaram para a Vila Oratório após todo o ocorrido servem, até hoje, como mão de obra para serviços do empreendimento, como: jardineiros, empregadas domésticas, babás, motoristas, dentre outras.

Figura 27: Área onde foi construído o Condomínio Laranjeiras, antes habitada por caiçaras.



Fonte: Imóveis Laranjeiras³².

Figura 28: Início das obras do Condomínio Laranjeiras.



Fonte: Imóveis Laranjeiras.

Já na década de 1980, após anos de intimidação da multinacional e depois de muitas tentativas dos caiçaras em permanecerem em suas terras, com a ajuda de advogados, grupos de estudantes e jornalistas, a Adela-Brascan começou a propor acordos ao povo de Trindade

³² Disponível em <https://imoveislaranjeiras.com.br>. Acesso em 14 de julho de 2019.

que não foram aceitos. “O apego ao lugar de origem e da convivência secular começou a dominar. Desesperadamente, procuraram meios de poder ficar, pedindo ajuda da Prefeitura Municipal de Paraty” (FEITOSA; SILVA, 2015, p. 340).

Depois de todo desgaste causado, a empresa vendeu os títulos das terras da praia ao grupo paulista Cobrasinco³³, em junho de 1981, por três milhões de dólares, ficando apenas com seu empreendimento de luxo, o Condomínio Laranjeiras. “A Adela-Brascan, ao perceber a mobilização, vendeu a área para se resguardar em Laranjeiras, que não tinha ‘dado problema’” (FEITOSA; SILVA, 2015, p. 350).

A nova empresa propôs mais um acordo aos trindadeiros, que dessa vez aceitaram, mesmo não atendendo todas as requisições dos nativos. “A notícia de que haveria um acordo trouxe de volta ao local diversos trabalhadores que haviam abandonado a vila, atraídos pela perspectiva de retornar ao seu pedaço de terra” (FEITOSA; SILVA, 2015, p. 350).

Alguns acordos com os caiçaras foram feitos, mas estes sempre saíram no prejuízo, na maioria das vezes sendo expulsos de seus territórios e indo ocupar a periferia de Paraty.

Depois dos acordos estabelecidos, tentou-se recuperar as tradições da cultura caiçara, que deve ser pensada em uma perspectiva diacrônica, tentando compreender o que foi e o que é essa cultura. Notou-se o arrefecimento da cultura, ficando fortemente abalada por esses conflitos, pois o processo doloroso pela qual passou, deixou marcas profundas.

Portanto, após o entendimento desses conflitos, restou uma lembrança dessa época que está materializada no território, o Condomínio Laranjeiras³⁴, que possui mais de mil hectares, dos quais 95% estão cobertos por Mata Atlântica. Conta com, aproximadamente, 290 lotes, ruas asfaltadas, fiação de energia e de telefone subterrânea, estação de tratamento de água e esgoto, segurança 24 horas, heliporto, clube, centro médico, posto de combustível, marina, além de quatro praias: Laranjeiras, Fazenda, Sobrado e Vermelha, consideradas privadas, embora não possam ser. Os condôminos são proprietários de conglomerados gigantes, como Itaú, Votorantim, Ambev, responsáveis por grande parte do PIB brasileiro (Figuras 29, 30 e 31).

³³ Cobrasinco: empresa de capital nacional, especializada em construções, segundo Siqueira (1984).

³⁴ Informações retiradas do endereço eletrônico do corretor de imóveis Eduardo Andrade. Disponível em <http://www.imobiliariaparaty.com.br/condominiolaranjeiras.php>. Acesso em 10 de abril de 2018.

Figura 29: Vista aérea do Condomínio e da Praia do Sono.



Fonte: Diário do Vale³⁵, 2019.

Figura 30: Vista do Condomínio Laranjeiras.



Fonte: Diário do Vale, 2019.

³⁵ Disponível em <https://diariodovale.com.br/?s=condom%C3%ADnio+laranjeiras+paraty>. Acesso em 27 de maio de 2019.

Figura 31: Portaria do Condomínio Laranjeiras.



Fonte: Foto da autora, 2019.

8. RESULTADOS: ENTRELAÇANDO NARRATIVAS CAIÇARAS E REFERÊNCIAS TEÓRICAS

Este capítulo apresentará uma análise dos resultados a partir das entrevistas dos moradores da Praia do Sono, sustentados por discussões teóricas. Subdividido em cinco itens, cada um abordará assuntos específicos, como: a importância do lugar habitado por eles, as lutas para permanecer no território, as resistências frente às grilagens, à especulação imobiliária e ao condomínio, além de uma análise sobre as percepções dos caiçaras referente a criação da UC.

Ao todo foram dez entrevistados que contaram suas histórias a partir de perguntas direcionadas pela pesquisadora. Os entrevistados foram: Argeo de Castro, nascido em 1946 na Praia do Sono, pescador aposentado, viveu cinquenta anos embarcado. Passou muito tempo no Sul do Brasil trabalhando na pesca industrial e, há alguns anos, retornou para seu lugar de

nascença e ali passa seus dias, consertando redes de pesca e ajudando no camping que sua família possui.

Bruno de Castro nasceu em 1993 na Praia do Sono. É pescador e, durante a alta temporada, trabalha no bote fazendo a travessia dos turistas entre a praia e a marina do Condomínio Laranjeiras. Casado recentemente com uma caíçara do Sono, Bruno assumiu em 2020 como membro da Associação de Moradores, a qual passa por reformulações na sua documentação para se adequar as leis.

Elenice Alvarenga dos Santos, nascida em 1983 na Praia do Sono, vive há oito anos em Ubatuba e, aos finais de semana, retorna para seu lugar de nascimento, ajudando sua irmã no atendimento dos turistas em um quiosque que vende diversos tipos de pratos.

Elizabeth Araújo Albino nasceu em 1952 no Sono. Casou-se em 1970 com seu Euzébio após os dois terem deixado a praia devido às ameaças sofridas pelo grileiro da época e terem ido morar, por um curto período de tempo, em Paraty e depois no Mamanguá. Hoje em dia Dona Elizabeth se divide entre a praia e Paraty, possuindo casa nos dois lugares. Ela é dona de casa e ajuda seus filhos e netos com os afazeres do dia a dia.

Euzébio José Albino nasceu em 1950 na Praia do Sono. Já trabalhou por muitos anos como pescador artesanal e, posteriormente, na pesca industrial. Casado com Dona Elizabeth há mais de cinquenta anos, hoje em dia, já aposentado, passa a alta temporada no Sono, cuidando de um camping de sua propriedade. Durante os meses de inverno, Seu Euzébio vai para a casa de Paraty ajudar sua esposa.

Cabe ressaltar que Seu Euzébio e Dona Elizabeth são primos de primeiro grau, assim como a grande maioria dos moradores do Sono, pois os próprios caíçaras contam que muito antigamente existiam ali umas três, quatro famílias apenas e que estas casaram entre si e a partir de então a comunidade foi crescendo.

Nascida em 1969, no Pouso da Cajaíba, uma praia próxima ao Sono, Janete Maria do Nascimento mora com seu marido na Praia do Sono há mais de vinte anos e possui um quiosque de pau a pique no centro da Praia. Janete já foi professora e deu aula na escola da comunidade. Hoje em dia ela espera seu filho terminar a faculdade em Paraty para se mudarem para uma casa, no Sono mesmo, porém mais longe da praia, perto da serra, para poder ficar afastada do agito da alta temporada e cuidar de sua roça particular.

Leila da Conceição, nascida em 1975 na Praia do Sono, é dona de casa. Na época da entrevista, julho de 2019, Leila era a presidente da Associação de Moradores e participava ativamente das reuniões a respeito da recategorização da reserva com o INEA e também frequentava o condomínio, como representante dos caíçaras, nas discussões com os

condôminos a respeito das regras e restrições por parte destes últimos. No último campo soube-se que os membros da Associação já não eram mais os mesmos e que Leila já não fazia mais parte do grupo, agora se dedicando na administração de seu camping.

Sérgio dos Reis Conceição nasceu em 1995 na Praia do Sono. É pescador e, na época da entrevista, julho de 2019, era o presidente da Associação dos Barqueiros e membro da Associação de Moradores. Sérgio era responsável por organizar reuniões entre os barqueiros e tomar providências a respeito da organização diária do trabalho destes. Assim como Leila, Sérgio não é mais o presidente e nem membro da Associação. Atualmente ele mora no Sono e trabalha na pesca e na travessia dos turistas com seu bote.

Zaqueu da Conceição nasceu em 1967 na Praia do Sono, ainda quando criança perdeu as duas visões em decorrência de uma catarata, fato que não o impediu de realizar diversos feitos. Seu Zaqueu toca violão e compõe algumas canções. Há alguns anos, criou uma rádio na comunidade conectando um fone e um celular a um antigo transmissor, esquecido na praia por um turista, com uma pequena antena soldada. Sozinho, Zaqueu trabalhou na montagem das peças e criou uma rádio comunitária, a caiçara FM, tornando-se um importante veículo de comunicação local e de propagação da cultura caiçara.

Zeni Alvarenga dos Santos Albino, nascida em 1969 na Praia do Sono, possui um quiosque onde trabalha com seu marido e filhos. Zeni já foi membro da Associação de Moradores e hoje garante seu sustento durante a alta temporada.

8.1 Experiências e o Pertencimento ao Lugar sob a Ótica dos Caiçaras

Um dos pontos principais dessa pesquisa envolve a questão das experiências dessa população tradicional sobre o lugar que vivem. O sentimento de pertencimento, práticas, tradições, modo de vida e o saber tradicional fazem com que se reconheçam caiçaras e reconheçam também o lugar em que vivem como um lugar de afetividade, de memórias, de lutas e resistências.

Desta forma, compreender a Praia do Sono como lugar a partir da ótica de quem a experiência requer diálogo e que nos coloquemos sob um olhar semelhante de quem vive ali, para que assim, a partir das experiências contadas por cada morador, possamos compreender as vivências reveladas na própria geograficidade e descrevê-las.

No documentário “Narrativas Caiçaras”, de 2019, Seu Antônio³⁶, pescador aposentado conta uma história sobre a origem do nome da praia:

Aí os portugueses vieram, chegaram na Praia do Sono e aqui só tinha índio. Muitos tava muito cansado e sentaram embaixo do pé de árvore e ali dormiram. Quem dormiu foi um só, os outros foram ver a cachoeira e conhecer a praia, aí perguntaram um pro outro assim: como é o nome dessa praia?, aí ninguém sabia responder, o índio só chamava de praia, mas não tinha nome, aí os outros que vieram de visitar a cachoeira, visitar a praia, chegaram, sacudiram aquele que tava dormindo, disseram assim: ô companheiro, ô companheiro, se acorde, vambora, vambora que ainda nós temo muita praia aí pra visitar. Então, foi quando o português disse assim: aí que sono, aí que sono. Aí os outros disseram assim: olha você já botou o nome da Praia do Sono. [Seu Antônio continua] nós somos nativo, de avô pra bisavô, trisavô. A terra do Sono é nossa.

Em relação ao significado do Sono, apareceram os seguintes relatos:

É tudo né, porque tudo que a gente precisa a gente tem aqui. Representa muita coisa, eu amo esse lugar e não troco aqui por nada, já tive uma experiência de sair daqui, morei dois anos no Guarujá pra estudar né, porque aqui o estudo pra gente é ruim (BRUNO DE CASTRO, 2020).

Percebe-se na fala do entrevistado a ligação que ele possui com o lugar, visto que teve a oportunidade de morar em outro local para suprir uma questão ainda precária no Sono – o ensino formal – e depois de realizado, decidiu voltar. Hoje, trabalha como barqueiro e vive o dia a dia da comunidade.

Para Dona Elizabeth, o Sono “é tudo, a gente tem liberdade de sair, pisar no mar” e continua:

Porque tem lugar que a gente não pode mais nem pisar no mar, [mas aqui] é o pessoal trazendo os peixes, a gente vendo o peixe na canoa, puxando a rede na praia. Já buscamos muita lenha, já buscamos muita mandioca plantada aí nesses morro tudo no tempo dos meus avós, do meu pai, hoje em dia é turismo, ninguém mais quer saber de roça, de plantar. Fala hoje em roça perto dos meus netos, até dos meus filhos mesmo, ninguém qué, tudo é o mais fácil né. Nós fomos criados com peixe, caldeirada, pirão, hoje meus netos não comem peixe, já é outra geração né, só qué o mais fácil (ELIZABETH ARAÚJO ALBINO, 2020).

De acordo com a fala da entrevistada percebe-se que ela experiencia o Sono no cotidiano e o descreve vivendo-o nas ações do dia a dia, ressaltando a pesca e a roça praticadas anteriormente e dando ênfase a principal atividade econômica hoje, o turismo.

³⁶ O documentário não identifica o sobrenome de Seu Antônio, nem sua idade.

Importante notar ainda a percepção de Dona Elizabeth sobre as mudanças no modo de viver de acordo com as gerações, pois quando ela diz que seus netos não comem peixe e só querem o “mais fácil”, demonstra as alterações que foram ocorrendo nesse lugar ao longo do tempo, as quais trouxeram, de um lado, uma não cristalização dessa comunidade tradicional e, de outro, um diálogo com outras culturas e influências trazidas pelos turistas que frequentam a praia.

Marandola Jr. (2016, p. 7) destaca que Relph trouxe para a ideia de lugar fundamentos fenomenológicos, “entendendo-o como fenômeno”.

Lugar é fundamentalmente um fenômeno da experiência cotidiana e, portanto, precede todas as interpretações e os conceitos acadêmicos. Isso não pode ser esquecido ou deixado de lado por razões ideológicas. A fenomenologia é uma abordagem que reconhece e tem como objetivo esclarecer a complexidade desta experiência sem reduzi-la a algum modelo ou a uma média estatística. Além disso, é claro que, fenomenologicamente, o lugar sempre se apresenta como simultaneamente alicerçado em contextos específicos e em um aspecto da abertura do mundo. A casa e o lugar são os locais de abertura sem limites (RELPH, 2010 apud MARANDOLA JR., 2016, p. 13).

Com isto, lugar, na Geografia Humanista, se define como o real significado de um dado espaço até então para um indivíduo ou um grupo de pessoas que passa a criar, estabelecer, desenvolver laços afetivos por meio de experiências do cotidiano, ocorrendo, até mesmo, uma mistura das histórias de pessoas e desse espaço que se torna vivido, a partir das memórias, vivências e interações.

Quando falamos nas experiências vividas por um indivíduo ou um grupo social, destaca-se que essas ocorrem, muitas vezes, pelos sentidos que possuímos: visão, olfato, tato, audição e paladar. Os sentidos nos proporcionam memórias significativas de um determinado lugar, ou então são os responsáveis por tornar as experiências cotidianas e repetidas em afetuosas para transformarmos um determinado espaço em lugar. Assim, Tuan (1980), influenciado por Bachelard, desenvolve a noção de topofilia, caracterizada pela afetividade expressa na relação do homem com o ambiente, criando-se, a partir deste envolvimento, o lugar. “Topofilia é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal” (TUAN, 1980, p. 5).

A palavra “topofilia” é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido mais amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero prazer

que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tática: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o *locus* de reminiscências e o meio de se ganhar a vida (TUAN, 1980, p. 107).

Uma fala bem expressiva foi a de Seu Argeo, quando relata o que o Sono significa para ele: “É o lugar que eu nasci, então é meu lugar, é meu imbrigo. Trabalhei muito fora, mas voltei, meu lugar é esse aqui, eu amo isso aqui” (ARGEO DE CASTRO, 2020). Esta fala, principalmente a parte em que ele diz “é meu imbrigo”, demonstra uma relação extremamente profunda e íntima com o lugar, com a sua terra, até mesmo visceral. Percebem-se aqui os laços afetivos criados com a terra e o amor despendido a ela, percebe-se a relação intrínseca entre sujeito e o lugar, a geograficidade.

Com a fala de Seu Argeo é possível compreender sua percepção de lugar a partir da dimensão afetiva, enquanto caíçara nascido e criado no Sono, como ele mesmo se reconhece: “sou caíçara, pra mim caíçara é nascido na beira do mar, na beira da praia”. Pescador aposentado, Seu Argeo viveu mais de cinquenta anos embarcado, trabalhando tanto no cerco³⁷ na Praia do Sono quanto na pesca industrial. Morou muitos anos no sul do Brasil, mas sempre soube onde era seu lugar e, hoje, conta com uma felicidade estampada no rosto, que não pretende mais sair dali e mostra, todo orgulhoso, sua casa e seu quintal, a praia.

Marandola Jr. (2012, p. 228) diz que “[...] o lugar faz parte de nosso cotidiano e como é a partir dele que nos inserimos no mundo. É pelo lugar que nos identificamos, ou nos lembramos, constituindo assim a base de nossa experiência no mundo”. Para o autor, o lugar é constituído no cotidiano, aflorando o sentimento de pertencimento. “A constituição do lugar e do eu são indissociáveis, pois têm os mesmos processos constitutivos” (MARANDOLA JR., 2012, p. 244).

Segundo Little (2002, p. 10) “A noção de pertencimento a um lugar diz respeito a grupos que surgiram historicamente numa área através de processos de etnogênese e, portanto, contam que esse lugar representa seu verdadeiro e único *homeland*”.

Assim, além da experiência pessoal do indivíduo existem as experiências vividas em grupo, as quais trazem memórias coletivas sobre uma determinada área. Merleau-Ponty tratava do lugar a partir da ideia de mundo vivido, incluindo “as experiências com o espaço e com as outras pessoas pela intersubjetividade” (RODRIGUES, 2015, p. 5045).

³⁷ O cerco é uma armadilha instalada próxima aos costões, feita para capturar peixes que possuem hábitos migratórios, confinando-os vivos até o momento da despesca. O período de cada pescaria varia de 15 a 21 dias, de acordo com o livro “Cerco Fixo Flutuante – uma arte de pesca sustentável”, lançado pela Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ), em 2017.

Marandola Jr.; Mello (2009) afirmam que a tarefa de delimitar e mensurar o lugar é complexa, pois dentre as categorias espaciais, “o lugar é a de menor amplitude territorial” (embora seja extremamente fluído). Além disso, é a categoria que mais está conectada à experiência e à afetividade, estando “carregado de humanismo” e “constituindo-se no foco da experiência humana”. Contudo, lugar também está atrelado ao coletivo através da historicidade, da memória que um grupo estabelece no espaço.

Para os autores (2009), a obra de Relph foi fundamental na relação do homem com o seu meio, pois ele entendeu a relação sujeito-lugar a partir dos conceitos de “place” e “placelessness”, que se caracterizam por ser o lugar e seu antônimo, ou seja, a “não relação” ou a “inautenticidade” das pessoas com um determinado lugar, fazendo deste um “não-lugar”, o que gera um “descompromisso” e coloca “em risco a identidade”.

Esta questão é percebida na fala de Janete, quando ela aponta que o Sono já não é mais como era antigamente, devido à quantidade de turistas que anda recebendo.

Gosto muito do Sono, só que agora eu tô achando que tá muito cheio, tá vindo muita gente, eu não gosto de muita gente não, eu sou mais sossegadinha, agora tem muito barulho, muito som, muito alto. Eu na verdade prefiro lá pra cima, mais na montanha, aqui pra mim já tá cidade grande demais na temporada (JANETE MARIA DO NASCIMENTO, 2020).

Janete ressalta que a intensificação do turismo trouxe um público que não respeita a comunidade e a reserva. Na verdade, segundo ela, muitos turistas não têm conhecimento de que lá seja uma UC, a qual possui normas, e também desconhecem o fato de ser uma comunidade tradicional. A entrevistada ressaltou que, principalmente durante o feriado do ano novo e do carnaval, a praia recebe uma quantidade exorbitante de frequentadores, que passam a madrugada ouvindo música eletrônica e alguns ainda usam drogas. Janete também destacou a questão do lixo, que já chegou a permanecer na praia por mais de um mês, devido à quantidade e a dificuldade de transportá-lo para Paraty.

A fala de Zeni Alvarenga dos Santos Albino chamou a atenção para a relação estabelecida entre o caiçara e a terra/mar antes do turismo e atualmente:

Antigamente, o caiçara dava mais importância pra terra, de onde vinha o alimento, onde eles plantavam, tanto que as casas são mais pra dentro da mata. O mar era pro pescador, de onde ele trazia o alimento. A gente não entrava no mar pra nadar, era muito difícil, ou ficar tomando sol na areia. Eu vejo esses turistas nesse frio entrando no mar e nem acredito.

Marandola Jr. (2016, p. 11) aponta que o sujeito que faz do espaço um lugar, possui autenticidade, e que para Relph isso se refere a uma atitude. Para se tornar um lugar é necessário um conjunto de experiências diretas “e genuína de todo o complexo da identidade dos lugares – nem mediada e distorcida por uma série de formas sociais e intelectuais bastante arbitrárias de como essa experiência deveria ser, nem seguindo convenções estereotipadas”.

Aqui abrimos espaço para falar da visão do turista e do nativo.

Em geral, podemos dizer que somente o visitante (e especialmente o turista) tem um ponto de vista; sua percepção frequentemente se reduz a usar os seus olhos para compor quadros. Ao contrário, o nativo tem uma atitude complexa derivada da sua imersão na totalidade de seu meio ambiente. O ponto de vista do visitante, por ser simples, é facilmente enunciado. Por outro lado, a atitude complexa do nativo somente pode ser expressa com dificuldade e indiretamente por meio do comportamento, da tradição local, conhecimento e mito (TUAN, 1980, p. 72-73).

Pode-se então criar um paralelo com turistas que vão até a Praia do Sono na alta temporada e que, por não se sentirem parte daquele lugar, por não estabelecerem uma conexão com a comunidade, não se identificarem com o lugar, acabam tendo atitudes displicentes, descomprometidas, que geram prejuízos para o local, como o lixo, a falta de respeito com os caixas, o não cumprimento de regras dos campings e quiosques, dentre outras ações que afetam o bem-estar da população tradicional. “A ausência do cuidado e da responsabilidade dificultam a ex-sistência, tornando estes lugares presas fáceis para a massificação e padronização” (MARANDOLA JR., 2016, p. 12).

Para Tuan (1980, p. 72):

O visitante e o nativo focalizam aspectos bem diferentes do meio ambiente. (...) Em geral, podemos dizer que somente o visitante (e especialmente o turista) tem um ponto de vista; sua percepção frequentemente se reduz a usar os seus olhos para compor quadros. Ao contrário, o nativo tem uma atitude complexa derivada da sua imersão na totalidade de seu meio ambiente.

O autor (1980, p. 74) ainda considera que “a avaliação do meio ambiente pelo visitante é essencialmente estética. É a visão de um estranho. O estranho julga pela aparência, por algum critério formal de beleza. É preciso um esforço especial para provocar empatia em relação às vidas e valores dos habitantes”.

Marandola Jr. (2016), analisando a obra de Relph (1976), aponta que o autor propôs dois conceitos a respeito do envolvimento e da relação estabelecida com um determinado lugar, sendo eles “interioridade” e “exterioridade”, em síntese seria “estar dentro ou estar fora

dos lugares”. Relph também sugeriu alguns tipos de interioridade e exterioridade possíveis em relação à experiência que o sujeito teve com o lugar, como interioridade comportamental, interioridade empática, interioridade existencial, interioridade vicária, exterioridade objetiva, exterioridade incidental e exterioridade existencial.

Para este trabalho, o interesse recai sobre a interioridade existencial, que seria uma experiência direta com o lugar, como a qual os caiçaras apresentam, já que ela se define por ser “aquela que envolve um sentimento de apego ao lugar e é tão orgânica que não precisa se tornar consciente para ser efetiva” (MARANDOLA JR., 2016, p. 9).

E é nessa organicidade que as comunidades tradicionais vivem seus lugares, resistindo, muitas vezes, aos mais variados conflitos para permanecerem no território e expressarem suas tradições. “O lugar influencia, até mesmo constrói, tanto subjetivamente como objetivamente, identidades culturais e sociais” (LE BOSSEÉ, 2004 apud MARANDOLA JR.; MELLO, 2009, p. 67). Esta identidade é construída por meio “da experiência, vivida através da historicidade e da geograficidade. O lugar torna-se, para o autor, foco de identidade” (MARANDOLA JR.; MELLO, 2009, p. 67).

Sabe-se que esses valores, saberes e tradições são riquíssimos e extremamente importantes para manter a identidade dessas comunidades, visto que foram reconhecidos como patrimônio cultural imaterial, tamanha a representatividade e a relevância para a cultura de um povo e de todo o país.

Assim, como forma de impedir a devastação da praia e a fim de reconhecer o valor do ecossistema e da cultura do povo que ali vive, essa área foi tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) do Estado do Rio de Janeiro, em 1987. O patrimônio cultural corresponde a um testemunho de grande relevância da cultura humana, que deve ser preservado, pois se caracteriza como uma herança para gerações futuras, apresentando uma visão que privilegia a interação homem/natureza. Portanto, a constituição de um lugar envolve a constituição de um território, pois, para se delimitar o primeiro é preciso recorrer ao segundo.

8.2 Resistindo no Território

O histórico de lutas das comunidades tradicionais pela manutenção da sua cultura e garantia da permanência em seu território transcorre gerações e se faz presente no dia a dia de muitas dessas comunidades. Os caiçaras ocuparam as terras do litoral há séculos e ali desenvolveram formas intrínsecas de uso dos recursos. “A terra e o mar são prolongamentos

das comunidades e com ambos o caiçara vive em verdadeira comunhão espiritual, respeitando-os como fontes de vida” (SIQUEIRA, 1984, p. 5).

Assim, o território, enquanto necessidade ontológica representando as profundas relações homem-terra e, também enquanto categoria de análise da Geografia é um dos pontos-chave para entendermos os conflitos travados pelos caiçaras da Praia do Sono, inserida em uma UC, e todos os vieses por trás de sua criação.

As áreas protegidas representam um tipo específico de território que – seguindo as definições de Quijano – caberia dentro da noção de razão instrumental do Estado. Em primeiro lugar, as áreas protegidas são criadas pelo Estado mediante decretos e leis e conformam parte das terras da União, sendo portanto terras públicas. Em segundo lugar, a criação dessas áreas inclui sofisticadas pesquisas científicas envolvendo um grande leque de especialistas, mostrando o alto grau de conhecimento humano implicado nelas. Em terceiro lugar, as áreas protegidas estabelecem planos de manejo que especificam com minuciosos detalhes as atividades permitidas e proscritas dentro desses territórios. Em suma, as áreas protegidas representam uma vertente desenvolvimentista baseada nas noções de controle e planejamento (LITTLE, 2002, p.16).

O território expressa como vivemos, expressa nosso relacionamento com a terra, expressa como nos apropriamos do espaço e exprimimos nossa permanência neste, nossa existência.

Os acontecimentos passados, presentes na memória coletiva de quem viveu o fato ou então de quem ouviu os mais antigos contarem, são fundamentais na compreensão das lutas pela permanência nesse território. Como vimos no capítulo anterior, as ameaças e perseguições sofridas por comunidades do sul de Paraty de 1950 a 1970 ainda estão presentes em suas lembranças. O medo de ter que deixar esse território ou então de serem expulsos marcou as falas dos caiçaras entrevistados. Independente da idade, eles sabem as ameaças que sofreram ou então que seus pais ou avós passaram e relatam, ansiosos, essas experiências vividas ou então contadas pelas gerações anteriores.

Aqui já teve um grileiro que queria toma isso aqui nosso, com descendência de turco. Eu que fiz a ocorrência, eu que chamei o repórter pra nos socorrer, eu que fiz a ligação toda. Nós foi ameaçado com polícia armada, tinha búfalo também. Os búfalo chegava até aqui, vamo dizer as parede de barro, agora não é mais né, mas antes era de barro e os búfalo chegava até aqui, passava aqui, a praia toda tinha cocô de búfalo, comia a roça toda, a parede da casa. Na nossa época nós bebia água da cachoeira, bebia água com cocô de boi, ele tomava banho aquele danado, adora uma água, adora uma lama, então nós fomo chocado com esse bicho aí, ele botou esse boi solto pra tirar nós, nós comemo folha de banana, mas não saimo daqui. Teve gente que

saiu sim, fico só treze famílias, tinha duzentas e poucas e fico só treze e eu fui uma delas. Eu tive no Rio, tive no Ministério da Fazenda, eu tive em reunião lá no Rio, Tribunal de Justiça, tive em Paraty, acompanhei essa luta toda aí, tudo nas minhas costas, carreguei essa luta toda nas costas. Os advogado, o juiz que nós tivemos as conversa falaram ó gente por dinheiro nenhum vocês vende aquela terra de vocês, não dão a terra de graça, não deixa ninguém entrar na terra. Hoje vende por dez mil, cinco mil, três mil reais, tão dando terra aí. Sendo que nós, cabelo branco, 75 anos, eu não vendo um palmo de terra, porque é meu e dos meus filhos, mas esses novinho aí tão vendendo, tão botando gente de fora pra caramba (ARGEIO DE CASTRO, 2020).

Seu Argeo não deixou o seu território após as várias investidas por parte do grileiro, que tentou tomar aquelas terras para si. Dona Elizabeth também relembra da maior disputa pela qual seus familiares e amigos da comunidade do Sono já passaram e conta que, na época, saiu da praia e foi morar em Paraty, voltando algum tempo depois. Mas, na verdade, isso não aconteceu com todas as famílias que deixaram o Sono, muitas delas acabaram não conseguindo voltar e a maioria foi morar em Paraty ou em Ubatuba.

O medo que a gente tinha aqui era do doutor Gibrail, era um homem muito rico né e disse que era o dono disso aqui tudo, era dono de muita terra, só que ele lutava mais por isso aqui, ele tinha assim uma resinga sei lá, uma raiva do pessoal aqui que dizia que era deles então a briga toda era aqui, com o pessoal, então muita gente saiu por causa disso, nessa época. Ele levou alguma família pra morar em São Paulo, deu emprego lá, mas a gente tinha esse medo, quando ele chegava aqui com polícia, a gente era tudo pequenininho, não acostumava com esse negócio de polícia na porta e a gente tinha esse receio, ele intimidava. Meu sogro ficou, minha sogra, a gente foi morar em Paraty. Quando eu sai eu tinha uns dezessete anos, fomo morar na Praia do Sobrado, no Mamanguá, meu pai tinha terra lá, casa, depois eu voltei pra casar aqui, com dezoito anos (ELIZABETH ARAÚJO ALBINO, 2020).

O barqueiro Sérgio, mesmo com seus vinte e quatro anos na época da entrevista, conta com emoção a história da luta pelo seu território, que ouviu de seus pais e de seus avós, e possui também um papel importante na comunidade, já tendo participado da Associação de Moradores.

O Sono tá como local indefinido ainda de dono, tão numa briga lá em Brasília, então a gente tá lutando pra ganhar nosso território, porque todo mundo tem medo. Então nós tamo ainda na luta, o negócio não acabou, só que eles tem que entender que nós tamo aqui há muitos anos, mas quem toma as decisões nunca vieram no nosso lugar, quem fala que nós não somos caixas nunca vieram ver o dia com a gente, quem toma a decisão se a pesca da cavala é em tal época, o cara nunca pescou cavala na vida, então, tipo, se um cara lá em cima chega um papel pra ele falando que não somos mais caixa ele assina, aí vem polícia cumprir sua tarefa e tira nós. Como era

antigamente na época do Gibrail, ele fazia um papelzinho pro povo ingênuo, trazia os jagunços armados e tá aqui o papel, o pessoal na época via o papel e tinha medo. Hoje não, hoje somos cabeça, só que se um cara lá de cima fizer um trato aí lascou, tira nós daqui. Então nós ainda tá lutando pra conseguir nosso direito de terra. Eles entra com muito dinheiro mesmo e nós somos carente, tamo brigando com os mais fortes do Brasil, tem até agência de turismo que quer entrar aqui, então é uma briga constante, cada dia que você acorda, você sendo liderança [na época da entrevista, Sérgio era presidente da Associação dos Barqueiros e membro da Associação de Moradores], todo dia você acorda com uma briga pra briga. E tem muito morador que ainda não sabe disso, acham que a terra é nossa, é nossa mesmo, só que os caras podem tá tomando da gente. É muito triste isso, a gente perde várias coisas pra gente que não sabe da nossa realidade. Eles julgam a gente (SÉRGIO DOS REIS CONCEIÇÃO, 2019).

Nota-se então que, a partir da perspectiva fenomenológica de território, não basta apenas entendê-lo como político e material, faz-se necessário entender a imaterialidade presente, fruto de sociedades que deixam suas marcas, histórias e simbologias, a fim de se expressarem e fazerem de um determinado espaço seu território.

Segundo De Paula (2011, p. 108), há uma lacuna de estudos sobre o território enquanto fenômeno vivido, o que mais se aproximaria dessa discussão seria sua “dimensão vivida na forma de territorialidade”. Territorialidade vista aqui como uma das faces através da qual se pode olhar o território e que expressa sua vivacidade na memória coletiva. Essa dimensão do vivido apresentada no sentido do que acontece no território, suas dinâmicas internas, seus valores.

Territorialidade, comumente, referencia características e dinâmicas daqueles que vivem no território, como: apropriação, desenvolvimento de identidades, sentimento de pertencimento (BRUNET; FERRAS; THERY, 1993). Assim, territorialidade diz respeito à dimensão vivida na medida em que denota fatores que acontecem nas relações mais diretas entre as pessoas e o espaço. A territorialidade é o qualitativo de qualquer fenômeno territorial, independente da escala dele. A distinção entre territórios oriundos da dimensão vivida e a territorialidade está no papel que a dimensão vivida tem dentro destas noções (DE PAULA, 2011, p. 109).

Little (2002, p.3) enxerga “a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’” e entende que essa territorialidade não se faz presente nas leis ou títulos, mas “se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território” (LITTLE, 2002, p. 11).

A partir disso, o território das populações tradicionais se baseia em séculos de efetiva ocupação carregando uma importância histórica às suas reivindicações, como é o caso da Praia do Sono, onde os caiçaras se apropriaram de um território, territorializaram-se e, ainda hoje, sofrem com estratégias, por parte de grandes agentes econômicos, para desterritorializá-los. Portanto, quando impedidos de ocupar seus territórios e criarem seus lugares, coloca-se em risco mais do que o habitar, coloca-se em risco a própria existência.

Portanto, é do próprio viver a dimensão vivida - das ações do homem sobre uma porção do espaço - que surgem os territórios. “Assim, a dimensão vivida não é apenas uma face do fenômeno, ela o funda” (DE PAULA, 2011, p 109). Refletindo sobre este trecho, podemos entender que foi assim que se constituíram diversos territórios, entre os povos caiçaras, que ocuparam e se apropriaram de um espaço e, que com o passar do tempo e de suas vivências sobre esse espaço, criou-se o território, habitado por eles até os dias de hoje, além da identidade e do vínculo afetivo, lutando pela sua defesa e permanência no mesmo. Little (2002, p. 11) afirma que “os territórios dos povos tradicionais se fundamentam em décadas, em alguns casos, séculos de ocupação efetiva. A longa duração dessas ocupações fornece um peso histórico às suas reivindicações territoriais”.

E esses territórios constituídos a partir da dimensão vivida do espaço se tornam lugares com lógicas socioespaciais conhecidas intimamente por quem vive ali, já suas fronteiras e as intersubjetividades, até então invisíveis para quem é de fora, só serão apreendidas a partir da abordagem do lugar.

Assim, a porção do espaço conhecida intimamente, onde se desenrola práticas socioespaciais rotineiras ou especiais, se torna lugar. Por permitir ou promover essas práticas, o lugar se configura um campo de preocupação e cuidado. Em outras palavras, as relações e práticas que constituem o que a pessoa é, necessita ou deseja se imbricam ao lugar: geograficidade (DE PAULA, 2011, p. 119).

8.3 A Manifestação da Identidade Caiçara e a Territorialidade

A identificação de um povo, ou seja, o reconhecer-se como pertencente a um determinado grupo social, remete à questão da identidade, como se reconhecem, por fazerem parte de uma determinada cultura e possuírem um saber do mundo natural, que pode muito bem se somar ao conhecimento científico, no intuito de ampliar as políticas, ainda bem defasadas, sobre populações tradicionais no Brasil. Para Leila da Conceição, “a escola da

vida, é você saber sobre o tempo, o vento, o mar quando vai subir, a terra quando tá boa pra plantar, o peixe que tem, então isso é riqueza, isso é educação”.

A gente nasceu e cresceu aqui né, meu pai é daqui, meu avô e meu Bisavô também e a gente é descendente de indígena, quilombola e europeu, o caiçara é uma mistura e nós existimos do litoral do Paraná ao Rio de Janeiro. O caiçara é a pessoa que mora entre o mar e a montanha e vive da pesca e da roça. É uma pessoa que consegue fazer tudo com as mãos dele, ele não precisa comprar a canoa, o remo, a rede (Figura 32), a comida, tudo você consegue, dá um jeito e se vira, caiçara é um ser sábio. O caiçara é muito inteligente (LEILA DA CONCEIÇÃO, 2018).

Figura 32: Aprendendo a fazer rede com Seu Euzébio.



Fonte: Foto da autora, 2020.

Flávio de Araújo, filho de seu Euzébio e dona Elizabeth, é poeta e escritor e faz da matriz caiçara – vivências e saberes - a raiz de suas poesias. Com a natureza sempre presente em seu trabalho, a cultura caiçara é a inspiração para suas criações. Em 2008, ele lançou um livro de poesias intitulado “Zangareio”, que é um anzol utilizado para pescar lula. Lembrando-se dos seus dias no Sono quando criança, Flávio escreveu “Homem consertando rede” e, anos mais tarde, a autora pôde aprender a confeccionar uma rede pelas mãos de seu pai.

Homem consertando rede

Homem consertando rede
 agulha na mão
 rede pendurada no prego.
 Homem consertando rede
 pensa na importância do remendo
 imagina que tipo de peixe fugiria
 por aquele buraco.
 Homem consertando rede
 conserta seu mundo.

Homem sério
 enche a agulha com linha vermelha
 com total habilidade
 espanta o borrachudo
 cospe o náilon mascado
 dá palpites sobre o tempo que tanto acertava.
 Ainda é respeitado quando fala que chove
 quando fala que vai ventar.

Homem consertando rede
 não resmunga a vida
 malha pela falta de peixe
 os grandes barcos de arrasto.

Homem consertando rede
 conta histórias de pescador
 com tamanha sinceridade
 que nem parece pescador.

Homem consertando rede
 parece homem feliz, distante
 vai medindo a braçadas seu silêncio,
 sua vontade de viver.

Homem consertando rede
 e somente agora, para mim,
 meu pai é apenas um homem
 que conserta sua rede.

Calvente (2017, p. 585) afirma que essa identidade manifestada em um território, através da cultura, “está ligada a uma ideia coletiva da história de uma parcela do espaço geográfico”.

A cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e seu meio, um resultado obtido através do próprio processo de viver [...] O território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos,

mediante os quais trabalhamos, moramos, mas também um dado simbólico (CALVENTE, 1993, p. 22).

Desta forma, o território se torna indispensável para a reprodução e construção dos aspectos socioculturais de uma determinada população. “Ser caiçara é viver essa vida que a gente vive aqui, é peixe, é o mar, é o fruto da terra que agora tá difícil da gente colhe, mas já colhemo muito, é ser filho de pescador mesmo, isso é ser uma caiçara” (ELIZABETH ARAÚJO ALBINO, 2020). O mar, segundo Dardel (2015, p. 21), “é uma força envolvente, ambiência em seu sentido mais apropriado; ele é um elemento”.

Assegurados pelo Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), que afirma que os territórios tradicionais se constituem em “espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária” (BRASIL, 2007, p. 1) e também pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) e pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (BRASIL, 2019³⁸), da qual o Brasil é signatário, as comunidades tradicionais têm garantido o direito à autoidentificação e ao território, base de reprodução e fonte de recursos, além do valor simbólico e afetivo. Esses vínculos sociais e simbólicos com os ambientes biofísicos, segundo Little (2002), representam os territórios sociais.

Entende-se por direito territorial de povos e comunidades tradicionais a garantia aos seus territórios, com o objetivo de assegurar os seus modos de vida e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural, econômica e espiritual. Esse entendimento se funda na leitura conjugada do art.3º, I, da PNPCT, com o art. 13 da Convenção OIT nº169/89 (ABIRACHED, 2011, p. 91).

Ainda, segundo o autor (2011, p. 93-94):

A população caiçara [...] somente terá assegurados os seus direitos coletivos fundiários com a instituição de um território tradicional.

Nesse sentido, para além da Resex ou RDS, é possível pensar na criação de um Território Caiçara, área protegida específica, fora do regime do SNUC, uma construção jurídica e política inovadora, que merece debate e estudos sobre qual órgão seria competente por sua criação e sobre a gestão territorial autônoma, o acesso a políticas públicas, dentre outros aspectos.

As populações caiçaras abrangidas por UCs de proteção integral têm o direito de acesso e uso direto de recursos naturais enquanto eles foram

³⁸ O Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019, que consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil revogou o Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 que promulgava a Convenção nº169 da Organização Internacional do trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.

imprescindíveis à sua subsistência (que não é meramente alimentar, mas envolve também fonte de renda para o básico da vida digna). Por essas práticas não podem ser punidas. O órgão gestor da UC tem o dever de firmar termos de compromisso, acordos, ou outros instrumentos similares para assegurar esses direitos das populações tradicionais. Esses instrumentos transitórios podem resultar na recategorização da UC ou na criação de novos tipos de áreas protegidas, a partir de estudos interdisciplinares e do próprio acompanhamento e avaliação das práticas desenvolvidas pelas comunidades.

E maior do que o próprio território é a importância da territorialidade, que ultrapassa a simples ideia da ocupação geográfica, delimitando a terra como abrigo e expressando a existência desses conhecimentos tradicionais, desses símbolos responsáveis por marcar a identidade de um povo.

A territorialidade de um grupo ou de um indivíduo não pode se reduzir ao estudo de seu sistema territorial. A territorialidade é a expressão de um comportamento vivido: ela engloba, ao mesmo tempo, a relação com o território e, a partir dela, a relação com o espaço “estrangeiro”. Ela inclui aquilo que fixa o homem aos lugares que são seus e aquilo que o impele para fora do território, lá onde começa “o espaço” (BONNEMAISON, 2002, p. 107).

Com isso, a identidade de um povo – que usa a matéria-prima fornecida pela memória coletiva, um imaginário social - e que se manifesta no seu território é crucial para o seu reconhecimento, para se sentir parte de algo, como aponta Silva *et al.* (2014, p. 9-10) ao afirmar que “a identidade é marcada por meio de símbolos. [...] Assim, a construção da identidade é tanto simbólica quanto social”. Para os autores, “uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos. [...] Assim, essa redescoberta do passado é parte do processo de construção da identidade” (SILVA *et al.*, 2014, p. 11-12). Desta forma, temos que:

A identidade marca o encontro de nosso passado com as relações sociais, culturais e econômicas nas quais vivemos agora [...] a identidade é a intersecção de nossas vidas cotidianas com as relações econômicas e políticas de subordinação e dominação (RUTHERFORD, 1990 apud SILVA *et al.*, 2014, p. 19).

Segundo Silva *et al.* (2014, p. 28) existem duas formas de pensar a identidade cultural: recuperando “a verdade sobre seu passado na unicidade de uma história e de uma cultura partilhadas” ou então reconhecer que, ao reivindicar uma identidade, que possui um passado, ela é reconstruída.

“A identidade só se torna um problema quando está em crise, quando algo que se supõe ser fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (MERCER, 1990 apud 1990 apud SILVA *et al.*, 2014, p. 20).

A idealização dessas populações, muitas vezes, acaba por deslegitimá-las, ou seja, a ausência de uma característica já é o bastante para desclassificá-la enquanto tradicional? Antigamente, na Praia do Sono, as casas eram de pau a pique (Figura 33) e hoje, a maioria, já é de alvenaria. Isso é suficiente para definir que uma comunidade deixou de ser tradicional? É suficiente para deslegitimar uma cultura e seu povo?

Figura 33: Uma das poucas casas de pau a pique que restam na Praia do Sono.



Foto da autora, 2019.

Outra situação envolve os botes. Os pescadores conseguiram há pouco tempo comprar barcos motorizados, os botes, tornando-se alvos de condôminos que afirmam que, devido a essa aquisição, que facilita o cotidiano desses trabalhadores, deixaram de ser caiçaras. Sabe-se que essa conquista, vinda através do suor diário, não os torna “menos caiçaras”. Ser caiçara é ser resistência, manter as tradições e saberes vivos ao longo das gerações, é viver em contato íntimo com a natureza, respeitando-a. Desta forma, no caso dos caiçaras, tem-se que “a condição para que sua cultura sobreviva é a manutenção do território e a sua valorização social” (CALVENTE, 1993, p. 24).

Sérgio dos Reis Conceição ressaltou a importância da cultura caiçara e dos saberes tradicionais:

O condomínio sempre fala na nossa cara que a gente tem bote com motor então não é mais caiçara, mas é errado, a gente é caiçara, a gente só tentou se adaptar as melhorias, hoje a gente consegue salvar uma vida se alguém passar mal, sabe, meu pai passou mal aqui com pressão alta e eu consegui tirar ele a tempo, minha mãe, apesar de o condomínio tá barrando a gente conseguiu passar lá, botou no carro de morador e, ó, levou, maior perrengue, mas conseguimos salvar e fora as outras vidas também. Antigamente não, antigamente a gente tirava na rede, tá ligado, levava tipo no ombro, quantas pessoas a gente já levou no ombro, na rede, amarrava uma madeira e levava no caminho assim, nem todo mundo se salvava, tá ligado, mas como ele afetou? Afetou assim, tipo, uma reunião grande que eles tiver, alguma coisa, se eles falarem isso o povo que não conhece a gente acha que a gente realmente mudou, que a gente não é isso, então tem essa parte (SÉRGIO DOS REIS CONCEIÇÃO, 2019).

Muitas vezes, estereotipamos um indivíduo ou um determinado grupo social, no entanto, esse indivíduo ou grupo, aqui no caso os caiçaras, possuem uma posição de resistência, no que diz respeito a seus traços culturais frente a uma sociedade capitalista no seu modo de consumo.

Daí a importância de conhecermos esses grupos e suas histórias, como forma de lutarmos juntos, seja na academia, ou em fóruns e congressos, pela permanência nos seus territórios e garantia de suas identidades territoriais que são definidas, segundo Haesbaert (1999, p. 172):

[...] fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social. Se toda identidade territorial é, obviamente, uma identidade social, nem toda identidade social (como a identidade de gênero, por exemplo) toma, obrigatoriamente, como um dos seus referenciais centrais, o território ou, num sentido mais restrito, uma fração do espaço geográfico.

8.4 Resistência na Sobreposição com Unidades de Conservação

Pra isso dar uma amenizada [especulação imobiliária], o sindicato rural, junto com a comunidade acionaram o Minc, que na época era o Secretário de Meio Ambiente ou o governador, não sei quem era na época e aí, rolou a proposta de fazer uma área de proteção ambiental pra proteger a gente, caiçaras, e foi criada a Reserva Ecológica da Juatinga em 90. Só que a ideia de criar essa reserva era de proteger os caiçaras dos grileiros e a gente ficar em paz, só que quando foi fazer, eles colocaram no documento que era non edificandi e aí começou outra briga, pra recategorizar e regularizar. Então essa unidade que se criou não faz parte do SNUC, não existe, mas tem as leis que tem que ser cumpridas, só que também tem uma APA, a reserva foi feita dentro da APA, então a gente segue um pouco a lei da APA (LEILA DA CONCEIÇÃO, 2019).

Uma das primeiras recategorizações cogitadas para a área foi transformá-la em parque e delimitar as vilas caiçaras como sendo de Uso Sustentável. No entanto, a ideia de parque assustou alguns caiçaras pelo fato da quantidade de regras para serem seguidas, voltadas totalmente para a preservação.

Aqui no Sono, o Meio Ambiente queria mudar a reserva do Sono pra Parque Nacional, só que os caiçara não aceitaram e nós não vamo aceitar ser Parque Nacional porque aqui não podemos construí nada, não podemos desmancha uma coisinha, não vamo poder melhorar nossa casa, porque se virar Parque Nacional não vai poder mexer em nada, então nós não aceitamos, eles vieram aqui querer mudar essa história aqui. Outra coisa é que eles proibiro nós de plantar alguma coisa aqui, que nós queria plantar um feijão, mas eles proibiro. Lá em cima, perto do poço do jacaré são uma baixada imensa que vai embora, dá pra construir muita casa, inclusive o pessoal daqui pegou um pedaço, pra plantar, criar galinha, limpemo tudo, rocemo tudo, só que daí o meio ambiente veio e embargaro tudo. O INEA que fala onde a gente pode fazer a cozinha, os banheiro do camping, pra não sujar o riozinho, então eles andaram proibindo, pra não fazer nada em beira de córrego, nem fossa, nem caixa d'água. O pessoal do meio ambiente vem aqui, uma vez no mês eles vem ai fazer reunião com o pessoal, chama o presidente da associação pra passar os detalhe aqui do lugar, o que que tá acontecendo, o modo de construir, a maneira de trabalhar na praia, sobre o lixo, tem que manter a ordem do barco vi pegar, o dia certo, quem tem bar na beira da praia, restaurante tem que ter o latão de lixo certinho, ó é uma série de regras que eles passa aí, tudo isso é feito na associação (Figura 34 e 35), as reunião é tudo ali (EUZÉBIO JOSÉ ALBINO, 2019).

Figura 34: Vista da Associação de Moradores.



Fonte: Foto da autora, 2020.

Figura 35: Placa informativa³⁹ sobre a Praia do Sono afixada na Associação de Moradores.



Fonte: Foto da autora, 2020.

Segundo Zaqueu da Conceição, em entrevista realizada em julho de 2019:

Já teve esse negócio de parque nacional, já teve essas coisas aqui já, mas a turma não aceitaram muito não, depois veio várias proposta pra cá, veio várias coisa de INEA, mas não conseguiu não. Hoje eles faz o que, eles vem aqui pra dar uma segurada, tipo assim, pra não dá muito movimento, quando vem autoridade a noite pra segurar porque é muito movimento, porque é perigoso né, muito turista que vem, tem balada, então eles dão uma segurada, mas não incomoda muito não. De vez em quando eles faz umas reunião aí, e alguns da comunidade participa, alguns não, tem essa desvantagem também que a comunidade não se une muito pra ir na reunião. Eu aviso aqui na rádio da reunião, mas não participam muito não, mas alguns participam, bem pouco.

Há pouco tempo acreditava-se que a REEJ seria recategorizada em Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), uma categoria que surgiu na Amazônia brasileira, visto que seus objetivos e características condizem com a realidade da praia e, principalmente, da comunidade caiçara que ali vive e há tanto tempo faz uso dos recursos naturais de maneira sustentável, além de deter os saberes tradicionais tão importantes para o convívio harmônico com a floresta.

³⁹ Como a REEJ não é identificada pelo SNUC, as informações legais são dadas pela APA Cairuçu.

Atualmente, analisa-se a possível mudança da REEJ para uma Reserva Extrativista (RESEX), pois os caiçaras acreditam que traria mais visibilidade para o que é tradicional da comunidade, abrangeria com mais eficiência a terra e o mar, conservaria, por exemplo, a pesca artesanal e afastaria os barcos grandes da pesca industrial. Essa proposta, em 2019, estava sendo discutida pelas lideranças para ser apresentada ao INEA.

Há uns anos atrás, uns cinco, seis anos atrás eu acho, a gente começou a trabalhar na recategorização da REEJ, que era pra ser recategorizada em 92, mas isso nunca foi feito e aí a gente começou a brigar por uma RDS que é uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável e isso tá lá até hoje, teve uma audiência pública que deu uma briga danada, porque do jeito que eles queriam a gente não queria e aí teve a proposta também de se criar parques ao redor, tipo fazer um miolo da RDS e parques em volta, só que eu não sou contra parques não, eu acho que Antigos [praia vizinha do Sono, totalmente desabitada] tinha que ser um parque, até pra proteger ele do jeito que tá. Pra mim proteção é tudo que a gente quer. Porque se tivesse uma área de parque inibe muito as pessoas, quem tem direito tem, e tem que respeitar, aqui não pode construir gente de fora, não pode vender e pronto. Então tá nessa história de recategorização ainda, o INEA quer fazer uma outra unidade que eu nem sei que unidade é ainda, porque eles não apresentaram pra gente ainda, só que eu tô com uma proposta, junto com o pessoal de Trindade da gente criar uma RESEX, criar de Trindade pra cá, porque lá também tem área de parque e eles passam por esses problemas e essa questão da RESEX dá muita visibilidade pro tradicional, ela te dá o direito de pescar seu peixe, tira esses barcos grandes, aí você pode abranger o mar e a terra, então a gente tá com essa proposta nova. Mais pra frente, quando o INEA vim com a proposta a gente quer ir com outra. Porque antes, quando a gente quis a RDS a gente não tinha essa visão da RESEX, só que de um tempo pra cá eu fui representante do caiçara do Brasil em Brasília, da Comissão nacional, onde se junta todos os povos e comunidades do Brasil e eu sou fundadora do Fórum de Comunidades Tradicionais junto com o pessoal do quilombo [o quilombo do Campinho fica próximo ao Sono], então a gente precisa fazer com que o nosso povo entenda essa proposta nova, porque na época falaram pra gente que era inviável fazer uma RESEX e era melhor uma RDS, então a gente achou que fosse melhor fazer uma RDS, mas já que a gente pode mudar pra outra então a gente quer uma RESEX, mas ainda tem que amadurecer primeiro na cabeça das lideranças, porque dá um trabalho, fazer que a comunidade entenda (LEILA DA CONCEIÇÃO, 2019).

O fato é que essa discussão toda está caminhando bem lentamente e as propostas de ambos os lados ainda precisam ser analisadas para se chegar a melhor opção, aquela que atenda de forma satisfatória as necessidades dos caiçaras e o modo de vida dos mesmos. Ressalta-se que, segundo Cavalieri (2003, p. 281):

A grande diferença entre as RESEX e a RDS encontra-se na relação com a terra: enquanto na RDS um mosaico de terras é possível, na RESEX a terra será de domínio público. Os moradores receberão a concessão do *direito real*

de uso. [...] A concessão do direito real de uso é o instrumento jurídico que estabelece a permanência de populações em terras de domínio público, que nunca podem ser usucapidas, tanto em áreas urbanas como rurais.

Para Conti; Antunes (2012), o Decreto nº 4.340 (BRASIL, 2002), que regulamenta alguns artigos do SNUC, define que, no caso de populações que vivem em áreas de Proteção Integral, deve ser estabelecido um Termo de Compromisso, negociado entre o órgão gestor e a população, determinando as condições de permanência enquanto estas não forem reassentadas. Neste termo deve conter a delimitação das áreas ocupadas, a demarcação necessária para garantir a conservação da natureza e os deveres do órgão gestor em relação ao processo indenizatório, assegurando às populações os seus costumes e suas fontes de subsistência.

Porém, concorda-se com Risso (2016, p. 117) ao afirmar que “se a biodiversidade deve ser preservada, as culturas – caiçara, indígena, quilombola – também são tão importantes quanto. Realocar populações significa acabar com os laços topofílicos, com a identidade, com os saberes tradicionais”.

Cabe ressaltar que os moradores da Praia do Sono não cogitam sair de seu território, visto que residem ali desde muito antes da criação da reserva. De acordo com Zeni Alvarenga dos Santos Albino, moradora da Praia do Sono e ex-membro da Associação de Moradores, os caiçaras possuem o título de posse da terra porque são nativos, mas não tem a escritura. Também por ser uma unidade de conservação, não é permitida a venda da terra para turistas e a execução de reformas precisa da autorização do INEA - RJ.

Para Euzébio José Albino, durante entrevista em julho de 2019:

O INEA sempre tá vindo aqui, parece que hoje tão aí, eles vem fiscalizar, vem olhar se tem alguma coisa errada, se tem alguma casa irregular, então é essas coisas né. Às vezes assim a gente nem entende, acha ruim, mas é a lei né, tem que ser tudo certinho. Têm uns quatro anos que teve uma lei pra demolir esses quiosques na beira da praia, na Trindade demoliro, aqui no Sono eles passava aí, olhava, não mexia com o pessoal, porque eles achava que aqui no Sono já é um lugar tão difícil pra se ganhar dinheiro, então um quiosquezinho ali na beira da praia, com a entrada do turismo agora é bom pro pessoal ganhar dinheiro, porque a pesca agora tá cada vez tá fracassando mais na Praia do Sono, aquela fartura de peixe que dava aqui já não dá mais. De antigos, mais de idade ainda tem mais ou menos umas quinze pessoas que pesca, agora esses novato aí tudo tem rede, só não trabalha na época do turismo, depois do carnaval que caba o turismo aqui, já é difícil chega, aí eles vão trabalha tudo com rede, esses bote que se vê aí na praia tudo tem rede, rede de tudo qualidade de peixe.

Desta forma, observa-se que esse processo de especulação impensado⁴⁰, iniciado com a construção de rodovias, ocasionou alguns impasses para os indivíduos que ali residem. A criação da REEJ, como forma de barrar a especulação imobiliária da área também não apresentou os resultados desejados, trazendo empecilhos para os caiçaras. Logo, nota-se a importância das lutas pela garantia de permanência no território, como lugar de manifestação de sua cultura que é representado e narrado por laços topofílicos, a partir de uma intensa geograficidade constatada em campo.

8.5 Resistências à Grilagem das Terras e à Especulação Imobiliária na Região

Seu Argeo, representante de uma das treze famílias que resistiram e permaneceram no Sono na época da grilagem, bem como as famílias de outras praias da REEJ, começaram a receber assistência jurídica no fim da década de 1970. Com a instauração de uma ação discriminatória, aberta na década de 1980 pelo Ministério Público, conseguiram retirar a porteira e garantir a passagem de toda a comunidade. Esta ação ainda corre até os dias de hoje, impossibilitando a regularização fundiária e todas as questões já vistas com a REEJ e a necessidade de sua recategorização e elaboração do plano de manejo.

É importante lutar porque é meu lugar né. Eu dizia assim pra minha mãe, pro meu pai, pra minha família: nós vamo pra onde? Isso tudo de criança, eu e meus irmão, nós pobre, sem nada, então nós vamo pra onde? Ele mandou 74 polícia aqui no Sono, eu tava aqui na hora, eu vi com esse olhos, foi eu que fiz a chamada né pra socorrer nós, pra auxilia nós aqui, então na Trindade tinha dois advogado, tinha jornal, aí viero aqui socorrer nós, o pessoal da Ponta Negra. Tinha 74 polícia armada aí com fuzil, com mandado lá do Rio. Gibrail, o juiz de Paraty pra tirar o pessoal daqui, aí veio a polícia de lá pra cá, tudo armado pra meter medo, pra tirar nós. Derrubaro casa, vieram com picareta, com marreta, com enxadão, tudo no ônibus.

Meu pai, como era analfabeto, naquele tempo não tinha escola, não tinha estudo, aí eles assinaram o documento pensando que era pra ganhar um lote. Ele falando, o Gibrail, que o morador tinha direito a um lote que ele ia dar, com documento tudo. Chegou ali no fórum de Paraty eles mudaram de um lote pra um mandato de comodato. Daqui pra Paraty mudaro de um lote pra mandato de comodato, sendo que já tava assinado pelo morador né. Aí foram saindo, saindo, fico só treze famílias, aí foi essa luta toda aí. Agora não sai mais ninguém, não assina mais nada sem saber o que é, hoje o pessoal não cai mais nisso aí, como as coisa é justo, Deus deu a vitória, agora o juiz falou que ninguém mais sai daqui, que isso aqui é nosso.

Lutamo e ganhamo né, a vitória tá aí, mas foi luta, foi luta. Nós batemo nele aí, cê sabe né, desarmamo quatro homem dele aí. Não deu cadeia não, mas deu processo, fiquei cinco anos processado. Mamãe vendeu ovo de galinha

⁴⁰ Conforme discutido no capítulo 7.

pra pagar o advogado, cê acredita, vender ovo pra pagar o advogado [risos] (ARGEU DE CASTRO, 2020).

A saída do grileiro daquelas terras se deu com a união feminina. “As mulheres do Sono, assim que a ação discriminatória contra Gibrail foi aberta pelo Ministério Público, surraram-no na praia com urtigas, segundo elas, e ele não mais voltou ao local” (CAVALIERI, 2003, p. 29-30).

Ali próximo, na região da Fazenda Laranjeiras, diante das incessantes tentativas da multinacional pela conquista do território, introduzindo o grande capital como forma de intimidação para alcançar seus objetivos, o conflito se faz presente no dia a dia, devido a construção do único empreendimento bem sucedido construído na época, o Condomínio Laranjeiras. As ações do loteamento ferem o direito de ir e vir dos caiçaras e turistas garantido na Constituição Federal (BRASIL, 1988), já que a propriedade é a única passagem acessível para a comunidade chegar a Paraty. No entanto, os moradores do Sono e turistas não podem transitar a pé dentro da área privada.

Ali no condomínio Laranjeiras era uma comunidade igual a nossa e ali sempre foi porto, ancoradouro e a gente sempre frequentou aquela comunidade e com a construção do condomínio, no lugar que era nosso caminho pra passar com compra, hoje eles não deixam mais a gente passar. Antigamente a gente passava, não tinha tanta restrição, mas cada ano que vai passando piora. Antes a gente conseguia comprar gasolina lá, hoje não pode, antes agente tirava o lixo por lá, hoje não pode, antes a gente passava com material de construção, hoje não pode, então assim, cada dia vão restringindo mais a passagem. Se você pisar a pé você leva processo, tem gente aqui processada por conta disso. Tudo isso eles foram tirando da gente e cada dia é uma coisa nova, horário de entrada, horário de saída, número de visitantes, horário de compra, carro de morador que não desce. Então o condomínio hoje deve ser o maior problema que a gente tem, nós temos outros, mas eu acho que o maior problema que a gente tem hoje é com o Condomínio Laranjeiras. A gente tá hoje tentando entrar em acordo, porque a gente sabe que o condomínio não vai sair dali e a gente também não vai sair daqui, então a gente tenta entrar em acordo, porque a gente não quer atrapalhar eles, a gente não quer nada deles, a gente não quer morar na casa deles, a gente só quer ir e vir.

Algum tempo atrás a gente entrou no Ministério Público pra ver se a gente melhorava essa questão, pedindo isso, o direito ao acesso e aí teve um problema lá que eles colocaram só o acesso às praias e aí eles fizeram uma trilha da praia, saindo pra vila e aí eles dizem que tem acesso e aí começou outro conflito e a doutora lá do ministério Publico fez um acordo tipo ela e o condomínio, e era tão absurdo que a gente teve que brigar pra fazer as coisas mais ou menos boa pra gente. Essa doutora falou pela gente, a gente tá tentando cumprir a nossa parte e eles a eles, mas tá difícil (LEILA DA CONCEIÇÃO, 2019).

Percebe-se, a partir das entrevistas, diferentes visões entre os caiçaras a respeito do condomínio. Fica claro que as pessoas de mais idade reconhecem algumas facilidades trazidas pelo Laranjeiras, como a estrada que liga o condomínio até Paraty. É compreensível entender algumas falas dos entrevistados, já que estes, quando jovens e sem a estrada, eram obrigados a fazer uma trilha que ligava o Sono à Mamanguá, com duração de dois a três dias e lá ainda precisavam pegar uma embarcação para chegar até Paraty, levando os produtos produzidos na praia para vender na cidade ou então, carregando algum doente em uma espécie de maca improvisada. A partir desse fato, nota-se que os mais antigos enxergam no condomínio uma facilidade de locomoção muito maior do que a que eles tinham antigamente, mesmo com todas as imposições e regras que o Laranjeiras estabelece à comunidade. Para Euzébio José Albino, 69 anos, em entrevista realizada em julho de 2019:

O condomínio não atrapalha em nada, apenas ele ajuda muito aqui a comunidade, porque ele cedeu um espaço pra gente poder entrar lá, caminhar pra cidade, sabe, por causa da dificuldade da nossa estrada, por causa da nossa trilha, que nós não temos acesso à estrada, até no momento, né. Antigamente, primeiro, no meu tempo aí de doze anos, era feito o trajeto aqui por uma trilha que tinha aqui. Saía do Sono, subia a serra, descia num lugar por nome de Mamanguá, que é um braço de rio, é um mar também, só que não tem praia, só cercado de mangue e dali a gente pegava uma embarcação pra chegar até a cidade. Nesse trajeto que nós saía daqui pra ir pra Paraty, era dois dias pra gente voltar, ia num dia, no outro dia tinha que tá lá pra fazer as compras, pra resolver seus negócios e voltar no outro dia. Seria três dias, um dia pra ir, já saía daqui chegava lá tarde, nesse dia já não resolvia nada, no outro dia que ia resolver, ia fazer as compras pra voltar pra chegar aqui na parte da tarde. Nessa primeira trilha, não tinha nada de condomínio ainda, dormia na cidade, num alberguesinho lá, numa pousadinha lá, pra vim. Chegava aqui, trazia as compras nas costa, chegava aqui, já tava escurecendo. Agora, depois dessa Laranjeira aí, esse condomínio aí, aí não tinha nada, aí também era uma reserva de pescador, nisso veio um industrial lá, não é esse industrial que comprou a praia do Sono não, é um tal de Udilon o nome dele, então ele comprou aquele condomínio ali e aquilo ali era uma mata fechada (FIGURAS 26 e 27), só que tinha um campo de avião clandestino. Ele vinha do Rio, aterrissava o aviãozinho dele e conseguiu comprar uma posse do pescador e fez uma casa pra ele. Ele não tirou os caiçaras, continuou ali com os caiçaras, aí ele vendeu pra uma equipe de industrial de São Paulo e eles formaram o condomínio, então eles começaram lá a abrir uma estrada lá da Rio-Santos até ali, Laranjeiras.

Nesse espaço nosso aqui não tinha bote, era canoa, canoa a remo, ia lá e voltava, aí não tinha negócio de turismo aqui não, era só as pessoa do lugar memo, aí já foi melhorando, entrou asfalto, entrou linha de ônibus lá tá, aí eles começaram a fazer o condomínio. Aí quando começou a sair a estrada, eles pegaram uma parte lá de cima, onde chega o ônibus lá pra cima, no ponto final da trilha, eles colocaram os caiçara tudo lá, a vila Oratório. Então, esse pessoal morava tudo lá dentro, tiraram tudo de lá, eles prometeram assim, prometeram a casa e falaram assim, quem quisesse sair

pra cidade eles pagavam o valor da casa, o valor da posse e se não quisesse eles construía uma casa e deixava o pessoal trabalhar como empregado. Foi o que aconteceu ali, inclusive aqui na praia do Sono já teve muita gente que trabalhou lá, agora tem bem pouco trabalhando lá. Aí cederam uma parte lá pros caiçaras da praia do Sono que quisessem chegar lá de canoa, aí resolveram comprar bote, esses bote com motor aí, cada um foi comprando bote e aí fizeram um espaço lá mais largo, lá dentro do iate clube, pra poder entrar lá e ir pra cidade, só que eles botaram um regulamento lá que não pode andar a pé, então colocaram uma Kombi pra trazer o pessoal, trazer as compras pro bote pegar. A Kombi é melhor que andar a pé porque ali é longe. Aí eles abriram a trilha pra não ter muito acesso lá por dentro, porque o condomínio é uma área fechada, né, só fica os rico, os industrial e os empregado.

Existem moradores que enxergam aspectos positivos e outros negativos no condomínio, como para Zeni Alvarenga dos Santos Albino, 50 anos, também em entrevista feita em julho de 2019, que ressalta que o condomínio facilita a vida do caiçara por conta da estrada, principalmente quando alguém está doente, ou uma mulher vai dar a luz, pois reconhece que mora em um lugar de difícil acesso. No entanto, ela destaca que o condomínio restringe e dificulta algumas ações, como, por exemplo, impor horários para passar com mercadorias, não permitir a entrada de materiais de construção, não ajudar mais com o lixo da praia que antigamente era levado para Paraty passando pelo condomínio, dentre outras dificuldades. Afirma que o condomínio deixa de prestar uma série de “ajuda social” que ele poderia executar, como colocar mais professores na Vila Oratório, oferecer cursos de qualificação para a mão de obra caiçara da vila que trabalha no condomínio, além de dizer que não tem contato com o Laranjeiras, que “eles não têm piedade, vê os caiçaras como insetos”.

Diz também que, em época de alta temporada, as filas ficam enormes para pegar a van do condomínio e isso prejudica o caiçara que depende do turista para lucrar no verão.

Zaqueu da Conceição, 52 anos, alega que o condomínio interfere quando:

As pessoas querem passar pra cá com material pra construção deles e não pode passar por lá e aí fica difícil pra galera, né, sendo que ali é mais fácil. Também quando você faz compra pra casa, pra trazer as compra de casa, tem que ter hora pra passar, aí essas coisas atrapalha, mas em compensação, assim, tipo, que nem hoje, as pessoas têm os barquinhos deles que leva os frete pra lá, aí eles tiram as pessoas na van pra Vila Oratório, então tem o lado bom e o lado ruim.

Elenice Alvarenga dos Santos, 36 anos, em entrevista realizada em julho de 2019, já diz que enxerga o condomínio de duas maneiras:

O condomínio ajuda de um lado e tira do outro. Ele não só ajuda, eles também tira algumas coisas, complica o direito de ir e vir, tem que ser do jeito que eles querem, não pode passar material, tem que ser pelo barco, mas é muita gente pro barco atender né. Imagina, porque pra você construir uma casa você precisa de umas sete viagens num barco e é caro, você paga uns mil reais. O condomínio paga isso, mas o barco traz pouco material, mas só que pra gente esperar pelo condomínio, pela viagem do barco demora muito e às vezes você necessita de adiantar sua obra daí acaba pagando a parte. É isso que acontece. A gente acaba gastando um dinheiro bom na travessia. Uma casa que você faz aqui no Sono você faz duas na cidade porque o caminhão chega direto.

Na verdade eles proíbem as coisas, mas eles queriam essa praia pra eles. Eles não querem turistas passando por lá, eles querem explorar o Sono. Então pra morar aqui você tem que amar a vida caiçara, porque as lutas são muitas.

Diz ainda que o condomínio afeta a vida dos caiçaras principalmente na alta temporada, pois estabelece um número máximo de turistas que podem passar pelo condomínio por dia e barram o resto, prejudicando o turismo e quem depende dele.

O condomínio podia se aliar com a prefeitura para conseguir várias coisas pra gente, mas eles não tão nem aí, não se importam, são preconceituosos, não são humildes, podiam dar um trabalho melhor pra quem trabalha lá dentro. Eles proíbem as coisas, mas queriam essa praia pra eles, não querem turistas passando lá dentro (ELENICE ALVARENGA DOS SANTOS, 2019).

Em contrapartida, os caiçaras mais jovens já tem uma visão diferente, pois veem o condomínio de forma crítica, reconhecendo-o como uma das principais lutas travadas hoje no Sono, devido às regras impostas e o não cumprimento de acordos pré-estabelecidos.

Bruno de Castro, 27 anos, em entrevista realizada em novembro de 2020, disse que tinha medo de ter que deixar essas terras por conta do condomínio: “meu medo era de ter que abandonar isso daqui. Porque lá aconteceu isso né, a galera lá acabou perdendo espaço e era uns caiçaras igual nós assim, vivia da pesca e foram expulsos, daí eu fiquei com medo de acontecer isso aqui também”.

Sérgio dos Reis Conceição, 24 anos, em entrevista concedida em julho de 2019, afirma que o condomínio afeta o dia a dia da população nas suas funções mais básicas. Alegou que há algum tempo foi firmado um acordo entre o condomínio e o Ministério Público, o qual estabeleceu algumas “benfeitorias” por parte do Laranjeiras à população caiçara, no entanto, esse acordo não contou com a participação da comunidade e, desta forma, ela acaba tendo que se adequar a regras pré-estabelecidas que, na verdade, constituem-se como abuso de poder.

Os caiçaras possuem horários para transitar com mercadorias para consumo próprio dentro do condomínio, não sendo permitido tráfegar a pé. É preciso esperar um automóvel

particular do Laranjeiras que faz o trajeto do píer – propriedade do condomínio - até a saída deste.

Um dos problemas enfrentados pelos caiçaras por conta das restrições do Laranjeiras é a questão do lixo, antes retirado do Sono por um barco do condomínio. Hoje em dia, não se responsabilizam mais por esse serviço, ficando os caiçaras dependentes de um barco de Paraty, custeado pela prefeitura, que vem até a praia duas vezes na semana para recolher os dejetos.

Material de construção (Figura 36) não é permitido passar pelo condomínio, portanto os caiçaras precisam contratar um barco de Paraty, por um valor altíssimo, que leva esses materiais até próximo ao Sono e depois realizam várias “viagens” com seus botes para levar até a costa. Segundo as falas do entrevistado, “é preciso andar no tempo deles” (condomínio).

Figura 36: Caiçaras retirando materiais de construção de bote.



Fonte: Foto da autora, 2020.

Sérgio contou ainda que o condomínio tem intenção de construir uma estrada ligando Paraty ao Sono, para caiçaras e turistas não precisarem passar por dentro do condomínio, contudo, a estrada seria supervisionada pelo próprio condomínio, que assim como faz hoje em dia, limitaria a quantidade de turistas, prejudicando os nativos.

Alguns moradores são a favor da construção, pois facilitaria a vida e o trajeto até Paraty, outros são contra, pois o acesso sendo mais fácil traria mais turistas, porém pode atrair turistas que não possuem uma preocupação ambiental e que não respeitam a vila, como já é visto no fim do ano, com pessoas que colocam música alta, jogam lixo pela praia, acampam em lugares indevidos, dentre outros problemas que afetam o modo de vida do caiçara. Também por ser uma reserva, o local possui normas e restrições, ficando mais difícil a fiscalização com uma grande quantidade de pessoas na área.

Em entrevista à “PRESERVAR É RESISTIR – Em Defesa dos Territórios Tradicionais”, que se caracteriza por ser uma organização que realiza campanha em prol do Fórum das Comunidades Tradicionais de Angra, Paraty e Ubatuba, em maio de 2014, com o intuito de fortalecer a luta dos povos tradicionais, Jadson Santos, na época vice-presidente da Associação de Moradores da Praia do Sono, afirma que ao longo dos anos o condomínio intensificou a forma violenta de agir com os nativos, além de dificultar o acesso pelo empreendimento.

Nossos povos são dessa natureza sem fronteiras. Muros, cerca, grades, catracas portarias não fazem parte do nosso modo de vida. Somos e fazemos parte do território. As pessoas precisam saber que essa é a história do Brasil. Expropriação, invasão, corrupção, escravização, negação, apropriação, ambição e grilagem (PRESERVAR É RESISTIR, 2019).

Diante de algumas denúncias feitas por caiçaras e pela mídia local, o Jornal El País, em uma matéria⁴¹ sobre o Laranjeiras, destaca que para chegar até suas casas, depois de ir a Paraty – centro de comércio e serviços – para comprar ou vender suas mercadorias, os caiçaras e turistas são obrigados a pegar um veículo próprio do condomínio, uma espécie de van, que os leva do ponto de ônibus da Vila Oratório até a marina do condomínio e, posteriormente, pegam barcos⁴² de caiçaras até o Sono, ou então, outra opção é fazer uma trilha de dificuldade média, que dura cerca de uma hora, com aproximadamente quatro quilômetros, iniciando na Vila Oratório até o Sono (Figura 37). Há mais de vinte casos de caiçaras que entraram a pé no condomínio em 2016 e foram processados, tramitando o caso até hoje na justiça.

⁴¹Matéria do Jornal El País, de 30 de novembro de 2017, intitulada “O controverso condomínio de Paraty que criou praias exclusivas para seus bilionários”. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/29/politica/1511987264_462758.html. Acesso em 28 de março de 2018.

⁴²Os barcos só transportam caiçaras e turistas até às 17 horas no inverno e 18 horas no verão, dadas raras exceções.

Figura 37: Acesso à Praia do Sono saindo da Vila Oratório por trilha e saindo do Laranjeiras de barco.



Fonte: Um lugar para viajar⁴³, 2018.

O Ministério Público Federal moveu uma ação civil pública, em dezembro de 2018, para evitar que o Laranjeiras continue impedindo o acesso de comunidades tradicionais a três praias da região. O procurador da República, Ígor Miranda da Silva, solicita à Justiça que obrigue o condomínio a respeitar o direito de ir e vir dos moradores. A ação civil decreta que, caso o condomínio continue impedindo o acesso à praia, terá que pagar uma multa diária de R\$ 5.000, até o limite de R\$ 5 milhões. As palavras do Procurador da República descrevem a situação atual do Sono:

A situação no Condomínio Laranjeiras ultrapassa limites e beira o surreal. Os moradores são sujeitados a uma espécie de ‘safári econômico’, onde de forma constrangedora, menos favorecidos são transportados em Kombi antiga enquanto visualizam a realidade imponente dos condôminos. Ao passo que um direito básico, a liberdade de locomoção, é sensivelmente cerceado (PÚBLICA⁴⁴, 2018).

Vale destacar que a TDT, antiga PDT, é acusada de ser mandante do assassinato do jovem caçara Jaison Caique Sampaio, em junho de 2016, na vila de Trindade. Após três anos, o crime que se deu pela luta da permanência das famílias caçaras em duas unidades de conservação, Parque Nacional da Serra da Bocaina e a Área de Proteção Ambiental do

⁴³ Disponível em <https://umlugarparaviajar.com>. Acesso em 30 de março de 2018.

⁴⁴ Disponível em <https://apublica.org/2018/12/comunidades-tradicionais-de-paraty-sao-submetidas-a-safari-de-luxo-diz-procurador-do-mpf/>. Acesso em 14 de fevereiro de 2019.

Cairuçu, contra o grupo empresarial que constrói condomínios de luxo continua impune. Na época, moradores organizaram uma manifestação pedindo justiça (Figura 38).

Figura 38: Manifestação contra a morte de jovem caiçara.



Fonte: Trindade Vive, 2019.

Para Leila da Conceição, tanto o condomínio quanto os caiçaras não sairão de suas terras, portanto, a convivência deve ser pacífica e respeitosa.

O que eu acho mesmo que o que eles querem é que a gente se sinta tão incomodados e que acabe entregando isso daqui, eles acham que com o dinheiro eles compra tudo, só que a gente tem uma coisa que eles não tem né, a gente nasceu aqui, meu avô, meu biso tão enterrados aqui, meus pais moram aqui então eles não vão conseguir. Tudo isso aqui tá protegido hoje graças a comunidade tradicional. O caiçara nunca usou nada do que ele não precisasse.

E continua, discorrendo uma fala extremamente forte:

Única diferença é que eles nasceram rico com dinheiro e a gente nasceu rico de natureza, então isso eles não vão poder competir com a gente nunca. Enquanto eles precisa pagar segurança pra tomar conta deles, a gente é livre, a gente tem tudo o que eles gostariam de ter, então isso eles não suportam (LEILA DA CONCEIÇÃO, 2019).

Portanto, por mais que alguns conflitos existam no dia a dia e prejudiquem os moradores do Sono, para os entrevistados, o que realmente vale a pena é a vida simples que eles levam no seu território, aplicando os saberes tradicionais em muitas das suas ações cotidianas, passando esses conhecimentos para os mais jovens e acompanhando as

transformações culturais que chegaram até eles, que não os descaracteriza, mas sim traz oportunidades de novas formas de fonte de renda, respeitando esse lugar e todos os vínculos afetivos presentes ali.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conjectura desta pesquisa se deu a partir de 2016 com um passeio de férias para a área, que resultou no interesse por conhecer aquele lugar e aquelas pessoas. Adentrar no lugar desse povo simples, nas suas casas, nas suas vidas, não como turista, mas vestida com as lentes de quem contaria essas histórias posteriormente é de uma enorme responsabilidade, visto que foram confiadas à pesquisadora narrativas de suas vidas, histórias que marcaram e marcam profundamente o viver dessa gente. Acontecimentos passados que preocupam muitos, devido à terra ainda não estar regularizada.

Na pesquisa, como nem tudo são flores, apresento aqui alguns espinhos, porém, também responsáveis por um crescimento e um amadurecimento da pesquisadora. Duas grandes dificuldades para compreender essas experiências foram o tempo e os recursos disponibilizados para a pesquisa. Após a qualificação, a ideia era voltar para o Sono para colher novas entrevistas em março de 2020, no entanto, no mesmo mês o mundo todo viveu e continua vivendo – pelo menos enquanto escrevo estas linhas⁴⁵ – uma pandemia. Todos foram obrigados a parar, em algum momento. Sonhos tiveram que ser adiados, metas não puderam ser cumpridas e a viagem para o Sono não pôde ser concretizada. Tudo isso gerou desgastes na pesquisa e também na pesquisadora. Ansiedade, medo e angústias foram sentimentos recorrentes durante todos os meses de inércia.

Desta forma, a viagem que aconteceria em março foi adiada para novembro e, com isso, a correria para cumprir os prazos de entrega foi inevitável. Outra questão foi a distância de onde escrevo até a praia, fator que impossibilitou mais idas a campo e que, com certeza, foi um empecilho para que o trabalho ficasse mais consistente. As viagens eram muito caras, além da hospedagem no camping, alimentação, corridas de bote, dentre outras despesas. Reconheço que essa questão teve um peso importante na elaboração e na conclusão do trabalho.

⁴⁵ Fevereiro de 2021.

Contudo, ultrapassadas as dificuldades e encerrada, por ora, a pesquisa constataram-se pontos importantes, como: a vida no Sono gira em torno de um tempo que já foi apenas cíclico, marcado pelos próprios ciclos naturais, acompanhando as estações do ano e suas sazonalidades. Hoje, esses ciclos ainda não se desmancharam, mas estão se esfarelando em troca de uma dualidade - verão x inverno - caracterizada pela principal fonte de renda, o turismo, presente no cotidiano dos moradores dali.

Passar alguns dias no Sono pesquisando e ouvindo histórias é ser inserida nesse tempo que está se findando, o cíclico, é sentir-se acolhida por aqueles que percebem em você um interesse e uma curiosidade que vão além da maioria dos frequentadores que passam dias ali, mas não vivem a comunidade. Muitas vezes, esses turistas vão embora sem trocar sequer uma palavra com um caiçara, e não que isso seja um problema, mas esse viver um determinado lugar é enriquecedor e traz uma expansão de consciência e trocas relevantes para a vida.

Assim, comprovou-se por meio da análise de conteúdos temáticos que, esse lugar, palco das vivências caiçaras, se consolidou há anos como o território dessa comunidade, que a vê como seu lar, que defende, luta e resiste. É lugar da expressão de sua cultura, da sua identidade, onde se estabelecem profundos laços topofílicos.

As experiências vividas pelas treze famílias que permaneceram no território na época da grilagem e as que conseguiram voltar tempos depois reforçam o sentimento de pertencimento e de afetividade com o lugar, mantendo-o conservado, mesmo tendo que se adaptar às novas formas econômicas atuais, as quais modificam em certo grau a paisagem e reorganizam o território.

Então, de acordo com as entrevistas, o grande medo dos caiçaras em perderem suas terras se deu durante a década de 1960, com os mandos e desmandos de Gibrail. Essas expropriações foram feitas de modo violento ou então por mecanismos materiais e ideológicos de convencimento. No entanto, a resistência estabelecida por membros da comunidade permitiu que algumas famílias se mantivessem ali e a importância dessas histórias voltarem às suas mentes, através da história oral temática, se deve ao fato de que lembrar também é um ato de resistência.

Não se pode amenizar ou romantizar a luta travada pelos moradores, afinal, muitos acreditaram nas mentiras contadas e foram expulsos de seus territórios, carregando consigo uma imensa frustração por terem sido enganados e também por compreenderem que a falta de um ensino formal se concretizaria como ferramenta de resistência e de luta. Entendendo a educação sob o ponto de vista ontológico, nos dias de hoje tem-se a importância da garantia da educação diferenciada, implantada na área, como meio de garantir formas de produção dos

seus meios e modos de vida. A continuidade da comunidade e de seus saberes tradicionais, passados de geração em geração fortalecem o sentido de união, de coletividade presente ali. Comprovou-se que nos principais momentos de tensão e receio em perder suas terras, a maioria dos moradores se uniram e, mesmo sem o suporte de meios jurídicos, em um primeiro momento, conseguiram permanecer no local.

Outro objetivo proposto no trabalho, respondido durante as entrevistas, foi referente a não idealização e a não cristalização desse povo a partir de uma visão do passado, quando o lugar era desconhecido e as influências externas eram pequenas frente ao que é hoje. A discussão baseada no ser ou não ser caiçara, por conta de mudanças implantadas na comunidade não são fundamentadas, pois como já vimos, a cultura é dinâmica, se movimenta de acordo com o tempo e com as novas vivências, todavia o ser caiçara está nas raízes, nos saberes tradicionais, na poética da existência.

O encontro entre caiçaras e turistas encurtou as disparidades e os colocaram frente a frente, entrelaçando culturas, revelando diferentes saberes e compartilhando conhecimentos, entretanto, a valorização da cultura local, reafirma o significado do ser caiçara, enquanto identidade e ativa as memórias insubstituíveis de experiências resguardadas no ser.

Os caminhos e metodologias aplicados nesta pesquisa trouxeram abertura também para o debate sobre o Condomínio, fruto solidificado de um passado de amargura, luta e resistência e visto, por muito tempo, pela pesquisadora, como o grande empecilho e entrave para a vida e a rotina dos caiçaras. O empreendimento, na verdade, se transformou em uma “faca de dois gumes”, sendo possível identificar claramente diferentes percepções dos caiçaras a seu respeito. Visto pelos mais antigos como um facilitador na locomoção até a cidade e pelos mais jovens como uma barreira que dificulta o dia a dia e inclusive deslegitima a cultura dos caiçaras, é inegável que ele tem um importante papel no cotidiano do Sono.

Luís Perequê, cantor e compositor caiçara, considerado o principal interlocutor da sua cultura atualmente escreveu “Aves e Ervas”, um poema que retrata a luta travada entre a população tradicional para garantir a permanência no seu território contra os grandes poderosos que, muitas vezes, compram os órgãos judiciais e assim garantem, de forma ilícita, seus enormes empreendimentos em cenários paradisíacos.

“[...] Porque vem os condomínios com o fascínio do dinheiro
E o pescador troca a rede pela colher de pedreiro
Depois só volta na praia de gari ou faxineiro
A estrada do político não foi feita pro roceiro
Só serve pra o levar no dia de ir limpar o lixo dos forasteiros

E a cultura é esmagada, como se deu tantas vezes
Trocamos trovas da roça por batuques e farofas
Ou silêncio pros burgueses [...]”.

Os moradores seguem firmes na luta diária contra as diversas restrições impostas pelo Laranjeiras, no entanto, esse conflito parece não ter os dias contados para terminar, muito pelo contrário, pois percebe-se que a ausência de política pública de permanência no território é uma política pública de ausência.

Assim, destaca-se a importância da resistência e do diálogo, já que nem o condomínio, nem os caiçaras sairão de seus locais, então a convivência deve ser pacífica, embora não seja isso que se note. Compreende-se que o condomínio se incomoda muito mais com a presença dos caiçaras do que vice-versa e que os condôminos nunca irão ter o que para os caiçaras é o mais valioso: a liberdade. A comunidade é rica de natureza, são livres, possuem saberes que jamais lhes serão tirados, entendem do tempo, do vento, da maré, de agricultura, de pesca e essa é a verdadeira identidade caiçara, essa é a maior riqueza desse povo.

Quanto à reserva, constatou-se que ela cumpriu, em partes, com seus objetivos pensados durante sua criação. Ela freou a especulação imobiliária, barrando possíveis empreendimentos que viessem a ser construídos no local, no entanto, as restrições ambientais são muitas e isso acaba afetando os caiçaras, que deixam de realizar obras de melhorias nas suas casas e quiosques ou até mesmo deixam a praia para morarem na cidade, por conta das facilidades encontradas por lá. Quanto à recategorização, será necessário aguardar as propostas entre INEA e comunidade para verificar se ela será fator determinante para uma menor tensão entre ambas as partes.

Portanto, os objetivos propostos neste trabalho foram cumpridos, contudo a pesquisa não acaba aqui, pelo contrário, pois como entendemos que a cultura é dinâmica e se refaz com o passar do tempo, analisar o sentido de lugar se faz recorrente, visto que com o passar das gerações e a partir das transformações das sociedades, essas percepções podem se alterar, trazendo um novo viés para a pesquisa e para o próprio lugar.

Conclui-se ressaltando a importância das discussões socioambientais para a Geografia e para toda a sociedade em um geral, fortalecendo e dando voz a histórias como essas que foram contadas aqui, jornadas de resistências e visibilidade a comunidades tradicionais e seus saberes transmitidos através da oralidade.

Assim, encerrando aqui essas narrativas, que continuam potentes em seus lugares de existência, nota-se que aqueles que possuem riquezas materiais, na verdade, se aprisionam em seus palacetes e a liberdade de fato se restringe aos caiçaras, que desfrutam de uma riqueza

que não pode ser contabilizada (Figura 39). Como disse Henry Thoreau⁴⁶, “o homem mais rico é aquele cujos prazeres são mais baratos”.

Figura 39: Pôr do sol no Sono.



Fonte: Foto da autora, 2020.

⁴⁶ Escritor norte-americano. Não foi encontrada a data de publicação da frase.

REFERÊNCIAS

- ABIRACHED, C. F. A. *Ordenamento Territorial e Áreas Protegidas*: conflitos entre instrumentos e direitos de populações tradicionais de Ubatuba-Paraty. 2011. 178f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2011.
- ACSELRAD, H. *Conflitos ambientais*: a atualidade do objeto. In: ACSELRAD, Henri (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ADAMS, C. *Caiçaras na Mata Atlântica*: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000.
- AMORIM, L.; FRATTOLILLO, A. B. R. *Trabalho de Campo e Prática de Educação Ambiental e Geográfica*. Disponível em: http://egal2009.easyplanners.info/area03/3196_Nunes_Amorim_Leonardo.pdf. Acesso em 08 abr. 2018.
- ARRUDA, R. *“Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Campinas, SP. Ambiente & Sociedade, n.5, 1999. p.79-92.
- BENSUSAN, N. *Conservação da biodiversidade em áreas protegidas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORREA, R.L.; ROSENDAHL, Z. *Geografia cultural*: um século. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002. p.83-132.
- BURSZTYN, I.; LIMA, R. P. de; CATRAMBY, T.; BOTELHO, E.; SPAMPINATO, E. *De quem se protege o paraíso?* Um estudo de caso sobre o desenvolvimento do turismo e conflitos na comunidade da Praia do Sono – Paraty (RJ). In: IV Encontro Nacional da Anppas. Brasília – DF, 2008.
- BRASIL. *Decreto nº 68.172, de 4 de fevereiro de 1971*. Dispõe sobre a criação do Parque Nacional da Serra da Bocaina, nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo e dá outras providências. Brasília, fev, 1971.
- BRASIL. *Decreto nº 89.242, de 27 de dezembro de 1983*. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental de Cairuçu, no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. Brasília, dez, 1983.
- BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000*. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2000.

BRASIL. **Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002**. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Brasília, ago. 2002.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, fev. 2007.

BRASIL. **Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019**. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. Brasília, nov. 2019.

BRITO, D. M. C. **Conflitos em unidades de conservação**. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá, v. 1, n. 1, 2008. p. 1-12.

BUTTIMER, A. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1985, p. 165-193.

CALVENTE, M. del C. M. H. **No território do azul-marinho**. A busca do espaço caiçara. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). São Paulo: USP, Dep. De Geografia, 1993.

_____. **Questões sobre identidade territorial caiçara e turismo de base local**. Revista da ANPEGE, v. 11, p. 151/16-172, 2015. Disponível em: <http://anpege.org.br/revista/ojs2.4.6/index.php/anpege08/article/view/438>. Acesso em 17 out. 2019.

_____. **Comunidades tradicionais, identidade territorial e memória: a tessitura do passado comum**. Geo UERJ, [S.l.], n. 31, p. 580-606, dez. 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/24648/23063>. Acesso em 17 out. 2019.

CARTOGRAFIAS DA DITADURA. Disponível em www.cartografiasdaditadura.org.br/mapa/conflito-na-praia-do-sono/. Acesso em 13 mai. 2019.

CAVALIERI, L. **A comunidade caiçara no processo da reclassificação da reserva ecológica da Juatinga**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

CESAR, C. P. **Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal: um estudo evolutivo e das competências da instituição**. Monografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Florestas. Seropédica, 2010.

CONTI, B. R.; ANTUNES, D. de C. Conflitos na gestão do Parque Nacional da Serra da Bocaina: entraves ao desenvolvimento local na vila de Trindade (Paraty, RJ). In: **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 13, n. 2, jul./dez. 2012. , p. 213-223.

CRUZ, V. C. Povos e Comunidades Tradicionais. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, S. B.; ALENTEJANO, P. e FRIGOTTO, G. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de

Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 596-602.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2015. (Estudos; 292).

DEL RIO, V. Cidade da mente, cidade real: percepção ambiental e revitalização na área portuária do Rio de Janeiro. In: **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. São Carlos: Studio Nobel: Universidade Federal de São Carlos, 1999. p. 3-22.

DE PAULA, F. C. **Sobre a dimensão vivida do território**: tendências e a contribuição da fenomenologia. GeoTextos, v. 7, n. 1, jul. 2011. p. 105-126.

DIEGUES, A.C.S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

ESCOBAR, A. **Territorios de diferencia**: la ontología política de los “derechos al territorio”. Curitiba, Desenvolv. Meio Ambiente, v. 35, dez. 2015. p. 89-100.

FARIA, H. H. **Eficácia de gestão de unidades de conservação gerenciadas pelo Instituto Florestal de São Paulo, Brasil**. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2004.

FEITOSA, A.; SILVA, I. M. de. Conflitos por terra e repressão no campo na região da Costa Verde, Litoral Sul Fluminense. In: MEDEIROS, L.S. **Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)**. Relatório Final. UFRRJ, Rio de Janeiro, 2015.

FERREIRA, L. C. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de área protegidas no Vale do Ribeira, SP. In: **Ambiente e Sociedade**. Campinas, v. VII, n.1, jan/jun. 2004. p. 47-66.

FONTES, C. F. L. **Análise dos conflitos socioambientais na Área de Proteção Ambiental de Cairuçu (Paraty – RJ)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2013.

FRANCESCO, A. A. de. **Território em disputa**: o caso dos caiçaras da Cajaíba. In: V Encontro Nacional da Anppas. Florianópolis, 2010.

FREITAS, S. M. de. **História Oral**: possibilidades e procedimentos. 2 ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico e Científico Editora S. A., 1989.

GOTTMANN, J. **A evolução do conceito de território**. Boletim campineiro de Geografia, v. 2, n.3, 2012.

GOUVEIA, M. A cartografia social e os PCT’S na escola: considerações sobre a experiência das comunidades caiçaras do Pouso da Cajaíba e da Praia do Sono (Paraty – RJ). In: **14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia**. UNICAMP: Campinas, 2019. p.

1489-1502. Disponível em <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/anais14enpeg/article/view/2987/2851>. Acesso em 16 ago. 2020.

GUIMARÃES, A.C. *Aproximação aos conceitos básicos da fenomenologia*. Cadernos da EMARF, Fenomenologia e Direito: Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 35-46, 2013.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. Manifestações da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro: edUERJ, 1999. p. 169-190.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 6774-6792. Disponível em http://planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf. Acesso em 23 jun. 2019.

HOLZER, W. *A Geografia Humanista: uma revisão*. Espaço e cultura, Rio de Janeiro, 2008. Edição comemorativa 1993-2008. p. 137-147.

IRVING, M. A. *Áreas protegidas e inclusão social: uma equação possível em políticas públicas de proteção da natureza no Brasil?* Sinais Sociais, Rio de Janeiro, v. 4, n. 12, 2010. p. 122-147.

JAEGER, M. A. H. *Sonhando o Sono: ecoturismo e protagonismo comunitário na Praia do Sono* (Paraty/RJ). 2018. Dissertação (Mestrado em Ecoturismo e Conservação) – Universidade Federal Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2018.

LITTLE, P. E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Série Antropologia 322. Universidade de Brasília, 2002. Disponível em https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PaulLittle__1.pdf. Acesso em 18 nov. 2020.

LOUREIRO, C. F. B. & CUNHA, C.C. *Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática*. Revista Ambiente & Sociedade, Campinas, v. XI, 2008.

MARANDOLA JR., E. *Arqueologia fenomenológica: em busca da experiência*. Terra Livre, Goiânia, v. 2, n. 25, 2005. p. 67-79.

_____. Lugar enquanto circunstancialidade. In: Marandola Jr, E.; Holzer, W.; Oliveira, L. *Qual o espaço do lugar?* São Paulo: Perspectiva, 2012. p.227-248.

_____. Identidade e autenticidade dos lugares: o pensamento de Heidegger em Place and placelessness, de Edward Relph. In: *Geografia*. Rio Claro, SP, v.41, n.1, 2016. p.5-15.

_____. *Natureza e sociedade: em busca de uma geografia romântica*. Revista Terceiro Incluído, Goiânia, v. 7, 2017. p. 7-17.

MARANDOLA JR., E.; MELLO, L. F. de. *Abordagem do lugar no planejamento urbano*. Geografares, Vitória, v.7, 2009. , p.63-74.

MARTINS, A. *Conflitos Ambientais em Unidades de Conservação*: Dilemas da Gestão Territorial no Brasil. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Cuadernos Críticos de Geografía Humana. v. XVII, n. 989, 2012.

MATTOSO, Adriana. **Vento Contra**. São Paulo, 1979. Filme independente.

MEDEIROS, L. S. de; TEIXEIRA, M. A. dos S. **Repressão, resistência e memória dos trabalhadores da cidade e do campo**. Coleção Arquivos, Memória, Verdade, Justiça e Reparação. Comunicações do 4º Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2016.

MEIHY, J. C. S. B. Provocações: memória, história oral e história. In: **Oralidade**: Revista de História Oral. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. - Ano 4, n. 8. São Paulo: USP - NEHO, 2010. p. 177-191.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MEIHY, J. C. S. B.; RIBEIRO, S. L. S. **Guia prático de história oral**: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. 2- ed. - São Paulo. Martins Fontes, 1999.

NOGUEIRA, A. R. B. Uma Interpretação Fenomenológica na Geografia. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. Universidade de São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, A. C. **Turismo em áreas “menos desenvolvidas”**: caracterização, desenvolvimento e planejamento turístico da vila de Trindade, município de Paraty/ Rio de Janeiro – Brasil. Pasos - Revista de Turismo y Patrimônio Cultural. Tenerife, v. 3, n. 1, 2005. p. 149-169.

OLIVEIRA, L. de. Sentidos de Lugar e de Topofilia. In: **Geograficidade**. Niterói, v. 03, nº 02, inverno, 2013. p. 91-93.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2008.

PALMIERI, R. & VERÍSSIMO, A. **Conselhos de Unidades de Conservação**: Guia sobre sua criação e seu funcionamento. São Paulo: Imazon e Imaflora, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATY. **Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do Município**. Inventário Turístico, vol.1 – Aspectos Gerais, Paraty, 201p, 2003.

PRESERVAR É RESISTIR: **Em Defesa dos Territórios Tradicionais**. Disponível em <https://www.preservareresistir.org/single-post/2019/02/25/juiza-revoga-liminar-contra-caicaras-praia-do-sono>. Acesso em 28 mai. 2019

PÚBLICA: *Agência de Jornalismo Investigativo*. Disponível em <https://apublica.org/2018/12/comunidades-tradicionais-de-paraty-sao-submetidas-a-safari-de-luxo-diz-procurador-do-mpf/>. Acesso em 14 fev. 2019.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: ed. Ática, 1993.

RIBEIRO, W. C.; LOBATO, W.; LIBERATO, R. de C. *Notas sobre fenomenologia, percepção e educação ambiental*. Sinapse Ambiental. p. 42-65, 2009. Disponível em http://www.pucminas.br/graduacao/cursos/arquivos/ARE_ARQ_REVIS_ELETR20090930145705.pdf. Acesso em 24 jun. 2019.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Lei Estadual nº 1.859, de 01 de outubro de 1991*. Autoriza o Poder Executivo a criar a Reserva Ecológica da Juatinga no município de Paraty. Rio de Janeiro, 1992.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Decreto Estadual nº 17.981, de 30 de outubro de 1992*. Cria a Reserva Ecológica da Juatinga no município de Paraty e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1992.

RISSO, L. C. Mapeamento de áreas suscetíveis à prática agroecológica no núcleo Picinguaba, Parque Estadual da Serra do Mar, Ubatuba- SP. In: *Geografia*, Rio Claro, v.30, n.1, 2005. p.141-158.

_____. Zoneamento do parque ecológico de Ourinhos SP. In: *Espaço Geográfico em Análise*. RA'E GA, v.23, 2011. p.489-519.

_____. *Os conceitos de percepção e território como lentes para o entendimento cultural*. Ponta Grossa, PR. Terr@Plural, v.8, n.2, jul/dez. 2014. p. 309-319.

_____. *Participação social em Unidades de Conservação*: o caso do Parque Estadual da Ilha do Cardoso (São Paulo, Brasil). Ateliê Geográfico. Goiânia, GO, v.10, n.3, 2016. p.109-128.

ROCHA, S. A. *Geografia humanista*: história, conceitos e o uso da paisagem percebida como perspectiva de estudo. RA'E GA - O Espaço Geográfico em Análise. Curitiba: Editora UFPR [S.l.], v. 13, jun., 2007. p.19-27.

RODRIGUES, K. O Conceito de Lugar: a aproximação da Geografia com o indivíduo. In: *Encontro Nacional Da ANPEGE*, XI., 2015. Presidente Prudente. Anais. Presidente Prudente, 2015.

SATHLER, E. B. *Os “espaços de incerteza”, a “desterritorialização subjetiva” e o “pacto da conservação”*: perspectivas de uma geografia socioambiental das áreas naturais protegidas. Niterói, 2010. 335 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

SAQUET, M. Abordagens e Concepções de Território. In: SAQUET, Marcos Aurélio e SPOSITO, Eliseu Saveiro. Territórios e Territorialidades. *Teorias, processos e conflitos*, São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SILVA, T. T. da (org); HALL, S.; WOODWARD, K. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

SIQUEIRA, P. *Genocídio dos caiçaras*. Massao Ohno- São Paulo: Ismael Guarnelli Editores. 1984.

TRINDADE VIVE. Disponível em <https://www.facebook.com/TrindadeVive> . Acesso em 10 mai. 2019.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitude e valores do meio ambiente*. (trad) Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980

TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. (org.). *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 143-164.

TUAN, Yi. Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. Lugar: uma perspectiva experiencial. In: *Geograficidade*, v. 8, n. 1. (trad) Márcia Manir Miguel Feitosa e Renata França Pereira, 2018.

UICN. *Directrices para la aplicación de las categorías de gestión de áreas protegidas*. Dudley, N. (Editor). Gland, Suiza, Reino Unido. x + 96pp, 2008.

VIANNA, L. P. *Considerações críticas sobre a construção da idéia de população tradicional no contexto das unidades de conservação*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – FFLCH/ USP, São Paulo, 1996.

VIVACQUA M.; VIEIRA, P. F. *Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação*. Política & Sociedade, Florianópolis: PPGSP/UFSC, v. 4, n. 7, 2005. p. 139-162.

WWF-Brasil. *Efetividade de gestão das unidades de conservação no Estado do Amazonas*. WWF-Brasil, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável do Amazona, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Brasília: WWF-Brasil, 2011.

ANEXOS

ANEXO A – MODELO DE AUTORIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS**AUTORIZAÇÃO**

Eu, _____,
(estado civil), RG: _____, declaro para os devidos fins
que cedo os direitos de minha entrevista, gravada na data (/ /) e autorizo a
veiculação de minha imagem, integralmente ou respeitando, quando desejado, meu anonimato
e minhas restrições de imagem ou depoimento.

Autorizo, de livre e espontânea vontade, que o conteúdo seja veiculado sem limite de
prazos e sem qualquer tipo de remuneração, desde a presente data, em qualquer meio de
comunicação para fins didáticos, de pesquisa e divulgação de conhecimentos científicos para
a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, realizados pela
pesquisadora Larissa Gândara Simão.

Por fim, autorizo o uso de terceiros a ouvir minha entrevista e usar citações, ficando
vinculado o controle à UNESP, que tem guarda da mesma.

Paraty, _____ de _____ de 20____.

(assinatura)

ANEXO B – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus de Rio Claro

Roteiro para entrevistas

Nome:

Data de nascimento:

Profissão:

Escolaridade:

1- Como você se reconhece?

2- O que é ser caçara?

3-O que significa esse lugar para você?

4-Você nasceu aqui?/ Há quantos anos mora aqui?

5-Você enxerga ou já enxergou alguma ameaça e sentiu medo de ter que deixar esse território?

6-O que o Condomínio Laranjeiras representa para você?

7-O que a REEJ representa para você?

8-Qual a importância, na sua visão, das lutas e resistências para permanecer aqui?